



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA



ADMARINO GONÇALVES DE MATOS JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO DOS MENINOS DESVALIDOS NA COMPANHIA DE APRENDIZES
ARTÍFICES DO ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ (1871 – 1880)**

BELÉM - PA
2018

ADMARINO GONÇALVES DE MATOS JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO DOS MENINOS DESVALIDOS NA COMPANHIA DE APRENDIZES
ARTÍFICES DO ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ (1871 – 1880)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - PPGHIST da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias.

BELÉM - PA
2018

ADMARINO GONÇALVES DE MATOS JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO DOS MENINOS DESVALIDOS NA COMPANHIA DE APRENDIZES
ARTÍFICES DO ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ (1871 – 1880)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Aprovada em: ___/___/_____

Banca examinadora:

Prof. Dr. William Gaia Farias (Orientador – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues (Avaliador externo – UNIVERSO/RJ)

Prof. Dra. Franciane Gama Lacerda (Avaliadora interna – PPHIST/UFPA)

Prof. Dra. Josenilda Maria Maués da Silva (Avaliadora interna – PPGED/UFPA)

BELÉM – PA
2018

Com todo meu afeto,

Para minha mãe *Maria Nancy*, que é minha base, estrutura e meu maior exemplo na vida,

Para minha filha *Marina*, minha maior felicidade!

Para meus irmãos de alma *Adriane Silva e Raí Silva*, por estarem comigo sempre!

AGRADECIMENTOS

Rubem Alves dizia que o “essencial” é aquilo que jamais pode ser esquecido, é aquilo que se nos fosse roubado, morreríamos. A presença do “essencial” faz a vida valer a pena ser vivida, e quando isso acontece o coração sorri e sente-se em paz para continuar a caminhada no meio das lutas pelos nossos objetivos. É através de meus “essenciais agradecimentos” que torno eterna a minha gratidão às pessoas que, de uma forma ou de outra, foram verdadeiros artífices na colaboração para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, *Maria Nancy Nunes de Matos*, uma mulher extraordinária, professora, diretora, escritora, poetisa, cabocla que enfrentou as adversidades e as agruras da vida para criar seus filhos com a solidão de um monge e a alegria de uma criança, enfrentando, também, o compromisso profissional de prezar pelo ensino e a aprendizagem de centenas de crianças, jovens e adultos no meio da Amazônia marajoara. “Mãe não tem limite/ é tempo sem hora/ luz que não apaga”, dizia Carlos Drummond de Andrade. Ela me fez acreditar que os sonhos se realizam com coragem e luta! E que rir na vida é fundamental. Obrigado, mãe. *Hasta siempre!*

A meu orientador, *Professor Dr. William Gaia Farias*, faço dos versos da canção “vide verso meu endereço”, de Adoniran Barbosa, os meus sinceros agradecimentos: “Venho por meio destas mau traçadas linhas/ Comunicar-lhe que eu fiz um samba pra você/ No qual *eu quero expressar toda a minha gratidão/E agradecer de coração/Por tudo que você me fez*”. Desde a graduação, o Professor Gaia acreditou no meu projeto de pesquisa e nesta dissertação de mestrado, garantindo confiança e me permitindo trabalhar com liberdade. Me ensinou muitas coisas sobre o ofício do historiador. Sou muito grato pela orientação e amizade ao longo desse percurso. Entretanto, meu agradecimento não se resume somente sobre questões teóricas e metodológicas. Agradeço profundamente por ter me ensinado uma lição que levo para vida pessoal e profissional: a de que um bom professor é aquele que acredita na aprendizagem e no crescimento de seu aluno, mesmo diante da dificuldade enfrentada por um aprendiz pesquisador. Talvez essa seja a verdadeira função social de um professor. Meu muito obrigado, Gaia.

Eu, de minha parte, tenho uma dívida muito grande com a Professora *Franciane Gama Lacerda*. Uma professora de uma alma tão linda e inteligente que todo aluno deveria encontrar durante sua formação. Como “aprendiz artífice” (bolsista), nos anos de 2010 a 2012, participei do Programa Institucional de Iniciação à Docência em História (PIBID/UFPA) por ela coordenado, em que devo boa parte de meu aprendizado sobre educação, ensino de história e a

prática docente. Agradeço, também, pela precisão da leitura e pelas considerações propostas no momento do Exame da Qualificação desta dissertação. Serei sempre grato!

Tenho imensa admiração pela Professora *Josenilda Maués* que coordena com luta, força e coragem o maior plano de formação de professores do Brasil (PARFOR/UFPA). Sua fala e luta pela disseminação da educação no Estado do Pará são estimulantes para qualquer jovem professor. Agradeço por participar de meu Exame de Qualificação de Mestrado com valiosa contribuição e esclarecedoras observações que me permitiu pensar a educação no Pará do século XIX.

Agradeço imensamente ao Professor *Humberto Brito* que plantou a semente para o crescimento de minha pesquisa voltada para as instituições de aprendizes de artífices no Pará dos séculos XIX e XX. Professor Humberto foi pioneiro em promover estudos de pesquisa sobre a história da educação profissional no Pará, foi uma honra poder participar deste projeto nos anos de 2007 e 2008 que me ajudou a encarar os caminhos que iria seguir como pesquisador. Meu muito obrigado, Humberto.

A minha filha, o que dizer? **Marina**, dedico a você a minha vida! Nos últimos dois anos convivi com duas escolas diferentes: a dos “meus meninos desvalidos do Arsenal de Marinha do Pará” e a escola “O Pequeno Príncipe” da minha filha. Enquanto lia sobre as aulas de primeiras letras de José, Augusto, Inácio e tantas outras crianças, “personagens” dessa história do século XIX, tinha que interromper e ensinar a minha filha a ler, escrever e contar, outra personagem da vida real que está em fase de alfabetização nas primeiras letras. Sem dúvida nenhuma, o maior desafio foi escrever esta dissertação e cuidar de uma menina de 5 anos de idade em plena fase dos “porquês” da vida. A cada interrupção de “pai, por que isso?”, “pai, por que aquilo?”, era momento de parar e aprender que na vida não precisamos aguardar as boas e ótimas condições para seguir em frente. Por isso, meu agradecimento especial para minha menina que me ensina todos os dias uma lição que levo sempre comigo: o amor supera a dor.

O provérbio bíblico vaticina: “há amigos mais chegados que um irmão”. Há muita verdade nisso! A felicidade é grande de poder contar com o carinho, atenção e a confissão de um amigo que tira um tempo de sua vida para abrilhantar e acalantar a nossa. Faz toda diferença poder contar com alguém que entra no universo da nossa solidão e nos traz de volta para vida real. Amigos que dizem: calma, você vai conseguir! Essa dissertação poderia ficar pelo caminho se não fosse a força alegre e eternamente grata de *Adriane Silva e Raí Silva*. Vocês devem conhecer aquela história do homem que quando caiu nas mãos dos assaltantes lhe tiraram tudo. Muitos se desviaram e passaram pelos lados, mas um samaritano chegou onde estava o homem e o ajudou. Pois bem, os dois amigos são “dois bons samaritanos” na minha vida e importantes

artífices desse trabalho. *Adriane*, uma mulher determinada, um exemplo de luta e perseverança. Sempre com sorriso no rosto reservou parte de seu tempo para me ajudar a fotografar a imensa documentação no Arquivo da Marinha e no Arquivo Nacional, localizado no Rio Janeiro. Sem essa grandiosa ajuda não teria dado conta de tanto documento. O *Raí* é, sem dúvida nenhuma, aquele sujeito que está em Hebreus 11:38: “*homens de que este mundo não é digno!*”. Uma pessoa boa demais para este mundo, mas um grande vencedor que nos estimula a lutar sempre! Sua bondade e pureza de alma alinhada à disposição de sempre querer ajudar o amigo será sempre inesquecível enquanto viver, e procurarei retribuir da melhor forma possível. Foi meu guia pelos arquivos da Marinha, Arquivo Nacional e pela cidade do Rio de Janeiro. As sempre recorrentes discussões e debates sobre nossas pesquisas, na “cidade maravilhosa”, contribuíram para o amadurecimento e aprimoramento deste trabalho. *Adriane e Raí*, meu muitíssimo obrigado por me ajudarem a encarar as dificuldades que enfrentei.

A vida nos permite a construção de todo tipo de laço de solidariedade e compreensão. Minha mais profunda e sincera gratidão ao *Wagner Luiz Bueno dos Santos* pela acolhida durante a pesquisa na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha no Rio de Janeiro. Wagner é um grande pesquisador, uma das principais referências para minha dissertação de mestrado. Me auxiliou no início da pesquisa e com a maior disposição se prontificou, gentilmente, em ceder importante documentação sistematizada de seu acervo pessoal. Tive o prazer de partilhar das suas salutares e esclarecedoras observações e sugestões. Obrigado pelas observações, importantes dicas e conselhos que me ajudaram a definir os rumos de minhas investigações. Meu muitíssimo obrigado por tudo! Espero ser capaz de retribuir o carinho externado.

Pois bem, de outro lado, também há outros amigos. A vida com eles é uma escola repleta de aprendizado. Às vezes, somos reprovados em algumas atitudes, sendo corrigido em seguida, outras tantas – felizmente – aprovados com satisfação e graça que excede a nota da felicidade e da gratidão. Agradeço profundamente ao grupo de amigos que no meio de raio, tempestade, avalanche sempre estão presentes dando força e coragem para enfrentar as dificuldades.

Empresto, de bom grado, o termo “os 5 felizes” da poetisa paraense Josette Lassance para externar meu agradecimento, carinho e admiração pelo apoio sempre feliz que recebi dos amigos: *Alex Raiol*, uma fonte de inspiração pela forma de ver e enfrentar as coisas da vida. Com sua experiência em arquivos e a sensibilidade apurada de um grande professor e historiador me ajudou a fotografar a documentação no Arquivo Público do Pará, ajudando, também, na transcrição de alguns documentos. Agradeço pelas conversas sempre pontuais

mostrando que “a sorrir” é sempre possível levar a vida, pois quando “finda a tempestade, o sol nascerá”.

Erick Jean Rosa, que me ajudou a vasculhar os Jornais micro filmados da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP/CENTUR), um verdadeiro “Sherlock Holmes” em desvendar as entranhas da documentação manuscrita do século XIX. *Erick* é daqueles que tem a alma alegre e o coração puro, sempre foi um bom confidente e agradeço as palavras de apoio, sempre generosas e sábias.

Bruno Mariano, um grande conciliador de conflitos que se dedica sempre a tranquilizar e admoestar esse grupo que, vez e outra, sai dos rumos. Agradeço a partilha de suas experiências acadêmicas de grande professor e pesquisador, nos ensinando que paciência e coragem são fundamentais para concluir qualquer desafio acadêmico.

Ao sujeito que depus a responsabilidade de ser padrinho da minha filha, que não mede esforços para ajudar e defender seus verdadeiros amigos. Sujeito firme, incisivo, forte e inteligente, de um coração generoso e sempre feliz. Ao meu compadre e amigo *Frederick Matos* (mais conhecido como “Fredis”). Um brilhante pesquisador e historiador. Uma referência para mim da qual tenho imensa admiração. Sempre disposto a ajudar, colaborar e indicar leituras acadêmicas que me ajudam a pensar o ofício do historiador.

“*Dis o índio*” sobre uma grande amizade. Tenho a alegria de agradecer ao sujeito mais gentil que a vida me permitiu conhecer: o “índio” *Rafael Santos*. Sempre foi uma grata surpresa desde o dia que iniciamos a graduação em História. *Rafael* é daqueles amigos que encontramos naquele livrinho infantil da Vana Campos: “um amigo assim para mim”. “Aquele que é igualzinho a gente, só que diferente. Tem ideias diferentes mas que combinam com o que gente pensa”. Aquele amigo que sempre está lá no cantinho - em Castanhal, aguardando o chamado sem medir qualquer esforço para ajudar. A maneira como escreve seus textos acadêmicos são referências para mim. Um grande professor universitário e um exemplo que nos estimula a continuar a caminhada com suas indicações de leitura, debate, discussão metodológica e apoio sempre permanente em todos os aspectos da vida. Valeu, Rafa!

À todos vocês, que são “os 5 felizes” da minha vida, meu muito obrigado mesmo!

Ao grupo de amigos vaticinado como os “Goliardos”, uma referência alegre e brincante aos “intelectuais da idade média” de Jacques Le Goff, que acompanham minha trajetória acadêmica desde os primeiros passos na graduação. Sempre apoiando, incentivando a buscar a formação continuada. Meu muitíssimo obrigado: *Ailson Freire*, *Leandro Fonseca*, *Romyel Cecim* e, novamente, ao *Rafael Santos*.

Agradeço aos amigos que fiz na Graduação e no Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia que, entre um café e uma viagem para eventos diversos pude compartilhar de momentos inesquecíveis: meu muitíssimo obrigado aos amigos do “Oba Oba” *Marximiana Silva Farias, Viviane Frazão, Mayara Mendonça, Adnê Moura e Dayana*; aos demais amigos *Juliana Angelim, André “Badé” Andrade, Paulo Jordano, Danielle Moura, Dário Benedito e Rafael Oliveira*.

Agradeço a força e o sempre alegre incentivo dos amigos da Pedagogia que são fundamentais na minha vida. Obrigado a *Ingrid Barreto*, pelo imenso carinho e eterna paixão. A *Gabriela Costa*, um amor em minha vida. *Fernando Augusto, Lennon Martins e Jaílton Silva*, os “três mosqueteiros” que juntos de “D’Artagnan” se divertem pelas aventuras e ludicidades da vida. Vocês são meus artífices alegres da alma. Obrigado pelo incentivo e pela eterna “verdade”.

Aos meus familiares que sempre confortam meu coração. Muito obrigado a meu irmão *Alderlan de Matos*, que me trouxe de volta a vida. A minha irmã *Mariana Ingrid*, por me fazer sorrir sempre. A minha irmã *Jhennifer Natali*, pela força depositada. Ao meu tio *Thomy Nunes*, pelo espírito alegre e contagiante. *In memoriam*, ao meu irmão *Robert César*, a minha avó *Carmencita Nunes* e ao meu avô *Raimundo Nunes*, pelo amor em vida e depois dela quando a gente se reencontrar.

Agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa Militares, Poder e Sociedade na Amazônia pela amizade sincera e pelas diversas discussões sobre nossas pesquisas. Obrigado a *Jesiane Calderaro*, sempre educada e atenciosa. *Diego Filgueiras*, a grata surpresa de uma nova amizade. *Tiago Barros*, o “gigante gentil” de coração firme, sincero e delicado, sempre disposto a ajudar o amigo. *Pablo Nunes*, pelo apoio permanente. *Sueny Oliveira*, pela graciosa amizade. *Alexandre Vilhena*, um amigo amável e inteligentíssimo. *Alan Christian*, grande professor e meu confidente das coisas da vida. Aos amigos *Helder Lima, Roseane Pinto, Daniela Moura, Lucas Ayres e Deyvi* que, mesmo distantes, torcem por nosso sucesso.

Fui agraciado pela generosidade dos funcionários das diversas instituições de pesquisa que participei. Agradeço ao Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ao Arquivo Público do Estado do Pará, a Biblioteca da Marinha e, em especial, ao Departamento de Patrimônio Histórico e Documentos da Marinha (DPHDM) no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro. Sem isso seria mais difícil tocar a pesquisa adiante.

Enfim, é isso! Acho que combati o bom combate, embora ainda não tenha guardado a carreira e nem a fé. Para todo momento, Rubens Alves estava certo: o “essencial” faz o coração sorrir e sentir-se em paz. Que o carinho das pessoas e das coisas “essenciais” sempre permaneça conosco, e que sempre nos encoraje a encarar o próximo desafio em todos os aspectos da vida. Meu muitíssimo obrigado a todos! *Hasta la victoria siempre!*

“O ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fôra aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados.”

(Celso Suckow da Fonseca, 1986)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a formação de meninos pobres, órfãos e desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará, escola criada em 1871 para promover ensino, aprendizagem de primeiras letras e a profissionalização de um ofício em carpinteiro, carapina, fundição, ferreiro, calafate, entre outros. Para isso, a análise dos relatórios anuais apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Legislativa, os relatórios de Presidente da Província do Pará, as fontes do fundo Arsenal de Marinha do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e os ofícios e relatórios de inspeção da escola presente na Série Marinha do Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro (AN), onde encontram-se boa parte da documentação relativo a instituição, são fundamentais para compreensão do objetivo proposto. No século XIX, o modelo educacional amplamente difundido pelos governos provinciais no processo de expansão da Instrução Pública Primária do Império, destinado à meninos desvalidos, foi aquele voltado para o ensino de ofícios. A Companhia de Aprendizes Artífices objetivava encaminhar meninos para formação de futuros operários que atendessem as necessidades e demandas das oficinas e construção naval do próprio Arsenal de Marinha que passava por um processo de reorganização e ampliação estrutural, questão que coaduna, portanto, com o projeto político dos dirigentes imperiais e locais em disciplinar a população livre e pobre - principalmente a criança - por meio de uma educação voltada para o trabalho através do ensino de ofícios, com o intuito de torná-los sujeitos úteis a si e o Estado.

Palavras – chave: Ensino de ofícios. Aprendizes Artífices. Arsenal de Marinha do Pará.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the formation of poor, orphaned and helpless boys in the Arsenal of Marinha do Pará Company, an institution created in 1871 to promote teaching, learning of first letters and the professionalization of a craft in carpenter, carapina, foundry, blacksmith, calafate, among others. For this purpose, the analysis of the annual reports submitted by the Minister of the Navy to the Legislative Assembly, the reports of the President of the Province of Pará, the sources of the Arsenal Fund of the Public Archive of the State of Pará (APEP), and the offices and inspection reports of the school present in the Marine Series of the National Archives of Rio de Janeiro (ANRJ), where much of the documentation related to the institution is found, are fundamental for understanding the proposed objective. In the nineteenth century, the educational model widely disseminated by the provincial governments in the process of expansion of the Primary Public Instruction of the Empire, aimed at the underprivileged boys, was that aimed at the teaching of crafts. The Company of Apprentice Crafters aimed to send boys to training future workers who to attend to the needs and demands of the Navy's own naval workshops and shipbuilding, which underwent a process of reorganization and structural expansion, an issue that is consistent with the political project of the imperial and local elites in disciplining the population - free and poor through a work-oriented education through the teaching of crafts, with the purpose of making them useful subjects to themselves and the Country.

Keywords: Teaching of crafts. Apprentice Crafters. Arsenal of the Navy of Pará.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vista do Pará (Do Castelo ao Arsenal de Marinha)

Imagem 2 - Quadro sobre Arsenal de Marinha do Pará

Imagem 3 - Antigo Convento de São Boaventura

Imagem 4 - Construção da Nau São Sebastião no Arsenal de Marinha em 1764

Imagem 5 - Chamada para admissão de menores

Imagem 6 - Oficinas do Arsenal de Marinha do Pará

Imagem 7 - Almoxarifado e Quartel da Companhia de Aprendizes Artífices

Imagem 8 - Aula no Salão Riachuelo

Imagem 9 - Portão do Arsenal de Marinha do Pará – Visto da Praça de Bagé

Imagem 10 - Quartel dos remadores, Telheiros dos escalares e Telheiros das construções

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arsenal de Marinha do Pará

Tabela 2 - Mapa das oficinas do Arsenal de Marinha do Pará – 1876

Tabela 3 - Companhia de Aprendizes Marinheiros no Século XIX

Tabela 4 - Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha Imperial

Tabela 5 - Organização Geral das Companhias de Aprendizes Artífices da Marinha

Tabela 6 - Distribuição pelas oficinas

Tabela 7 - Distribuição pelas oficinas

Tabela 8 - Distribuição pelas oficinas

Tabela 9 - Distribuição pelas oficinas

Tabela 10 – Inspeção de saúde na Enfermaria do Arsenal de Marinha do Pará

Tabela 11 - Quadro de classificação das escolas especiais da Província do Pará

Tabela 12 - Relação dos Aprendizes Artífices do Pará na Escola de Primeiras Letras do ano letivo de 1872

Tabela 13 - Mapa demonstrativo do aproveitamento adquirido na aula de Primeiras Letras

Tabela 14 - Distribuição dos Aprendizes Artífices pelas oficinas do Arsenal de Marinha do Pará do ano de 1878

Tabela 15 - Exame e premiação nas matérias cursadas no ano letivo de 1874

LISTA DE ABREVIATURAS

AN - Arquivo Nacional

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará

BM - Biblioteca da Marinha

BDSF - Biblioteca Digital do Senado Federal: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>

DPHDM - Departamento de Patrimônio Histórico e Documentos da Marinha

CRL - Center For Research Libraries: <http://wwwapps.crl.edu/brazil/ministerial>

FCP/CENTUR – Fundação Cultural do Pará/Centro Cultural Tancredo Neves

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: A MARINHA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPERIAL.....	28
1.1 - O Arsenal de Marinha do Pará: ampliação e desenvolvimento do aparato técnico e administrativo	29
1.2 - Sistema de Companhia de Aprendizes da Marinha.....	46
1.3 - Destino para meninos desvalidos na Província do Pará	52
CAPÍTULO 2: A COMPANHIA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARÁ	69
2.1 - Outro destino para formação e amparo de meninos desvalidos: criação, funcionamento e organização	69
2.2 - “Bem conformado, robusto e são”: admissão de menores artífices	79
CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO, TRABALHO E DISCIPLINA.....	93
3.1 - “Formação de hábeis operários e honrados cidadãos”: as primeiras letras e o ensino de ofícios.....	93
3.2 - “Cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem”: disciplina, violência e resistência	109
3.3 - “Importante papel que lhes reserva o futuro”: a Marinha Imperial e a Política de formação de artífices.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
FONTES	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INTRODUÇÃO

Abriram-se as aulas no dia 15 de fevereiro [...]

Foi a primeira vez que vi o estabelecimento [...] A bela farda negra dos alunos, de botões dourados, infundia-me a consideração tímida de um militarismo brilhante [...] De manhã, a hora regulamentar, compareci. O diretor, no escritório do estabelecimento, ocupava uma cadeira rotativa junto a mesa de trabalho [...] Quando meu pai saiu, vieram-me as lágrimas, que eu tolhi a tempo de ser forte. Subi ao salão azul, dormitório dos médios, onde estava a minha cama; mudei de roupa, levei a farda número 54 do depósito geral, meu número. Às onze horas, a sineta deu o sinal das aulas, meus bons companheiros indicaram a sala de ensino de primeiras letras.¹

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta!”

São palavras dos momentos rememorados pelo menino Sérgio, personagem-narrador do romance “O Ateneu” de Raul Pompéia (1863 – 1895)², que aos 12 anos de idade é levado por seu pai para iniciar uma experiência educacional dentro dos muros de uma escola de Internato. Momentos em que o menino vai passar a enfrentar múltiplas questões que envolvem o ambiente escolar tais como aprendizagem, conflitos, ordem, violência, (in)disciplina, sexualidade, amizades, e tantos outros fatores.

O romance foi publicado no final do século XIX, momento derradeiro do Império brasileiro, e demonstra bem a relação existente entre educação e sociedade através da vida dos sujeitos inseridos no mundo institucional escolar que tinha como finalidade: modelar e controlar o indivíduo.

Apesar de ser uma obra literária, “O Ateneu” representa o ambiente encontrado e enfrentado por muitos “personagens” da vida real, das diversas camadas sociais, inseridos no mundo da escola de Internato ao longo da história. Os internatos foram uma forma de educação escolar difundida tanto para o atendimento da “boa sociedade”, filhos das elites dirigentes ou educandos da “fina flor da mocidade brasileira³”, como dizia o próprio Pompéia, quanto para religiosos, idosos, infratores, alienados, abandonados e crianças pobres, órfãos e desvalidas.

Foi o destino que teve o menino Cypriano, natural da cidade de Belém, nascido no dia 10 de abril de 1869. Aos seis meses de idade foi batizado na Igreja Paroquial de Nossa Senhora Sant’Anna da Campina pelo reverendo Antonio Philippe da Cunha. Teve como padrinhos

¹ POMPÉIA, Raul de. *O Ateneu: crônica da saudade*. São Paulo – Paulus, 2005. pp. 13,23-26.

² Raul Pompeia foi um escritor da época do Realismo, nome de um movimento literário que, no Brasil, teve início a partir do final do século XIX. Seguindo de perto as tendências do Realismo na França e em Portugal, os escritores brasileiros enveredaram pela crítica social, fazendo da Literatura uma forma de análise da realidade brasileira.

³ Idem, p. 12.

Raymundo Antonio de Almeida e Dona Cypriana Thomazia Ferreira. Abandonado por seu pai, foi criado por sua mãe até os 8 anos de idade, quando, em 7 de Abril de 1877, através de um requerimento, ela solicitou ao Presidente da Província do Pará a admissão de seu filho para a escola de Internato do Arsenal de Marinha, a Companhia de Aprendizes Artífices, alegando “*que é pobre e não tem meios para mandar ou cuidar da educação de seu filho.*”

<Ao Senhor Inspetor do Arsenal da Marinha, para mandar admitir o filho da Supplicante na Companhia de Aprendizes Artífices, visto esta ele nas condições do Regimento em vigor no Palácio da Presidência do Pará, 9 de Abril de 1877. Bandeira de Mello Filho.>

Illustrissimo Senhor Inspetor do Arsenal da Marinha do Pará

Rufina Augusta das Neves, vem com os documentos juntos provar a Vossa Senhoria que **é pobre e não tem meios para tratar da educação de seu filho Cypriano** de menor idade e [ilegível] solicitar a permissão de Vossa Senhoria para ser o dito seu filho admitido na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará; pelo que a Supplicante. [grifo nosso]

R. M.ce

Pará 7 de Abril de 1877
Rufina Augusta das Neves⁴

A Companhia de Aprendizes Artífices do Pará, criada em 1871, era uma escola de Internato que funcionava dentro do Arsenal de Marinha. Muitas mães, muitos pais, tutores ou responsáveis legais encaminhavam seus filhos a esta escola acreditando que estavam dando-lhes um futuro melhor, digno e promissor. Talvez, a única oportunidade ou alternativa para uma população pobre e desvalida, que vivia às margens das oportunidades de terem uma vida digna para próprio sustento através da profissionalização de um ofício.

Era oferecida educação integral, ensino de primeiras letras, ensino profissionalizante, aprendizado de um ofício artesanal ou manufactureiro, educação religiosa, musical, moradia, alimentação, roupa lavada e engomada, assistência médica e o recebimento de pecúlio ao final da formação dentro de um estabelecimento militar. Foi assim que os dirigentes políticos e militares do Império brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveram políticas educacionais de formação de artífices destinada à infância desvalida.

De acordo com Irma Rizzini (2007, p. 10), as escolas de internatos para a formação de meninos pobres para o trabalho artesanal “se estabeleceu no Brasil a partir do século XVIII com iniciativa de cunho religioso, como ocorreu no caso da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, instalada em Salvador no ano de 1799”. Desse momento, até o decorrer do século XIX, a

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor e do inspetor a presidência de 1877, notação 115.

escolarização desse regime adquiriu grande importância passando a abranger uma parcela da população pobre para a aprendizagem das primeiras letras e de ofícios manuais, que na perspectiva dos homens ilustrados da época era a combinação ideal para a realização da ideia de um Império fundado sob os parâmetros da ordem e da civilização.

Para Gondra e Schueler (2008, p. 75), os debates em torno do processo de abolição da escravidão, da reorganização das formas de controle e do reordenamento do trabalho foram questões enfrentadas por todo Império brasileiro. A ideia de civilizar e disciplinar a população pobre refletiu sobre os projetos educacionais que passaram a ser relacionados com a redefinição de percepções sociais a respeito da caridade, da pobreza e da mendicância.

Nesse momento, surge a necessidade de intervir nos hábitos e no comportamento das classes populares por meio de campanhas educativas nas quais se exaltavam princípios como a positividade do trabalho manual. “A ideia de combinação da instrução com a aprendizagem profissional controlaria o mundo da desordem, ofereceria mão-de-obra disciplinada, qualificada, farta e barata, e sobretudo, ofereceria sujeitos educados sendo úteis a si e a sua pátria”⁵.

Após o Ato Adicional de 1834, que atribuiu competência às assembleias provinciais para legislar sobre a instrução pública, houve a proliferação da aprendizagem de ofícios manuais ligados as atividades de manufaturas, indústria, comércio e oficinas, fazendo surgir, assim, vários internatos de aprendizes artífices sob a responsabilidade dos governos das províncias⁶. Em sua pesquisa sobre os internatos públicos e religiosos Rizzini (2007, p. 11) realizou um levantamento de 30 instituições de internatos de ensino profissional distribuídos por 16 províncias no século XIX, incluindo alguns que associavam ensino artesanal e agrícola. Apesar de não fazer parte da sua análise, a autora menciona a existência dos internatos difundidos pela Marinha Imperial e pelo Exército, como as Companhias de Aprendizes Artífices e Companhias de Aprendizes Marinheiros.

No Brasil, a história do ensino de ofícios ou da educação profissional destinada a formação de meninos desvalidos tem como base os trabalhos clássicos e pioneiros de alguns autores como Celso Sukow da Fonseca, “*História do ensino industrial no Brasil*”, publicado na década de 1960 e reeditado em 1986⁷.

⁵ GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro* — São Paulo : Cortez, 2008. p.75.

⁶ RIZZINI, Irma. *A Pesquisa Histórica dos Internatos de Ensino Profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/UFRJ/FE, 2007. p.11.

⁷ FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol 1, 2, 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

Também o artigo acadêmico de Luiz Antonio Cunha de 1979⁸ que posteriormente foi retomado pelo autor nos livros da coleção “Política Pública de Trabalho e Renda” nos anos 2000 com a publicação da trilogia “*O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*”, “*O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*” e “*O ensino profissional na irradiação do industrialismo*” e o texto sobre “*Breve histórico da formação profissional no Brasil*” de Luiz Antonio Carvalho Franco do ano de 1984, bem como sua dissertação de mestrado intitulada “*O ensino de ofícios manufactureiros dirigido aos menores abandonados (1870-1930)*” divulgada em 1988.

Luiz Antônio Cunha promove um avanço sobre o tema, mostra que desde o período colonial as relações escravistas afastavam a força de trabalho livre das atividades artesanais e manufactureiras. “O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo⁹.” Cunha (1979, p. 16) demonstra como os objetivos técnicos e econômicos da formação de artífices foram se mesclando a objetivos ideológicos, transformando o ensino de ofícios em uma obra de caridade e controle social, destinada a amparar e conter os desvalidos da sociedade.

O processo de constituição do Estado Nacional e a transferência do núcleo do aparelho do Estado metropolitano para a Colônia inviabilizou as corporações de ofícios, assentando, assim, bases para as novas instituições formadoras de artífices. Nesse momento, quando os estabelecimentos militares passaram por um processo de ampliação e desenvolvimento de seu aparato técnico, judiciário, fiscal e militar, iniciaram a promoção do ensino de ofícios.

Cunha (1979, p. 7) destaca a posição de vanguarda do Exército e da Marinha em promover o ensino de ofícios. Afirma que, com o crescimento dos efetivos militares após a Independência, houve a ampliação e multiplicação dos arsenais de Guerra e de Marinha. No ano de 1836, além do Arsenal de Guerra da Corte, já existiam do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará, em todos havia crianças aprendendo diversos ofícios artesanais e manufactureiros. Embora fossem utilizados menores como aprendizes nos estaleiros desde os tempos da Colônia, “foi só em 1857 que foi regulamentado o funcionamento das Companhias de Aprendizes Artífices dos arsenais da Marinha da Corte, Pernambuco e Bahia,” e duas outras estavam em processo de regulamentação nos arsenais do Mato Grosso e do Pará.

⁸ CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios manufactureiros em arsenais, asilos e liceus*. Forum Educacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979.

⁹ CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000a. p. 16.

A educação profissional difundida pela Marinha e Exército, ao longo do século XIX, é um tema que, gradualmente, vem sendo explorado pelos historiadores e educadores das diversas regiões do Brasil. Nos últimos anos surgiram diversos estudos analisando as especificidades da experiência de educação nos arsenais de Marinha e de Guerra do Império brasileiro. As iniciativas difundidas pelos militares à meninos desvalidos ocorreram através do sistema de Companhias de Aprendizes Marinheiros e das Companhias de Aprendizes Artífices. A primeira pretendia formar o futuro marinheiro para Armada Imperial, a segunda formaria o futuro operário para atuar nas construções, reparos e todo o aparato técnico das oficinas dos arsenais militares.

A produção de trabalhos acadêmicos abordando as iniciativas educacionais nos estabelecimento da Marinha têm privilegiado, com inúmeros trabalhos significativos, a Companhia de Aprendizes Marinheiros¹⁰. As análises recaem sobre a criação dessas Companhias no processo de construção do Estado Nacional brasileiro como parte do projeto Nacional de formação educacional militar que atendesse as necessidades internas do Estado e suas especificidades das dinâmicas políticas regionais das diversas províncias. O diálogo com

¹⁰ Ver: AGRUIAR, Thiago de Oliveira. *Companhia de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina: um sobrevoosobre as coalizões de poder em torno da instituição no século XIX*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.
 BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.
 DIAS, Jorge Antonio. *O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840)*. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2017.
 FREIRE, Tarantini Pereira. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2014.
 LIMA, Solyane Silveira. *“Recrutá-los jovens”: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)* – Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
 LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
 MESQUITA, Simone Vieira de. *Ensino Militar Naval: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864 – a 1889)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016
 SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, – UFRJ, 2016.
 SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.
 SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857 a 1870)*. Dissertação – Mestrado em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.
 SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de aprendizes marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2005.

esses trabalhos são fundamentais para o entendimento do funcionamento das estruturas políticas e administrativas da Marinha Imperial no século XIX.

Os trabalhos de Matilde Araki Crudo (2005), Wandoberto Francisco da Silva (2013) e Felipe Osvaldo Guimarães (2014) convergem para a experiências das Companhias de Aprendizes Artífices nos arsenais do Império. A abordagem de Crudo (2005) volta-se para a Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, traz uma importante contribuição quando analisa a experiência de meninos pobres no interior desta instituição, percebendo a resistência desses sujeitos no decorrer do processo de formação educacional.

Já Silva (2013) estuda as Companhias de Artífices e de Marinheiros do Arsenal de Marinha de Pernambuco, antes e durante o período da guerra do Paraguai, evidenciando a preocupação do Estado em recrutar menores que muitas vezes serviriam para ocupar o efetivo em tempos de guerra. Guimarães (2014) abordou a Companhia do Arsenal de Guerra de Minas Gerais, destacando a articulação da proposta de modernização da formação de recrutas para o Exército através da Companhia de Artífices Militares, outro modelo de formação de artífices para sujeitos a partir dos 16 anos de idade.

Na Província do Pará houve diversas iniciativas de escolas voltada para a educação profissional destinada a meninos desvalidos, que já foram estudadas por outros autores. José Maia Bezerra Neto (1996), a partir dos relatórios e falas do Governo Provincial do Pará, aborda as representações sociais acerca da instrução pública primária e artística destinada às classes pobres da sociedade paraense oitocentista através da criação de instituto de ensino profissionalizante, em particular o caso da Escola Rural Dom Pedro II (destinada ao ensino agrícola) e o Instituto Paraense de Educandos Artífices (destinada ao ensino “industrial”), observando “o papel atribuído à instrução das classes trabalhadoras e/ou pobres, como forma de enquadramento social e política pública de assistencialismo à pobreza, por parte do Governo Imperial na província paraense¹¹”.

A Tese de Doutorado de Irma Rizzini (2004) é um trabalho exemplar para entendermos o enfoque sobre educação e as transformações decorrentes dos processos políticos. Ao tratar e privilegiar as instituições educacionais dirigidas a meninos, tanto as escolas primárias quanto os internatos de ensino profissional, procura analisar a educação enquanto uma “política de

¹¹ BEZERRA NETO, José Maia. *As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)*. Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996. p. 41.

governo, em que as escolas públicas e os internatos oficiais de formação de artífices são os objetos principais da análise¹²”.

A autora relata que a experiência dos internatos nortistas é comparada com outras iniciativas disseminadas pelo Império, relacionando tanto os estabelecimentos de educandos artífices quanto os esparsos e breves projetos dos colégios indígenas do Segundo Reinado, apresentando resultados significativos para a história da educação na Amazônia.

Na mesma direção, apresenta-se o trabalho de Anderson Carlos Elias Barbosa (2011) que converge para a análise do atendimento à criança desvalida na província do Pará, destacando o papel Instituto Paraense de Educandos Artífices criado em 1872 como política de estado à meninos menos favorecidos.

Bezerra Neto (1996), Rizzini (2004), Barbosa (2011) não apresentam como objeto de estudo as instituições educacionais gerenciadas pela Marinha e nem pelo Exército, mas dão suporte necessário para a compreensão do cenário das políticas de Estado difundidas às crianças pobres na Província do Pará. Haja vista que, a partir de 1870, período que comporta a pesquisa e o desenvolvimento da nossa dissertação, cresceram iniciativas educacionais no Pará¹³, momento em que a região passou por um intenso processo de transformação política, econômica, social e cultural pelo acúmulo de riquezas produzidas pela economia da borracha¹⁴.

O trabalho de Thoríbio Lopes (1945)¹⁵ intitulado “O Arsenal de Marinha do Pará¹⁶”, identificado no setor de obras raras da Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR) e no acervo “Obras da Amazônica” da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), é o primeiro a fazer menção a Companhia de Aprendizes Artífices difundida pela Marinha da Província do Pará, porém, apresenta e enfatiza os feitos da instituição na tentativa de promover uma exaltação da atuação da Marinha no Pará. A obra se apresenta como um estudo cronológico do desenvolvimento do Arsenal de Marinha do Pará, da sua origem, “florescência” e suposto declínio.

Os primeiros trabalhos sobre a história da educação profissional no Brasil difundem a ideia de que pouco se fez nesta área e que este pouco foi marcado de fracassos e escolhas equivocadas. O ensino profissional destinado a formação da força de trabalho, como política

¹² RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹³ Idem

¹⁴ SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

¹⁵ Thoribio Lopes foi Capitão-Tenente da Marinha, membro do Instituto Histórico do Pará, da Academia Paraense de Letras e da Federação das Academias de Letras do Brasil.

¹⁶ LOPES, Thoribio. *O Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém, 1945.

educacional de diversos governos que seguiram no Império e na República, é um tema que “tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira.” Este tema “aparece em nossa bibliografia definido mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido a seu respeito¹⁷”. Alguns trabalhos, citados anteriormente, certamente já vêm preenchendo esta lacuna. Desse modo, avançando nesta direção, nossa pesquisa no mestrado procura dialogar com os aspectos presente na historiografia e avançar na reflexão sobre os vínculos entre educação e trabalho destinada a meninos desvalidos através da iniciativa educacional da Marinha Imperial na Província do Pará da segunda metade do século XIX.

Para isso, elege como objetivo analisar a criação, desenvolvimento e o funcionamento da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal Marinha do Pará entre os anos de 1871 a 1880. O recorte temporal obedece ao critério de criação, desenvolvimento e extinção da instituição, além de ser o período que a Marinha atravessa o processo de organização de suas agências e estrutura para fortalecimento de seu poder naval, momento, também, que o Estado aumenta sua atenção para investir e difundir instituições de ensino de ofícios como política de atendimento aos “desvalidos da fortuna” no processo de expansão da Instrução Pública Primária na Província do Pará.

Posto isso, foi necessário a coleta e a sistematização da documentação em pesquisa nos arquivos para desenvolver a análise proposta. Pesquisar a história da educação profissional no Pará é parte crescente de toda minha trajetória acadêmica na universidade. Pelo menos, desde o ano de 2008, quando participei do projeto de pesquisa intitulado “organizando fontes para pesquisa em história da educação no Pará (Séc. XIX e XX)”, através da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa e coordenado pelo Professor Humberto Brito, gerou a construção de meu trabalho monográfico intitulado “Educação Profissional na Primeira Republica: a Escola de Aprendizes Artífices do Pará e formação para o trabalho de meninos desvalidos (1909 a 1930)” e de outros textos apresentados em eventos diversos.

Diante disso, o contato com a documentação sobre as instituições educacionais de ensino de ofícios no Pará dos séculos XIX e XX, entre elas as escolas de ofícios difundidas pela Marinha e pelo Exército, não se mostrou uma novidade, principalmente no que diz respeito ao primeiro momento da pesquisa desta dissertação que foi em direção as discussões sobre as propostas voltadas para educação profissional na Assembleia Geral Legislativa do Ministério da Marinha Imperial e os Relatórios de Presidente da Província do Pará, todos disponíveis na internet através do projeto de imagens de publicações oficiais brasileira do *Center for Research*

¹⁷ CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000a. p. 92.

Libraries e Latin American Microform Project da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos (www.crl.edu/brazil). Nesses relatórios, encontram-se propostas, falas, discussões, decisões e encaminhamentos sobre a criação, funcionamento e desenvolvimento das Companhias de Aprendizes Artífices e sua importância para os interesses políticos do Estado.

Na tentativa de mostrar um pouco da vida institucional dos meninos desvalidos e suas relações com outros agentes envolvidos nas aulas de primeiras letras e nas oficinas do Arsenal, foi fundamental a busca pela diversificação da documentação. Os ofícios e relatórios de inspeção trocados entre diretores, inspetores, autoridades políticas como os presidentes da Província e os ministros da Marinha, permitem a construção de cenas cotidianas da escola, e até das relações dos familiares quando entregavam seus filhos à Marinha.

Para isso, em segundo momento, foi necessária a busca nos arquivos do “Fundo Arsenal de Marinha” presente no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e nos arquivos da própria instituição militar. Este último é o caso do grandioso acervo produzido pela Marinha Imperial durante o século XIX denominado “Série Marinha” sob a guarda do Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro¹⁸. A dificuldade de organizar as informações sobre o Arsenal de Marinha do Pará e sua Companhia de Aprendizes Artífice foi grande devido ao entrelaçado de documento nos imensos maços distribuídos nas diversas Séries ou Subserie da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no Arquivo Nacional. Muito ainda precisa ser explorado dessa documentação, que revelariam muito mais da complexa relação existente dentro de todas as escolas de formação de artífices da Marinha. Portanto, o confronto da pesquisa nos arquivos junto com a bibliografia disponível ajudou a traçar o percurso narrativo e os enfoques de análise desta dissertação.

No primeiro capítulo intitulado “A Marinha e a Educação Profissional no Brasil Imperial” procuramos abordar e balizar nossa análise a partir das discussões sobre o processo de reformas técnicas e administrativas da Marinha Imperial e do momento em que ocorrem

¹⁸ De acordo com Wagner Luiz Bueno dos Santos (2016), em artigo que aborda o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Descrição do Acervo da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, coordenado e supervisionado pelo Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDMA, demonstra que já iniciou o processo de levantamento descritivo de um conjunto documental que tem como origem o Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha, sob guarda do Arquivo Nacional, conjunto este denominado Série Marinha. Por meio deste levantamento, haverá a possibilidade de facilitar o acesso ao acervo documental, promovendo a pesquisa em documentos ainda não explorados. Aos pesquisadores interessados podemos propor uma releitura sobre a construção da história nacional à luz da dinâmica da organização da Marinha ao longo do século XIX, na sua estrutura burocrática como Secretaria de Estado e no papel operativo enquanto força armada. E ainda, para o entendimento do modo como essa instituição está inserida na organização do Estado brasileiro no século XIX. Ver: SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. *Acessando o passado e redescobrimo a Marinha Imperial: o projeto de descrição dos documentos da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no século XIX*. Acesso Livre n. 5 jan.-jun. 2016. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com>. Acesso em: 24 de Jul de 2018.

reformas promovidas através dos projetos políticos do Estado em difundir e expandir a instrução pública primária através das escolas de internato voltada para o ensino de ofícios como destino certo para amparar os meninos desvalidos, principalmente os da Província do Pará. A ampliação e organização dessas reformas foram essenciais para criação do sistema nacional de educação profissional por meio das Companhias de Aprendizes que funcionaram dentro dos Arsenais de Marinha.

O segundo capítulo “A Companhia de Aprendizes Artífices do Pará” procura analisar a criação, desenvolvimento, organização e o funcionamento deste estabelecimento educacional e a admissão de meninos desvalidos no bojo da política de assistência a infância, do processo de reestruturação da Marinha e do processo de reordenamento social da força de trabalho, momento em que a discussão e aprovação de Leis e Decretos que reorganiza e cria iniciativas de ensino de ofícios estavam latentes com a perspectiva de promover formação profissional da futura mão da sociedade, proposta de outras instituições educacionais desenvolvidas pelo Governo Provincial e para os quadros inferiores da Armada, proposto pela Marinha Imperial.

Por fim, o terceiro capítulo intitulado “Formação, Trabalho e Disciplina” consiste em dimensionar o processo que envolveu a formação dos aprendizes artífices nas aulas de primeiras letras e nas oficinas aprendendo os mais variados ofícios práticos em carpintaria, funilaria, ferraria, fundição, calafate entre outros nos estaleiros do Arsenal de Marinha do Pará. Além disso, a análise coloca em discussão a condição do sujeito no processo que permeava sua formação educacional para trabalho e a forma de admissão, controle, vigilância, disciplina e punição como problemática para formação nacional de artífices da Marinha Imperial.

CAPÍTULO 1: A MARINHA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPERIAL

Imagem 1 - Vista do Pará (Do Castelo ao Arsenal de Marinha)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁹

Imagem 2 - Quadro sobre Arsenal de Marinha do Pará



Fonte: Lopes, (1945, p. 29)

A imagem 1, acima, mostra a vista panorâmica da cidade de Belém no século XIX com o transito de pequenas embarcações a frente da cidade. A imagem, assim descrita em seu título como “Vista do Pará”, de Fratelli Tensi, demonstra a visão que vai do Forte do Castelo até o

¹⁹ VISTA do Pará (do Castelo ao Arsenal da Marinha). Lisboa, Portugal: Tavares Cardoso & Irmao, ca. 1880. 1 gravura, litograv., mono., 27,7x51,8 em papel 33,8x60,8cm Disponível em:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon332103/icon332103.jpg>. Acesso em: Abril de 2018.

Arsenal de Marinha, e ilustra bem alguns relatos feitos por diversos viajantes que passaram pela cidade no decorrer do século XIX. O naturalista inglês Henry Bates observou que o porto da cidade estava “cheio de canoas e outras embarcações grandes e pequenas”. Daniel Kinder ao relatar a cidade vista de grande distância do rio vê que o porto comportava navios de grande calado revelando a “variedade de barcos desde corveta até chalupa que dão a designação comum de canoas²⁰”. De acordo com Rosa Claudia Cerqueira Pereira (2015, p. 69), este cenário foi descrito por vários outros viajantes que passaram pela cidade de Belém e destacaram a diversidade de embarcações existente, além da natureza, da paisagem e dos edifícios incluindo o “imperial Arsenal de Marinha” e seu estaleiro que cuidava do reparo das embarcações.

A imagem 2 remonta ao início do ano de 1944 quando o Contra Almirante e Comandante Naval do Norte, Theobaldo Gonçalves Pereira, ofereceu ao Comandante da Base Aérea Americana sediada em Belém do Pará, Coronel Leo Post, 4 exemplares dos antigos canhões de cargas que por duzentos anos haviam constituídos as defesas externas do Arsenal de Marinha do Pará. O referido Coronel solicitou saber o histórico desses canhões para mencionar nos festejos da base aérea americana. Ao vasculhar os arquivos do Comando Naval do Norte, o Capitão Tenente da Marinha, Thoríbio Lopes, encontrou um pequeno quadro mandado confeccionar por algum Inspetor contendo algumas linhas da origem histórica do então Arsenal de Marinha do Pará “revelando sua importância, seus feitos históricos e suas glórias” (LOPES, 1945, p. 29). Tanto os relatos dos viajantes do século XIX quanto a fala dos agentes do Estado já no século XX, trazem, de uma forma ou de outra, referência ao Arsenal de Marinha do Pará. Mas qual a real importância dessa instituição para a Marinha Imperial e para Província do Pará? E porque passou a oferecer, a partir da segunda metade do século XIX, educação e trabalho a meninos pobres desta Província? É o que veremos a seguir.

1.1 - O Arsenal de Marinha do Pará: ampliação e desenvolvimento do aparato técnico e administrativo

Entre os estabelecimentos públicos que visitei em Belém, devo fazer menção especial do Arsenal de Marinha, hoje sob administração do Sr. Capitão de Fragata Manoel Carneiro da Rocha. Admirei a ordem, a disciplina e o asseio que ali encontrei. O Sr. Carneiro da Rocha tem lutado com grandes dificuldades nos melhoramentos e reformas, que ali tem podido introduzir; mas a realização de seus esforços prova que tudo pode conseguir uma vontade tenaz e perseverante.²¹

²⁰ PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808 a 1908)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Belém, 2015. pp. 69-71.

²¹ SOUZA, Conego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas: pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos. Brazil*, Comissão do Madeira. Typographia Nacional, 1874, p. 33. Disponível no site: <https://archive.org/details/pareamazonaspel100madegooq>. Acesso em: maio de 2018.

Na segunda metade do século XIX, o cônego Francisco Bernardino de Souza partiu do Rio de Janeiro ao Pará. Encarregado dos trabalhos etnográficos sobre o Pará e Amazonas, relata, em viagem feita a cidade de Belém, a situação em que se encontrava o Arsenal de Marinha do Pará. Das boas condições de ordem, disciplina e asseio até as necessidades de dar maior importância ao estabelecimento que em muito ajudava o império brasileiro na construção e reparação das diversas embarcações que transitavam pela região.

O relato continua apresentando um breve histórico sobre a instituição, ressaltando os tempos de glória e progresso dos serviços das oficinas, da construção naval, do pessoal habilitado que resultaram na elaboração de importantes obras de grande e pequeno porte. Também, menciona a problemática enfrentada pela instituição para manter seu estado adequado de funcionamento. Aliás, um ponto destacado era a condição do Arsenal que se encontrava muito aquém do que um dia foi diante da importância da região privilegiada por variedade de madeira disposta a construção naval, por isso, era lamentável que o Arsenal não recebesse maior ajuda e recursos para não cair na “decadência e insignificância a que está reduzido aquele estabelecimento” (SOUZA, 1874, p. 34). O cônego Francisco Bernardino continua o relato afirmando:

“Quem conhecer os recursos naturais, que oferece aquela província, quem se recordar das importantes vantagens que tirava a Marinha em navios e madeiras, quem atender a que somente nas margens do rio Acará, que vem desaguar na Bahia, que banha o litoral de Belém, vegetam belas madeiras de construção, em quantidade suficiente para abastecer por muitos anos o arsenal.”²²

Na mesma direção deste relato, o Presidente da Província do Pará, Manoel de Frias e Vasconcelos, em sua fala a Assembleia Legislativa Provincial já relatava desde 1859 a situação do Arsenal de Marinha do Pará. A carência de operários especializados, a decadência da produção naval aliado a falta de material necessário provocava intensos desmanches das obras produzidas em seus estaleiros. “O Arsenal foi fundado para ser o primeiro e o mais importante estabelecimento deste gênero no império²³”, pontuava o Presidente na tentativa de alertar para a promoção da vigorosa recuperação das atividades desenvolvidas. “Este estabelecimento naval tem prestados muitos serviços úteis, e mais importante estaria si se achasse colocado no pé á que um concurso de circunstancias felizes o destina”²⁴

²² Idem, 1874, p. 34.

²³ PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2º sessão da 11º Legislatura de 1859. p. 52.

²⁴ PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2º sessão da 11º Legislatura de 1859. p. 52.

Algum tempo depois disso, o Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, atribui, em sua fala, a relevância e merecimento que o Arsenal de Marinha do Pará tem para o Império brasileiro. “É evidente a importância deste estabelecimento, situado ao extremo norte do Império e destinado a prestar relevantes serviços a Marinha de Guerra e Mercantes naquelas regiões.” Mesmo diante dos limitados recursos, o Ministro prometeu que tomaria todas as providências que se dispõe para “dar impulso ao Arsenal do Pará”²⁵.

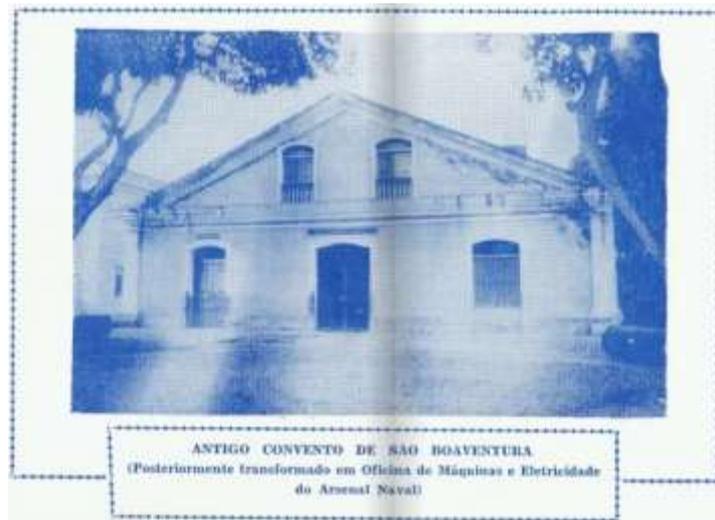
A história do Arsenal de Marinha do Pará remonta do início do século XVIII quando o então Governador e Capitão General do Estado do Gram Pará e Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, considerando que estavam expostas as terras de sua jurisdição, deliberou organizar uma força marítima que pudesse fazer frente a um possível conquistador que se aventurasse instalar em qualquer ponto do litoral sob seu comando. Foi esse mandatário que lançou em terras paraenses a pedra fundamental de suas realizações navais que deveria engrandecer a Armada Imperial.²⁶

Desejoso de ver de perto a materialização de sua obra fez construir junto ao mar e defronte do palácio de sua residência, uns telheiros destinados à construção, reparação e guarda das canoas de guerra da época, umas casas destinadas a alojar os aborígenes remeiros tripulantes das citadas embarcações, e uns departamentos destinados a armazenagem das munições de fogo e boca. Essas construções ficaram conhecidas como Casa das Canoas que devido à falta de recurso material e pessoal especializado levaria a ruína sem lançar ou realizar reparo a novas e pequenas embarcações, quando houve a necessidade de providenciar em outro lugar da cidade as bases do então Arsenal de Marinha.

O Arsenal de Marinha do Pará foi fundado oficialmente em 1761, teve suas bases firmadas no local onde pertencia ao Hospício de São Boaventura que atuavam alguns religiosos da mesma ordem, antes de serem expulsos deixando o espaço ocioso e sem nenhuma ocupação. Neste local, foram instaladas e estabelecidas as bases de oficinas e telheiros com mão-de-obra especializada em engenharia naval vinda da metrópole, diretamente de Lisboa.

²⁵ BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura (Publicado em 1874), p. 33.

²⁶ LOPES, Thoribio. *O Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém, 1945.

Imagem 3 - Antigo Convento de São Boaventura

Fonte: Lopes (1945, p. 79)

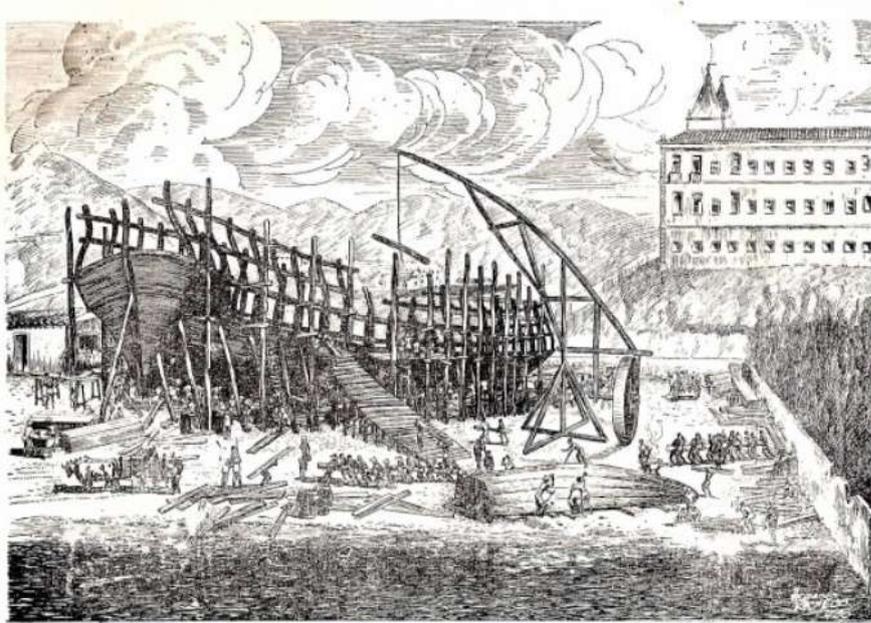
Alguns anos depois da sua fundação, o Arsenal do Pará já contava com um aumento de seu aparato técnico e administrativo. Os serviços e as oficinas foram reguladas por carta Regia de 1771 apresentando 31 oficiais de calafate, 21 de polieiros, 13 de ferreiros, 124 carpinteiros de machado, 10 serradores, 6 tanoeiros, 50 serventes, 1 patrão e 20 marinheiros de diferentes classes (LOPES, 1945, p. 89). Houve a construção de diversas embarcações de grande porte como “Náo Belém”, que de acordo com o Relatório da Presidência da Província do Pará do ano de 1873 no qual o Presidente Domingos José da Cunha Junior, ao realizar um breve levantamento histórico da instituição, sugere que foi a primeira embarcação Naú de Guerra construída sob os estaleiros do Arsenal, havendo, também, a construção da “Fragata Perola” e da “Fragata Leopoldina”, concluída em 1822 que “serviu gloriosamente no Rio da Prata, onde sustentou e repeliu vitoriosamente a abordagem de 11 navios da esquadra inimiga”.²⁷

Os arsenais de marinha tornaram-se centro de aprendizagem de ofícios recebendo profissionais diretamente da metrópole e acabavam formando outros sujeitos e aprendizes de ofícios. Muitos mestres, contra mestres e mandadores preparados vieram para o Brasil para trabalhar nos diversos serviços dos arsenais militares, principalmente nas artes de construção naval que era o principal ofício para a construção das embarcações. Para se ter a dimensão dos serviços e da mão de obra necessária, Celso Suckow da Fonseca (1986, p.79) apresenta o desenho de Armando Pacheco que consta na obra “O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História” de Juvenal Greenhalgh sobre a Nau São Sebastião, embarcação de grande porte na época, que foi construída no Arsenal do Rio de Janeiro em 1764, demonstrando que houve

²⁷ PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2º sessão da 11º Legislatura de 1859. p. 52.

intensos serviços e aprendizagem de ofícios ligados a construção naval, como se vê na imagem a baixo:

Imagem 4 – Construção da Nau São Sebastião no Arsenal de Marinha em 1764



Fonte: Fonseca (1986, p. 79)

As atividades de trabalho do Arsenal do Pará, durante seus primeiros anos de funcionamento, beneficiavam-se da variedade de madeiras disponíveis pela vasta região da Amazônia. O intenso movimento da navegação pela região contribuiu, de acordo com Rosa Acevedo Marin (2000, p.7), para ampliar a capacidade produtiva do Arsenal de Marinha do Pará. Nas três primeiras décadas do século XIX, o Arsenal contava com estabelecimento ou fábricas de processamento de madeiras localizadas às margens do Rio Ubá, do Rio Mojú e na localidade de Monte Alegre utilizando a “barateza da mão d’obra, podendo ser aproveitados os indígenas como se praticava, nos trabalhos das derrubadas, falquejamentos das madeiras, e ainda na Carpintaria.²⁸”

Em 1842, o Ministro da Marinha Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, relatava a situação da construção naval e pontuava que este estabelecimento continha “os principais elementos de construção, pela abundância, variedade e qualidade das madeiras, e facilidade por sua condução por água²⁹.”

²⁸ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 5º legislatura de 1842-2. (Publicado em 1843) – p. 11.

²⁹ Idem, p. 11.

Entre as matérias primas, que exigem os estabelecimentos navais, são as madeiras que constitui o artigo de maior consumo: não há povo que aspire ter alguma importância marítima, que não faça da criação e das madeiras e construção naval um dos objetos de mais sérios cuidados, e nós, a quem a natureza tantas riquezas prodigalizou neste gênero, as malbaratamos com mão prodiga³⁰.

Tanto os ministros da Marinha, presidente da Província quanto o cônego Francisco Bernardino de Souza, depois de mencionarem as importantes obras construídas e o período de certa florescência do Arsenal do Pará, concluía suas falas enfatizando o estado precário que se encontrava este estabelecimento que, nas palavras do cônego, “se limita a consertar embarcações e construir lanchas e escalares” (SOUZA, 1974, p. 33). Estas falas evidenciava a importância e necessidade de reformas que o Arsenal do Pará deveria passar para estruturar seus estabelecimentos e serviços gerais.

“A Marinha de Guerra, não se compõe só da esquadra propriamente dita, se não de tudo que concorre para organizá-la³¹.” Esta fala do Ministro da Marinha levantava a questão da necessidade de ampliar o funcionamento e investir no desenvolvimento dos Arsenais de Marinha do Império que passava pela articulação e discussão dos dirigentes políticos. Em 1842, Joaquim José Rodrigues Torres, um dos articuladores da reforma que deveria passar a Armada no período regencial, apontou os obstáculos que impediam o desenvolvimento dos arsenais³². Tais estabelecimentos careciam de oficinas adequadas e de um pessoal numeroso e inteligente. Era preciso construir estaleiros, oficinas de diferentes gêneros, estabelecer fábricas, produzir matérias-primas e formar operários; “o que quase tudo nos falta, quase tudo é preciso criar³³”.

De acordo com José Miguel Arias Neto³⁴, Joaquim José Rodrigues Torres, ao assumir o Ministério da Marinha no período regencial, teve papel importante no processo de implementação na configuração da Armada Nacional. O conjunto dos relatórios apresentados por Rodrigues Torres à Câmara dos Deputados é fundamental para se compreender as mudanças que se operavam na política e, conseqüentemente, o caráter das reformas que se desejava implementar na Marinha tentando nacionalizar e profissionalizar as estruturas e serviços.

³⁰ Idem, p. 11.

³¹ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 5º legislatura de 1842-3. (Publicado em 1843) – p. 6.

³² LACERDA, David Patrício. Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890) - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 37.

³³ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 5º legislatura de 1842 (Publicado em 1843). p. 6.

³⁴ ARIAS NETO, J.M. *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

Rodrigues Torres evidenciava propiciar melhor a formação dos oficiais para receberem funções científicas necessárias para o desempenho de suas funções. Preocupado com a conservação dos navios de madeira que estavam em estágio de deterioração, propunha uma maior cobertura dos estaleiros navais e uma melhor organização no uso das madeiras e conservação dos navios. Para uso dos armamentos e aparelhamento dos navios, a Marinha tinha uma dependência muito grande do estrangeiro quanto ao material utilizado como “cabos, lonas, amarras, e mil outras coisas das quais, algumas – na visão de Torres - poderiam ser fabricadas no país”

Em um primeiro momento supunha que as “indústrias nacionais” poderiam fornecer matérias primas e manufaturados necessárias à construção naval. Entretanto, a possibilidade de transformação do arsenal da Corte na indústria necessária à Marinha se suas oficinas fossem equipadas e seu pessoal treinado: “Quanto às oficinas que já existem (...) quase todas estão ainda no estado de imperfeição, da qual somente as poderá tirar uma mais desenvolvida instrução dos nossos artífices, a elas, não só falecem as máquinas e utensílios, que para facilidade e perfeição dos produtos tem inventado a indústria humana, mas também estão colocadas em locais tão estreitos, e mesmo escuros, que é absolutamente preciso muda-las para onde possam não só tomar o desenvolvimento, que forem exigindo nossas progressivas necessidades, mas também oferecer comodidade aos operários nelas empregados” (ARIAS NETO, 2001, p. 46)

Houve três questões importantes na passagem de Rodrigues Torres pela pasta da Marinha. A primeira era a preocupação com os arsenais que poderiam se tornar verdadeiras indústrias, para tanto, elaborou plano um geral e uniforme de construção de novas oficinas para os arsenais. Depois a composição a disciplina do pessoal da Armada, criticando como defeituoso o método utilizado para composição das guarnições através do “engajamento” e “recrutamento forçado”, “pois obedeciam a princípios opostos e instalava nos navios um “germe” de desarmonia, fatal ao serviço público” (ARIAS NETO, 2001, p.47).

A desarmonia decorria da falta de qualidade do pessoal para suprir os quadros da Marinha. Os “engajados”, além do recebimento de um prêmio em dinheiro quando assentavam praça, deixavam o serviço após certo espaço de tempo sendo necessário atrair pessoal do estrangeiro para este serviço, gerando um gasto a mais para as economias da instituição. Os “recrutados”, não dispunham da mesma vantagem, desertando frequentemente gerando a consequente diminuição da força da Armada Nacional, aumentando a repugnância do serviço naval.

O recrutamento de homens livres, pobres, libertos e índios, evidenciava uma complexa situação social. Rodrigues Torres, propôs então, a organização de mecanismos de recrutamento e disciplina para a composição do quadro de pessoal. Aumentar o número de marinheiros era uma preocupação constante na instituição. A melhoria das condições a bordo dos navios

passava por tentar engajar rapazes de 12 a 17 anos que pudessem dedicar-se a vida no mar. Para isso, Arias Neto (2001, p. 47) afirma que Ministro Rodrigues Torres informava que o governo procurava promover criar uma escola de instrução primária a bordo de cada navio, promovendo, também, a instrução dos oficiais na criação de uma escola de Marinha.

No relatório do Ministério da Marinha de 1833, ao comentar sobre a necessidade de uma escola de construção naval, o Ministro chama atenção para a situação dos arsenais do Império que contavam com “mestres das oficinas destituídos da educação científica, de que necessitam, não tendo outra instrução além da que adquirem pela prática, e cega rotina³⁵” Apontava em sua fala para a modesta escola existente no Arsenal da Corte com 100 aprendizes matriculados e espalhados por diversas oficinas, onde era ensinado a ler, escrever e contar que poderia com os anos “sair dela artistas distintos, que com mais inteligência possam dirigir as oficinas dos arsenais de Marinha.”

Os elementos essenciais para o desenvolvimento da Marinha em seu papel de garantir a defesa do Estado nacional passariam a contribuir com a política naval de reparação dos arsenais do império. Era necessário contar com os “arsenais bem equipados, organizados sob regras e métodos de trabalho uniformes, capazes de assegurar a melhor execução de cada parte do trabalho e com maior economia” (LACERDA, 2016, p. 38).

Os ministros da Marinha, Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti d’Albuquerque, que sucederam Rodrigues Torres, alegavam que os arsenais de Marinha não recebiam maiores atenções desde a Independência do Brasil, continuavam declarando que “as inspeções dos arsenais ressentem-se também dos defeitos de sua organização primitiva” e da “falta de homens profissionais, competentemente habilitados para direção das construções e oficinas³⁶”

O Arsenal da Província do Pará, que antes da Independência do Brasil, contava com a construção de “grandes e bons navios de Guerra, Charruas, e navios mercantes de mil e quatrocentas e duas mil toneladas, não se observa, se não um fraco estabelecimento.” O Ministro pontuava a decadência e incapacidade do Arsenal do Pará “que mal podia atender aos fabricos e reparos da estação do Norte³⁷”, decretando que este estabelecimento apresentava grande contraste daquilo que um dia foi reconhecido por sua importância e eficácia.

³⁵ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na sessão ordinária de 1833-2. (Publicado em 1834) – p. 7.

³⁶ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 6º legislatura de 1844-2. (Publicado em 1845) – p. 6.

³⁷ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 6º legislatura de 1844-2. (Publicado em 1845) – p. 11.

Lacerda (2016), afirma que na tentativa de aumentar a dotação orçamentária da Marinha, os Ministros acreditavam ser necessário organizar a Marinha a exemplo de forças navais estrangeiras.

A preocupação dos ministros estava relacionada ao impacto da introdução das máquinas a vapor como método de propulsão dos navios de guerra, inovação que agitava o “mundo” e o “poder marítimo das nações”. Para ele, tal quadro exigia a manutenção dos arsenais régios e suas oficinas na “via do aperfeiçoamento”, garantindo que “progridam e se aperfeiçoem”. Segundo sua avaliação, o incremento de “melhoramentos e novos processos esbarrava na “falta de pessoal inteligente e com as precisas habilitações”, dificuldade, que, em sua ótica, era um “vício” que persistia nas “oficinas navais” e nas “muitas instituições da sociedade brasileira. (LACERDA, 2016, pp. 38-39)

A preocupação com o desenvolvimento do aparato técnico, físico e estrutural da Marinha foi constante nas falas dos ministros que sucederam Rodrigues Torres, mas este chama a atenção pela dedicação e esforço para implementar tal estruturação. E toda essa preocupação refletia no desenvolvimento do Arsenal de Marinha do Pará. Em 1828, o Ministro pontuava sobre a abundância e a excelência de madeiras diante da maior facilidade para serem ali conduzidos os objetos necessários como elementos essenciais para o desenvolvimento de “um grande estabelecimento de construção naval.³⁸” Além disso, o relatório destacava que o Arsenal do Pará apresentava falta de operários hábeis, poucos recursos investidos pelo governo provincial e a escassez de homens próprios para dirigirem os trabalhos acabavam neutralizando as vantagens que a Província apresenta para construção naval.

Para Wagner Luiz Bueno Santos (2016), é importante pontuar que a partir de meados do século XIX percebem-se significativas alterações na administração naval, e a Marinha Imperial começaria a promover reformas administrativas, ampliando e reformulando suas agências militares. Percebem-se, nesse momento, reformas e ampliação das estruturas físicas na tentativa de viabilizar a ação militar nas províncias, sobretudo no extenso litoral do Império.

Em 1843 foram criadas as Estações Navais Permanentes no litoral brasileiro: Estação do Norte, com sede no Pará; Estação do Centro, com sede na Bahia e Estação do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Essas agências tinham a função de inspecionar e fiscalizar a navegação mercante, ação que se estendia ao tráfico negreiro. A partir de 1846, foram criadas sucessivamente as Capitânicas de Porto. As primeiras foram: Capitania da Corte no Rio de Janeiro, do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de Santa Catarina e a de São Pedro do Rio Grande do Sul. Instaladas, essas agências tinham a competência de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades de navegação nos portos e ainda tinham a função de representar o poder público (SANTOS, 2016, pp. 11-12).

³⁸ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na sessão ordinária de 1838-2. (Publicado em 1838) – p. 19.

As transformações na estrutura burocrática e administrativa da Marinha são em decorrência de profundas discussões por meio dos relatórios ministeriais e propostas de “fixação de forças” que chegavam a assembleia legislativa. Estas discussões ocorreram devido aumento da presença de militares nos altos cargos políticos do governo. Muitos militares ingressaram na Política, protagonizaram momentos decisivos no cenário Político do Império, trafegando entre dois mundos, “participando de conflitos militares tanto dentro e fora dos limites do Império quanto nos corredores do Congresso e no espaço de Governo. Isto é, no mundo militar e no mundo da Política³⁹”.

Os arsenais de Marinha do império brasileiro apresentavam uma complexa organização sócio profissional nas mais diversas relações de artesãos e operários manuais que atuavam em diferentes oficinas especializadas, onde muitos meninos Aprendizes Artífices construíram suas trajetórias somando-se relações ao trabalho de capelães, professores de primeiras letras, desenhistas, amanuenses, lentes de geometria, inspetores, diretores, porteiros, guardas, cirurgiões, apontadores, secretários e escreventes. Todos esses indivíduos e suas profissões ocupavam o mesmo espaço de trabalho marcados por práticas e organização do mundo militar (LARCERDA, 2016, p. 36).

O decreto nº 5.622 de 2 de maio de 1874 vai reformar o regulamento dos arsenais de Marinha de todo o império. A partir disso, o Arsenal de Marinha do Pará passa por uma reestruturação no quadro de funcionamento e o artigo 4º do regulamento passa organizá-lo da seguinte forma:

Tabela 1 - Arsenal de Marinha do Pará	
Nº	FUNÇÃO
1	Inspetor
1	Ajudante
1	Secretário
2	Amanuenses
1	Porteiro
1	Diretor das Construções Navais
1	Diretor das Oficinas de Máquinas
1	Patrão-mór
1	Cirurgião
1	Capelão
1	Professor de primeiras letras
1	Desenhador
1	Apontador
-	Escreventes

³⁹ SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016. p.67.

-	Empregados do Almoarifado
-	Comandante
-	Empregados da Companhia de Aprendizes Artífices
1	Porteiro
1	Ajudante

Fonte: Decreto nº 5.622 de 2 de maio de 1874

O Inspetor é a primeira autoridade do Arsenal, é responsável por regular e manter administração e todos os funcionários seriam subordinados a ele. Ao secretário competia gerenciar as burocracias, os diretores de construções navais competia dirigir os trabalhos nas oficinas, ao patrão-mór era destinado as manobras nas entradas e saídas dos navios e zelar pelas embarcações, os escreventes e desenhadores eram responsáveis por gerenciar a documentação nos arquivos, ao Cirurgião competia prestar socorros e tratar das enfermidades dos Aprendizes Artífices, Artífices Militares, operários e de todos que residirem no Arsenal. Ao Capelão deveria celebrar as missas aos domingos e dias santos, ouvir confissões dos indivíduos residentes no Arsenal, aos professores caberia ensinar as aulas de primeiras letras nas escolas Companhias de Aprendizes do Arsenal, e aos apontadores veriam fiscalizar os mestres, contra mestres, operários e aprendizes artífices do arsenal.⁴⁰

O Artigo nº 6 do decreto determinava que haveria em todos os arsenais oficinas de construção naval, de calafates, de carapinas, de ferreiros, de serralheiros, de aparelho, de velame, de fundição, e concerto das maquinas de vapor dos navios da Armada, compreendendo esta as de torneiro, ferreiros, limadores, caldeireiros de cobre e de ferro, de modeladores e de martinete. Nas oficinas continham Mestres, Contramestres, Mandadores operários, aprendizes artífices e serventes. O Arsenal de Marinha do Pará estava distribuído em três diretorias: máquinas, construção naval e avulsa. Nem todas as oficinas que apresentava o regulamento constava no mapa de distribuição das oficinas que era encaminhado para a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha na Corte, como se vê no quadro abaixo:

Tabela 2 - Mapa das oficinas do Arsenal de Marinha do Pará – 1876	
Diretoria	Oficina
Máquinas	Fundidores
	Moldadores
	Ferreiros
	Serralheiros
	Torneiros de metal
Construção Naval	Carpinteiros
	Calafates
	Carapinas

⁴⁰ Decreto nº 5.622 de 2 de maio de 1874

Avulsos	Aparelhos
---------	-----------

Fonte: Arquivo Nacional - Série Marinha. Notação XM – 463⁴¹

O inspetor do Arsenal de Marinha ficaria encarregado de encaminhar o relatório ao Ministro da Marinha informando o andamento, a organização e as demandas da instituição. Na documentação presente no Arquivo Nacional, na Série Marinha, foi possível realizar o levantamento de alguns relatórios em que consta o mapa das distribuições das oficinas e algumas ocorrências que permeavam as relações de trabalho.

A falta do pessoal habilitado, as ocorrências de evasão, atos de indisciplina, insubordinação e o abandono dos trabalhos nas oficinas parece ter sido constante no decorrer das atividades dentro do Arsenal, gerando certa dificuldade na execução de diversas construções, reparos e acabamento das obras nas diversas oficinas distribuídas pelo estabelecimento. No documento datado do dia 7 de Janeiro de 1876, o Diretor de Máquinas do Arsenal de Marinha do Pará encaminhava para o Inspetor que em seguida relatava o problema para o Ministério da Marinha na Corte informando as gravidades encontradas com o reparo de um navio.

Diretoria das Oficinas de Máquinas do Arsenal de Marinha do Pará
7 de janeiro de 1876

Ilmo^o Senr^o

Cabe-me em resposta a portaria dessa inspeção sob nº 202 de 31 de dezembro último na qual encomenda-me V.Ex^{aa} que examinado por mim os trabalhos a bordo do Vapor Marcílio Dias, informo não só quanto a verdade do fato (...) de que o serviço de desmanchamento desse Vapor é feito de modo irregular e prejudicial ao Estado, por o operário desse serviço abandoná-lo (...). Do exame por mim feito (...) quanto as desmontagens das respectivas máquinas e caldeiras, verifica-se infelizmente que esse serviço não tem sido feito com a precisa regularidade e economia.

Deus Guarde V.S^a

Ilmo^o Senr^o Capitão de Fragata João Gomes de faria
Inspetor do Arsenal⁴²

No ofício de 1876, o mestre da oficina de fundição relata que os operários Antonio José da Silva Nino e Raimundo Barbosa de Godóis deixaram de “dar pronta execução a urgentíssimos trabalhos que lhe foram encarregados para Canhoneira Ipiranga que deveria seguir o mais breve possível para o Amazonas”. Os operários teriam desacatado e desrespeitado o mestre da oficina diante de todos os outros operários, e que esses comportamentos eram cada

⁴¹ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Mapa da distribuição das oficinas do Arsenal de Marinha do Pará de outubro de 1876. Notação: Maço XM – 463.

⁴² BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1876. Notação: Maço X M – 947.

vez mais constantes. O Inspetor ao tomar conhecimento disso, encaminhou a informação ao Presidente da Província do Pará conforme o artigo 229 do regulamento de dispositivo decreto nº 5.622 de 2 de maio de 1874.

Este artigo do regulamento dava competência ao Inspetor para punir ou admoestar os funcionários, porém era necessário dar parte dessas circunstâncias para o Presidente de Província que, por sua vez, encaminhava à Secretaria de Estado da Marinha na Corte caracterizando uma rede de relações políticas nas tomadas de decisão da instituição. É o que ocorre com o caso dos operários citados anteriormente quando o presidente da Província do Pará pedia sérias providências para punir ou pelo menos suspender dos serviços.

Palácio do Governo do Pará
16 de setembro de 1876
Ilmo Exm Senr

Tenho a honra de participar a V.Ex^a que, em cumprimento do aviso de V.Ex^a de nº 22 de agosto último, expede as necessárias ordens afim de ser eliminado do serviço do Arsenal de Marinha desta Província os operários Antonio José da Silva e Raimundo Barbosa de Godóis (...) ter sido mal nos procedimentos nos serviços.
Exm^o Ilm^o Senr^o Conselheiro Luiz Antonio Pereira Franco
Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Marinha

João Capistrano Bandeira de Mello
Presdidente⁴³

Os atos de indisciplina acabavam tomando conta das relações entre os próprios operários e mestres do estabelecimento. Em documento nº 13 de 23 de Janeiro de 1875 o Diretor da Oficina de Máquinas do Arsenal participa ao Inspetor que o operário da oficina de ferreiros, Manoel de Assunção, havia faltado com respeito com outro operário da mesma oficina, e pedia providências para que o fato não fosse repetido outras vezes. Também, o mesmo Diretor de Máquinas, em Março de 1875 relatava que o mestre da oficina de fundição foi “desrespeitado pelo operário da mesma oficina”, Miguel Ribeiro Martins⁴⁴.

A falta dos operários, a indisciplina e a ausência dos serviços em que muitos acabavam desertando ou deixado de comparecer constava como um problema a ser enfrentado pela administração da instituição, pelo que era necessário recorrer sempre ao Ministério da Marinha para apreciação das condições em que se apresentavam os operários. Por exemplo, em ofício nº 65 do dia 5 de janeiro de 1875, o Inspetor requisitava a eliminação do operário [...] Pereira da oficina de carapinas por ter abandonado ao posto de trabalho desde o dia 23 de outubro de

⁴³ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1876. Notação: Maço X M – 947.

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Ofícios da Diretoria das Construções Navais de 1875, notação 77.

1874⁴⁵. Também em ofício nº 15 do 22 de fevereiro de 1875, o Inspetor relatava o não comparecimento do operário da oficina de aparelhos, José Francisco de Paula, “sem justificativa alguma de suas falta consecutivas” e solicita a “eliminação dos serviços” do dito operário⁴⁶. Em outro ofício nº20, o Inspetor do Arsenal recomendava o seguinte:

Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará
4 de Março de 1875
Ilmo Exco Senr

Tendo se retirado para fora desta Capital sem previa licença o operário da oficina de ferreiros deste Arsenal, João Antonio de Farias, por cujo motivo tem falta aos trabalhos desde 4 de janeiro ultimo. Vou rogar a V.Ex^a que se digne autorizar-me a mandar eliminar do respectivo quadro o dito operário por seu irregular comportamento.
Deus Guarde VEx^a

Ilmo Exm Senr
Conselheiro Doutor Joaquim Delfim Ribeiro da Luz
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha
Manoel Carneiro da Rocha
Capitão de Fragata e Inspetor do Arsenal⁴⁷

Nessa mesma direção, em ofício nº 65 do dia 9 de maio de 1877, o Presidente da Província do Pará, João Capistrano Bandeira de Mello, comunica a Secretaria da Marinha que autorizou o Inspetor do Arsenal a eliminar do quadro da oficina de carapinas os operários Hermegildo Fernandes Ferreira e Raimundo Antonio Oliveira por sucessivas faltas sem justificativas, o primeiro não aparecia ao serviço desde o dia 6 de novembro de 1876, e o segundo desde o dia 9 de fevereiro de 1877⁴⁸.

O problema enfrentado com a falta de assiduidade e comportamento dos operários do Arsenal de Marinha do Pará refletia no andamento das obras que deveriam ser implementadas. Toda falta ou desistência dos serviços comprometia na construção, montagem, conservação e consertos das maquinas do Arsenal ou dos navios que necessitavam de reparos e outros serviços para continuarem suas viagens. Afinal, o bom andamento das atividades também repercutia no andamento das demandas internas do Estado. As instituições do Estado recorriam sempre que precisavam ao Arsenal de Marinha para algum serviço ou obra que necessitassem.

⁴⁵ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1875. Notação: Maço X M – 408.

⁴⁶ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1875. Notação: Maço X M – 408.

⁴⁷ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1875. Notação: Maço X M – 408.

⁴⁸ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício do Palácio do Governo da Província do Pará de 1877. Notação: Maço X M – 947.

Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará
26 de outubro de 1876
Ilmo Exm Senr

(...) Construíram-se seis escalares para o Arsenal da Corte, uma canoa para o serviço do Arsenal, e achão-se em via de construção um escaler para a polícia do porto do Amazonas, uma lancha reforçada para o arsenal em substituição de outra que pede-se e uma Chalana para divisão naval.

Ilmo Exmo Senr Conselheiro Luiz Antonio Pereira Franco
Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Marinha
João Gomes de Faria
Capitão de Fragata e Inspetor do Arsenal⁴⁹

O Arsenal de Marinha do Pará precisava de operários hábeis, inteligentes, disciplinados, obedientes, pontuais e empenhados nos trabalhos das oficinas. Para isso era necessário trabalhar na organização e formação de um corpo de indivíduos que fosse habilitado e que ao longo do tempo seriam futuros operários responsáveis ao serviço que pudessem, enfim, sanar as dificuldades e atender as necessidades operacionais do próprio aparelho técnico do estado da Marinha que passava por reformas de sua organização e operacionalização.

David Patrício Lacerda (2016, p. 122) afirma que foi através das reformas administrativas apresentada pela Marinha de Guerra, produzindo uma série de medidas legais envolvendo a organização das relações de trabalho nos arsenais, que surge a importância de criar as Companhias de Aprendizes como espaço de aprendizagem dos ofícios ligados a indústria naval. Desse modo, o discurso oficial a respeito da educação de menores nos estaleiros da Marinha adquiriu força com as transformações ocorridas nas estruturas de poder do Estado imperial.

A solução era ofertar educação profissional a menores pobres do Império na tentativa de superar o debilitado contingente de artesãos e operários. Os dirigentes políticos e militares enxergavam na aprendizagem de menores um elemento essencial para o fortalecimento da Armada Nacional. Entretanto, por outro lado, essa experiência apontaria significados diversos em se tratando da maneira com que o Estado lidava com os problemas ligados as relações de trabalho no seio de uma sociedade escravocrata.

Assim, a importância da discussão sobre o recrutamento de menores como forma de aproveitá-los como mão de obra qualificada nas dependências da Marinha e em outras instituições do Império passa a funcionar como estratégia de controle social que na visão de

⁴⁹ BRASIL. Arquivo Nacional - Série Marinha – Ministro - Secretaria de Estado. Ofício de Inspeção do Arsenal de Marinha do Pará de 1876. Notação: Maço X M – 408.

uma elite política e dirigente poderia assegurar a tranquilidade da ordem pública das cidades, evitando com que muitos meninos se entregassem à vadiagem, ao ócio e outros maus costumes.

A Marinha de Guerra desenvolveu diversas experiências relacionadas a educação que marcaram sua trajetória histórica como um conjunto de práticas sociais e culturais. A instituição convivia lado a lado com diversos modelos de ensino como a Academia de Marinha (destinada a formar o alto escalão do oficialato), a Escola de Escola de Maquinistas e a Escola Prática de Artilharia (dedicavam-se à formação educacional e técnica de trabalhadores para atuarem nos serviços de marinhagem, construção, reparo e manutenção de embarcações), a Escola Naval (dedicada ao ensino secundário), as companhias de aprendizes artífices e marinheiros (voltadas para a instrução profissional e de primeiras letras), bem como a instalação de bibliotecas e a circulação de livros, mapas e periódicos (como o Brasil Marítimo, a Gazeta Naval e a Revista Marítima Brasileira) compunham um diversificado quadro de instituições destinadas à formação intelectual e profissional no meio naval. (LACERDA, 2016, pp. 116-119).

Alessandra F. Martinez de Schueler (1999, p. 4) em seu texto sobre as crianças e escolas na passagem do Império para a República, afirma que as preocupações sobre a implantação e difusão de um sistema de educação pública dirigidas a crianças e jovens intensificaram-se a partir de 1850. Depois do Ato Adicional de 1834, a educação pública ficou nas mãos das autoridades locais das províncias gerando certa descentralização do ensino, embora as medidas da legislação implementadas na Corte funcionavam como modelos para as demais administrações imperiais.

Através da reforma e regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854, foi delimitada uma série de exigências para admissão dos sujeitos nas escolas públicas. A Instrução passou ser destinada a população livre, vacinada e que não apresentassem doenças contagiosas, proibindo o acesso de escravos. O regulamento determinava que os alunos das escolas públicas deveriam estar compreendidos em uma faixa etária, limitada rigidamente conforme os graus de ensino. Para frequentar escolas primárias os indivíduos livres deveriam ter entre 5 a 14 anos, no ensino secundário entre 14 e 21 anos.

Schueler (1999, p. 5) adverte ainda que além da divisão entre livres e escravos, crianças e jovens, a legislação da Instrução Pública estabelecia outras distinções, evidenciando uma profunda hierarquia daquele período. O caráter obrigatório e gratuito da instrução primária apresentando um currículo de matérias como leitura, escrita e aritmética, doutrina cristã, geografia e história pátrias, acabava expressando a necessidade de instruir a população livre, por parte dos dirigentes do Estado imperial. Por não ter sido considerado obrigatório, o ensino secundário passou a ser restrito a uma pequena parcela da população livre, evidenciando,

portanto, o direcionamento em que o Estado imperial passou a relacionar instrução primária à instrução popular.

O regulamento de 1854⁵⁰, estabelecido pelos legisladores de Instrução Pública, torna mais evidente a relação entre ensino elementar e instrução popular em matricular uma parcela específica da população livre: meninos pobres que estivessem vagando pelas ruas em estado de pobreza e indigência, oferecendo vestuário, material escolar frequentando aulas primárias de leitura, caligrafia, doutrina cristã, princípios elementares de cálculo e sistemas de pesos e medidas. Depois de frequentarem as aulas primárias, os meninos seriam enviados aos Arsenais de Marinha para a aprendizagem de ofícios que lhes garantissem o sustento e trabalho por meio do qual seriam integrados na categoria de trabalhadores livres.

Primitivo Moacyr (1836, p. 23), ao fazer referência ao Regulamento de 1854, também afirmava que a educação para os meninos pobres e desvalidos deveria ser custeada pelos cofres públicos dando certo direcionamento para o trabalho dessa camada da população livre.

Se em qualquer dos distritos vagarem menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivam em mendicância, o governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um regulamento especial. enquanto não forem estabelecidas estas casas, os meninos poderão ser entregues aos párocos ou coadjutores ou mesmo aos professores dos distritos, com os quais o inspetor contratará, precedendo aprovação do governo, o pagamento mensal da soma precisa para o suprimento dos mesmos meninos. os meninos em tais circunstâncias, depois de receberem a instrução do 1º grau, **serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais ou de imperiais marinheiros**, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização do juiz de órfãos. Aqueles, porém, que se distinguirem, mostrando capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado à sua inteligência e aptidão. (MOACYR, 1936, p. 23, grifo nosso)

A partir da segunda metade do século XIX ocorre um aumento progressivo dos estabelecimentos escolares por todo império brasileiro. Nesse momento, ao apresentar a obrigatoriedade do ensino primário e formação para o trabalho como algo a ser exaltado na preparação para o futuro, formando trabalhadores e cidadãos empenhados no progresso da nação, os dirigentes políticos pensavam nos caminhos que a instrução de crianças poderia solucionar ou reformular a demanda apresentada sobre a questão do trabalho relacionado a questão da escravidão.

Os dirigentes políticos já insistiam na necessidade de desenvolver o ensino primário associado ao ensino profissional no bojo das ideias de alcance do progresso e da civilização

⁵⁰ Leis do Império do Brasil. Artigo 47, 48 e 49 do Regulamento de 1854 – Reforma da Instrução Primária. Site: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html> >

como forma de transformação social, reproduzindo hierarquias e conservando a ordem social do império. Desse modo, para atender aos órfãos, aos filhos de pais pobres e aos meninos encontrados pelas autoridades policiais nas ruas das cidades e no interior, a educação profissional por meio do ensino de ofícios, voltado para a formação de trabalhadores livres, foi estabelecido em algumas Províncias do Império através da criação de escolas como as Casas de Educandos Artífices e Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Marinha e de Guerra. Essas instituições propunham-se a ensinar as primeiras letras (escrita, leitura e aritmética), além de uma série de ofícios artesanais como, por exemplo, os ofícios de sapateiro, serralheiro, ferreiro, marceneiro, entre outros.

1.2 - Sistema de Companhia de Aprendizes da Marinha

De acordo com Venâncio (1999, p. 193), durante o período de expansão ultramarina europeia, a vida a bordo do navio passou por intensa mudança. As viagens se tornaram mais longas, o abastecimento incerto e os navios aumentaram de tamanho para garantir a rentabilidade econômica dos empreendimentos marítimos que geraram problemas técnicos a serem solucionados. O aprimoramento do sistema de velas, o manejo eficaz dependia de um número satisfatório de marinheiros para desempenharem os trabalhos. Isto levaria, gradualmente, a necessidade de recrutar indivíduos para os serviços. Assim, o recrutamento de crianças passa a surgir como iniciativa viável, pois, os meninos a bordo dos navios, conhecidos como grumetes, consumiam menos alimentos e podiam substituir os adultos em diversas atividades.

O trabalho infantil foi algo bastante valorizado. Na tripulação das embarcações de guerra ou mercantes em torno de 10% dos indivíduos era constituído por meninos com menos de 15 anos de idade. Os meninos a bordo realizavam trabalhos desde o cuidado da alimentação na cozinha até a limpeza dos pavimentos, em situação de conflito desempenhavam a função de abastecer os canhões e armas de fogo das embarcações⁵¹.

No período da Idade Moderna, muitas crianças pobres, órfãos e enjeitadas foram recrutadas para a vida nas embarcações onde passariam a ser a escola, a família e o destino dessas crianças. Baseado nisso, o menino pobre tornar-se-ia mais facilmente um soldado ou

⁵¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra*. In: PRIORE, Mary del. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 193.

marinheiro ideal, a instrução levaria ao comportamento e a percepção de ter a pátria como seus pais, gerando uma intensa relação de lealdade ao serviço. Em Portugal, por exemplo, os abrigos que acolhiam crianças abandonadas cuidavam delas até completarem 7 anos de idade, quando uma parcela conseguia sobreviver diante do alto índice de mortalidade infantil seriam direcionadas para a formação de marinheiros, considerado o lugar bem visto para socorrer esses enjeitados. (VENÂNCIO, 1999, p. 194)

Para Marcílio (1997, pp. 73-74), no decorrer do período colonial e imperial no Brasil, foram criadas várias casas de expostos junto às Santa Casas de Misericórdia para acolher crianças. As Casas de Misericórdia apresentavam dificuldades e não tinham meios para manter a criação e um rígido controle sobre as crianças depois de completavam 7 anos de idade, que acabavam perambulando pelas ruas ou vivendo de esmolas e pequenos furtos. Alguns meninos eram enviados para algumas oficinas particulares para aprenderem algum ofício de ferreiro, sapateiro ou de caixeiro, ainda existia a possibilidade de serem enviados para as Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Marinha e de Guerra. No caso das meninas, eram encaminhadas para casas de recolhimento de meninas órfãs e desvalidas.

O trabalho na construção e reparo das embarcações dos estabelecimentos da Marinha exigia a presença de diversos trabalhadores que podiam ser especializados ou não nas atividades. Para os meninos órfãos e expostos era o local direcionado para iniciarem as atividades na aprendizagem de algum ofício de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. A vida nos estaleiros da Marinha era rude e pesada convivendo com os mais variados sujeitos presos, escravos e degredados. A Alimentação era fraca, causando a morte de muitos. Marcílio (1997, p.74), em seu trabalho sobre a história da criança abandonada no Brasil, expõe o testemunho de um médico que observou as crianças no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. A maioria delas se alimentava mal e tinha o corpo enfraquecido. Muitas vezes os meninos entravam alegres e robustos, depois com a intensidade dos serviços começava a definhando, emagrecer, adquirindo uma cor pálida e amarelada, caracterizando muitas vezes o aparecimento de tuberculose⁵².

De acordo com Cunha (1979, p.4), Lins (2012, p. 34) e Mesquita (2016, p. 124), a presença de menores na Armada Imperial remonta o surgimento do Corpo de Imperiais Marinheiros criado em 1836. Mas pelo menos desde os anos de 1832 a 1835 já existia o debate sobre a promulgação de leis que determinava o encaminhamento de órfãos para os Arsenais de Guerra e da Marinha. A Armada Imperial enfrentou muitos problemas para compor as

⁵² MARCÍLIO, Maria Luíza. *A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 74

demandas de seu corpo efetivo de marinheiros e de operários. Era necessária a presença daqueles que tivessem condições físicas para os mais duros trabalhos, e que fossem formados e preparados para isso. Desse modo, iniciou-se, “com a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte, em 1840, uma tentativa de formar e instruir, desde as primeiras idades da vida do trabalho, uma mão de obra que pudesse atuar nas atividades das embarcações e oficinas dos arsenais de Marinha”⁵³.

O Decreto de 22 de Outubro de 1836 criou quatro Companhias Fixas da Marinha. Cada Companhia possuía o número inicial de 26 aprendizes de marinheiros e artífices, o qual seria ampliado posteriormente para um total de 200 aprendizes, exigindo, portanto, uma organização do trabalho próximo do que ocorreu nos arsenais de Marinha de Portugal. Isto é, as Companhias de Aprendizes Marinheiros e Artífices acabavam se entrelaçando sem nenhuma definição clara e objetiva das funções atribuídas. As atividades para os aprendizes ainda não estavam separadas entre os que desenvolviam uma arte e ofício de operário e os que desenvolviam a arte de marinheiro⁵⁴.

Somente a partir da década de 1840, as Companhias de Aprendizes tiveram seus objetivos definidos e uma organização própria.

No ano de 1843, a Companhia de Aprendizes Marinheiros ficou adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros e a Companhia de Aprendizes menores Artífices ficou subordinada à Companhia de Artífices do Arsenal de Marinha, tendo cada uma, a partir de então, um objetivo específico. A companhia de aprendizes marinheiros, nesse período, começou a ser cogitada como uma possibilidade de substituir o recrutamento forçado através da educação (MESQUITA, 2016, p. 128).

No Brasil Império, a implantação do sistema de Companhias foi copiado do modelo de sistema europeu, em especial da Marinha Portuguesa que possuía um Arsenal que parecia uma grande fábrica com operários agrupados para desenvolver diversos trabalhos. O Arsenal Real de Marinha de Portugal “era uma imponente concentração operária em plena Lisboa.”⁵⁵ Oferecia diversas artes de ofícios, ministradas por mestres contratados na comunidade e as instruções militares ministradas pelos oficiais de marinha, na qual podemos classificar como

⁵³ BRASIL. Ministério da Marinha. Ofício de n. 353 - Marinha. - Em 16 de outubro de 1834. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. DPHDM Arquivo da Marinha. Cf: LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 34.

⁵⁴ MESQUITA, Simone Vieira de. *Ensino Militar Naval: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864 – a 1889)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016. p. 128.

⁵⁵ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Os arsenalistas da marinha na revolução de Setembro (1836)*. *Análise Social*, vol XVIII (65), 1981, 1º, p.34.

um misto de quartel e fábrica, com mais de 200 operários, “numa relação de trabalho que se entrelaça na evolução do capitalismo e do liberalismo na Europa, que foi seguida no Brasil através das Companhias fixas de Marinha”⁵⁶.

De acordo com Bonifácio (1981, p. 34), as Companhias de Aprendizes de Portugal tinham como público alvo meninos que eram destinados aos diversos trabalhos nas oficinas de carpinteiros de machado, carpinteiros de obra branca, calafates, serradores, polieiros, pintores, entalhadores, tanoeiros, ferreiros e espingardeiros, bandeireiros e alfaiates, sapateiro e correiros, instrumentos náuticos, casa das velas, armazém do aparelho, troço do mar, faluas e barcas de água, algarves, galegos, hiates.

Para Mesquita (2016, p. 130), esse legado chegou ao Brasil através da implantação das Companhias fixas atendendo meninos pobres com formação específica para os baixos quadros da Marinha, prezando pela formação profissional, moral e civil, bem como à instrução das primeiras letras, inserindo-os no processo de educação exigida pelos países civilizados, mas com objetivo de atender as orientações do Estado em adestrar esse público.

A Marinha, diante da ampliação e desenvolvimento de seu aparato técnico e pessoal, resolveu reformar o estado das Companhias de Aprendizes separando em Companhia de Aprendizes Artífices para formação do futuro operário e a Companhia de Aprendizes Marinheiros para formação do futuro Marinheiro disciplinado e especializado para compor as embarcações e atender as necessidades da instituição.

O sistema de ensino da Marinha iria compor com outras instituições de ensino mais um espaço para educação e formação profissional. Esta iniciativa atendia as demandas do projeto de reforma do Estado Imperial em curso, de ação civilizatória e da manutenção da ordem, em que a Instrução Pública teria um papel fundamental para colocar o Império brasileiro ao lado das Nações civilizadas. Desse modo, o Ministro da Marinha Rodrigues Torres estabeleceu suas intenções na tentativa de organizar e disciplinar o pessoal da Armada através da educação para oferecer civilização a todas as classes. (Wagner Bueno, 2016, p. 150-152)

Em 1840, com as discussões sobre os projetos de lei que fixa as forças navais para o ano financeiro de 1841 e 1842, foi criada a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte regida pelo Decreto nº 411 de 5 de julho de 1845 que estabeleceu o regulamento para funcionamento. Posteriormente, ao longo do século XIX foram criadas 18 Companhias de

⁵⁶ MESQUITA, Simone Vieira de. *Ensino Militar Naval: escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864-1889)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016. p. 129.

Aprendizes Marinheiros nas diversas províncias do Império brasileiro, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 3 - Companhia de Aprendizes Marinheiros no Século XIX		
Ord.	Companhia de Aprendizes Marinheiros/Província	Decreto de criação
1	Companhias de Aprendizes Marinheiros da Corte	Decreto nº 148 – 27 de Agosto de 1840.
2	Companhia de Aprendizes Marinheiros Pará	Decreto nº 1.517 – 04 de Janeiro de 1855
3	Companhia de Aprendizes Marinheiros Bahia	Decreto nº 1.543 – 27 de Janeiro de 1855
4	Companhia de Aprendizes Marinheiros Mato Grosso	Decreto nº 1.987 – 7 de Outubro de 1857
5	Companhia de Aprendizes Marinheiros Santa Catarina	Decreto nº 2.003 – 24 Outubro de 1857
6	Companhia de Aprendizes Marinheiros Pernambuco	Decreto nº 2.003 – 24 Outubro de 1857
7	Companhia de Aprendizes Marinheiros Maranhão	Decreto nº 2.725 – 12 de Janeiro de 1861
8	Companhia de Aprendizes Marinheiros Rio Grande do Sul	Decreto nº 2.725 – 12 de Janeiro de 1861
9	Companhia de Aprendizes Marinheiros Espírito Santo	Decreto nº 2.890 – 8 de Fevereiro de 1862
10	Companhia de Aprendizes Marinheiros Ceará	Decreto nº 3.347 – 26 de Novembro de 1864
11	Companhia de Aprendizes Marinheiros Paraná	Decreto nº 3.347 – 26 de Novembro de 1864
12	Companhia de Aprendizes Marinheiros São Paulo	Decreto nº 4.112 – 20 de Fevereiro de 1868.
13	Companhia de Aprendizes Marinheiros Sergipe	Decreto nº 4.142 – 5 de Abril de 1868.
14	Companhia de Aprendizes Marinheiros Parahyba	Decreto nº 4.680 – 17 de Janeiro de 1871
15	Companhia de Aprendizes Marinheiros Amazonas	Decreto nº 4.681 – 17 de Janeiro de 1871
16	Companhia de Aprendizes Marinheiros Rio Grande do Norte	Decreto nº 5.181 – 16 de Dezembro de 1872
17	Companhia de Aprendizes Marinheiros Piauí	Decreto nº 5.309 – 18 de Junho de 1873
18	Companhia de Aprendizes Marinheiros Alagoas	Decreto nº 5.847 - 2 janeiro de 1874

Fonte: Leis do Império – Elaborado por (BUENO, 2016, p. 152)

A ideia de criar corpos bem instruídos transformou-se em um projeto de formação maior de praças para Marinha Imperial que recaía sobre indivíduos das classes subalternas fazendo ressurgir as práticas de recrutamento de jovens. A criação das Companhias não substituiu por completo o antigo método de recrutamento, mas, criou dois tipos de marinheiros, os que possuíam uma formação nas Companhias e os que ingressariam diretamente no serviço. É dessa forma que estas Companhias emergem dentro de contexto político e social que se instalava na

sociedade imperial com grande rebatimento institucional, aspectos ligados à hierarquia e à distinção social⁵⁷.

Historiadores e educadores de todo o Brasil têm tratado em diversos trabalhos publicados sobre o processo de criação e consolidação das Companhias de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial como instituição responsável por proporcionar educação à meninos pobres para formação de futuros marinheiros instruídos e educados pela Marinha. Sobre a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, segunda a ser criada em 1855 do total de dezoito, não foi encontrado qualquer trabalho acadêmico que tratasse desta experiência no bojo das diversas instituições educacionais destinadas a meninos pobres da Província do Pará.

O Decreto nº 1.517 de 4 de Janeiro de 1855 criou a Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Pará. Tanto para Wagner Bueno (2016), quanto para Jorge Antonio Dias (2017, p. 325) não foi possível encontrar ainda qualquer explicação para a Marinha aguardar 15 anos depois para criar a segunda Companhia. Entretanto, Antonio Dias (2017) supõe que os motivos poderiam ter sido em decorrência dos aspectos logísticos até o mapeamento da possibilidade de maior êxito nos recrutamentos.

O Presidente da Província do Pará, Henrique Beurepaire Rohan, em relatório apresentado em 1857, destacava a importância da Companhia de Aprendizes Marinheiros para o futuro da Marinha da Guerra. “Se todos os pais e mães pobres reconhecessem a vantagem inúmeras que lhes garante esse meio de instrução gratuita deverão ser eles os próprios a aplicar a entrada de seus filhos para este estabelecimento”.⁵⁸ As falas e informações constantes nos relatórios dos Presidentes de Província destacando as Companhias de Aprendizes da Marinha reflete, de acordo com Jorge Antonio Dias (2017, p.127), “a importância para aquelas localidades do aparato militar instalado”.

Já a outra Companhia responsável por formar operários, inicialmente denominada “Companhia de Aprendizes menores Artífices” tinha, inicialmente, como público alvo meninos com idade a partir de 14 anos para atuar nas oficinas dos Arsenais militares. “Vemos, então, que mesmo antes do processo de industrialização efetivar-se no Brasil, a Marinha já vinha

⁵⁷ DIAS, Jorge Antonio. *O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840)*. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2017. p. 282.

⁵⁸ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2º sessão da 10º Legislatura de 1857.

investindo na formação para o trabalho, estabelecendo ritmo, regras, horários e um pequeno salário.”⁵⁹

A iniciativa do Estado em promover a preparação para o trabalho de meninos pobres foi um modelo utilizado e difundido na Província do Pará. O objetivo era livrar os meninos dos vícios, regenerá-los e transformá-los em trabalhadores úteis, que além do Arsenal de Marinha como espaço puramente militar destas práticas desenvolvidas por muitos anos, outras instituições foram criadas e mantidas como semelhante propósito de formação para o trabalho.

1.3 - Destino para meninos desvalidos na Província do Pará

Em geral “desvalida” é a palavra encontrada na documentação e legislação para se referir às crianças em situações marginais. O prefixo “des” confere significado a esta situação – não ser válido, do ponto de vista físico, material, cultural. Portanto há de se investigar que o sentido de “ter validade” numa sociedade é uma construção histórica. Especificamente no século XIX em diante a criança desvalida refere-se à criança abandonada, órfã pobre. Importante destacar que o entendimento de sua situação é de marginalidade transitória e as ações individuais ou públicas se fazem no sentido de sua inserção social, ou melhor, integração social pelo trabalho, pela produção de uma validade ou utilidade⁶⁰.

De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira de 1832, “desvalido” é aquele que perdeu ou não tem valimento. Que não tem quem lhe valha⁶¹, assim geralmente, aplicados aos pobres. O uso da expressão “desvalido” é associado a questão da miséria e da pobreza, aos sujeitos que não possuem qualquer valor material mínimo para existência. O século XIX foi um período marcado por transformações na forma como a condição de desvalidamento foi entendida pela sociedade e pelo Estado. Desse modo, as políticas públicas educacionais, difundida pelo Estado aos desvalidos, foram marcadas pelas instituições de ensino de ofícios.

Para pensar a implementação dos estabelecimentos educacionais, como as Companhias de Aprendiz da Marinha, são necessárias entender as especificidades da condição das crianças

⁵⁹ MESQUITA, Simone Vieira de. *Ensino Militar Naval: escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864-1889)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016. p. 132.

⁶⁰ VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação Social: um campo de investigação para a história da Educação*. In: PESSANHA, Eurize Caldas e GATTI JUNIOR, Décio (orgs). *Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em "escolas exemplares"*. Uberlândia: EDUF, 2012. p. 8. Ver também: GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. *Formação militar e "amparo aos desvalidos" na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)*. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2014. p. 56.

⁶¹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira. Typographia de Silva, 1832*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/3/desvalidamento>>. Acesso em: 15/08/2009. Cf: FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (pará - 1835-1860)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

que compunham o corpo dessas instituições. O emprego dos termos “menor” e “aprendiz” torna-se comum na documentação oficial e na legislação a partir do século XIX. De acordo com Londoño (1996), O termo “menor” era utilizado para os sujeitos abaixo da maioria legal estabelecida, mas deixou de ser uma palavra associada à idade quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos⁶².

Nesse sentido, o termo “menor” é comumente associado a meninos desvalidos que viviam vagando pelas ruas, tida como escola do vício e do crime, ou viviam no ócio, sem trabalho, associando a criança à criminalidade. Por outro lado, o termo “aprendiz”, herança das corporações de ofícios medievais, expressa a condição desse menor de inserção nas diversas instituições de ensino que formasse e preparasse para um ofício específico.

“Salvar a criança é defender a nação” – foi este o lema que moveu os ilustres políticos brasileiros na passagem do século XIX para o XX. Por considerarem uma “magna causa”, a infância é classificada de acordo com sua condição social e origem familiar. Assim, os bem nascidos podiam ser crianças e viver sua infância; os demais estavam sujeitos aos aparatos jurídicos destinados a educá-los e corrigi-los visto como menores abandonados e delinquentes⁶³.

Irene Rizzini (2011) ao analisar o histórico da legislação para infância no Brasil avalia que a tônica da legislação nas primeiras décadas do Brasil Império que fazem menção a infância será em torno da preocupação com o recolhimento da criança órfã e exposta. Nesse momento, praticavam-se medidas essencialmente assistenciais lideradas pelas iniciativas privadas de cunho religioso e caritativo, estabelecendo alianças entre a Igreja e o Estado. A responsabilidade de zelar pela criança era nitidamente da igreja que contava com o apoio de subsídios provenientes do governo.

A partir da segunda metade do século XIX, a legislação estabelece outra preocupação para dar um destino as crianças. As leis que tratavam da regulamentação do ensino primário e secundário promovem a formação de estratégias educacionais destinadas esses sujeitos como medidas de controle. Tendo em vista que, a partir da lei de 28 de setembro de 1871 declarando liberdade aos filhos de mulheres escravas nascidos desde a data desta lei, impôs uma nova dimensão para sociedade.

⁶² LODOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História da Criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. p.142.

⁶³ RIZZINI, Irene. *Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: uma história da legislação para a infância no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. In: São Paulo: Cortez, 2011. p. 98.

No que se refere à mudança de percepção da sociedade em relação a criança, os passos na direção da abolição da escravidão constituíram marco importante. Crianças cujo destino eram traçados no âmbito restrito das famílias e de seus donos, tornar-se-iam objeto de responsabilidade e preocupação por parte do governo. [...] As rápidas mudanças que se processavam ao longo da segunda metade do século XIX demandavam do Estado brasileiro uma nova organização das forças políticas em ação. Importante lembrar que se tratava de um país que se urbanizava e caminhava na direção da industrialização, mas cuja mentalidade era essencialmente rural-agrária e escravocrata. (RIZZINI, 2011, p. 104)

Os discursos e as práticas referentes às políticas para infância desvalida são marcados pela acentuação enquanto força de trabalho cuja a sobrevivência e preparação escolar e profissional seriam fundamentais para validar esses sujeitos⁶⁴. Em todos os tempos existiram crianças desvalidas – sem valor e sem proteção de alguém – órfãs, abandonadas, negligenciadas, maltratadas e delinquentes. A quem caberia a responsabilidade de assisti-las levantaria uma intensa questão que acompanhou principalmente o século XIX através de iniciativas assistenciais dos poderes públicos, de particulares e da união dos dois setores.

A grande maioria das instituições surgiram a partir da segunda metade do século XIX. Eram projetos de origem governamental (provincial, algumas com incentivo do governo central), religiosa (ordens religiosas), particular (filantropos ou empresários) ou misto (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A maior parte dos estabelecimentos era do tipo asilar, ou seja, composta por internatos onde o contato do interno com a sociedade e com a família era rigidamente controlado (RIZZINI, 2004. p.168)

Além disso, Irene Rizzini (2001, p. 98) afirma que as crianças sempre foram alvos dos higienistas, em geral médicos, preocupados com alta mortalidade infantil nas cidades brasileiras tinham como propostas intervir no meio ambiente, nas condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças, e nas famílias.

Basta um simples olhar na legislação e no regimento da Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha para perceber este aspecto, antes da criança ser admitida na instituição era necessário passar por uma inspeção de saúde supervisionada por um médico da enfermaria do Arsenal do Pará. Se constatado qualquer “defeito”, doença ou máxima falta de higiene o aluno era reprovado e acabava excluído do sistema escolar sem qualquer forma de reivindicação.

Era preciso sanear a família para atingir a sociedade como um todo, e a criança era uma ponte direta de acesso à família. Este aspecto indicava a consciência da importância da infância para o ideal de nação civilizada almejado pelas elites intelectuais dirigentes. Pois, numa

⁶⁴ FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Processo Político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene. PILOTE, Francisco (orgs). *A arte de governar criança: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. – 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2011. p.34.

conjuntura marcada pelas transformações das cidades, onde se via com temor o crescimento e a concentração das populações urbanas, ganhavam particular atenção as ações de prevenção e controle de doenças infectocontagiosas.

Assim, em meio as grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância ganha novos significados e uma dimensão social que até então era inexistente. A criança deixa de ser objeto de interesse e preocupação da família e da Igreja e passa para responsabilidade e competência administrativa do Estado, ela deixa de ocupar uma posição secundária e passa ser percebida como um valioso patrimônio de uma nação, como uma espécie da “chave para o futuro”, um ser em formação que pode ser transformado em homem de bem (RIZZINI, 2011, p. 24).

A degradação das classes inferiores é vista como uma questão de ordem social e moral. A garantia da ordem e do bem estar é atribuição do Estado, assim a criança tornou-se alvo desse empreendimento, precisaria ser educada para tornar-se útil à sociedade. Aqueles que não pudessem ser criados por suas famílias, tidas como incapazes, seriam de responsabilidade do Estado. Em nome do futuro da nação, diversas instancias de intervenção serão firmadas para colocar a criança no seu lugar. A medicina ficaria responsável pelo corpo, caberia a justiça regulamentar a proteção, a filantropia e educação prestaria a missão de assistência aos desvalidos⁶⁵.

Essas questões refletiam nos estabelecimentos militares da Marinha, principalmente no momento de composição dos seus quadros inferiores através da criação de diversas malhas de sistema de recrutamento. A busca invadia as ruas das cidades à procura de novos soldados e marinheiros. Esse era um processo mais amplo que o mencionado envolvendo instituições civis e jurídicas e até mesmo populares, na intenção de abastecer o Exército e a Armada com novos homens. Este sistema ligava os comandantes das unidades militares, autoridades policiais (delegados e chefes de polícia) e judiciárias (juiz de órfãos, de paz). De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento (2008), havia duas formas de alistamento nas Forças Armadas: “o voluntariado com prêmio e o recrutamento forçado militar”. Caso o primeiro não alcançasse o objetivo desejado, abria-se a intensa busca pelo segundo⁶⁶.

Nas Companhias de Aprendizes da Marinha, o recrutamento obedecia quase que os mesmos critérios citados, o fornecimento de aprendizes para a instituição seguia um critério

⁶⁵ RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. p. 24.

⁶⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2008. p. 83.

social, sendo que, agora, a busca seria por meninos desvalidos. Era comum, na documentação analisada, perceber os pais ou tutores solicitando através de requerimento a admissão de seus filhos às escolas de aprendizes da Marinha, alegando falta de condições econômicas para criá-los e educá-los, e também, os Juízes de órfãos e autoridades policiais encaminhando algum menor, que tivesse cometido alguma transgressão pública para os arsenais militares na tentativa de serem educados e corrigidos.

De acordo com Monica Regina Lins (2012), a recompensa dada pela Marinha na entrega de um menor gerava um bom negócio, tanto pela esperança dos pais de acreditarem na possibilidade de seus filhos aprenderem as primeiras letras, quanto na expectativa de que aprendesse e se especializasse em um ofício. É importante lembrar que não havia creches para os pequenos que estavam na faixa de “obrigatoriedade” escolar dos 7 aos 14 anos.

Monica Ferreira Lins (2012, p. 186) adverte que a Marinha brasileira vinha assumindo uma posição periférica na produção de tecnologia naval e deixava, gradualmente, de produzir suas próprias embarcações e armamentos, o que gerou a preocupação em buscar inspiração em outros modelos de formação adotados por outros países. Nas escolas de aprendizes dos Estados Unidos, por exemplo, algumas regras foram estabelecidas pelo alistamento de menores, as crianças eram aceitas entre os 15 e os 18 anos e não podiam ser alistadas sem o consentimento de seus pais e tutores; tinham que saber ler e escrever ou demonstrar uma inteligência geral, ainda que tivessem a leitura e a escrita imperfeitas só seriam obrigados ao serviço obrigatório até os 21 anos de idade.

No caso brasileiro, o recrutamento de “menores” e os alistamentos ilegais prosperaram pelo século XX. Saber ler e escrever foram questões que a Marinha Imperial brasileira não havia conseguido que se tornasse uma exigência entre os seus sujeitos que estavam se formando, muito menos para quem estivesse ingressando nas escolas. O quadro nacional de alfabetização da população brasileira era revelador e a Marinha não tinha como exigir que os aprendizes só pudessem ser alistados se soubessem ler e escrever, a exemplo das escolas de aprendizes dos Estados Unidos.

A escola proposta para classes inferiores deveria generalizar os rudimentos de saber ler, escrever e contar. As elites dirigentes mandavam criar escolas de primeiras letras no momento de estruturação do Estado como umas das estratégias civilizatórias do povo brasileiro. A maioria dos meninos recrutados ou voluntários não sabia ler, escrever, contar, dominar as quatro operações e ter um conhecimento mínimo. A começar pela condição de que apenas os indivíduos livres poderiam frequentar a escola, e que os indivíduos que apresentassem qualquer deficiência física, doenças crônica e contagiosas estariam impossibilitados deste acesso. No

Regulamento da instrução pública de 1854, os meninos pobres livres recebiam a instrução elementar e, se demonstrassem capacidade, poderiam ser encaminhados para a aprendizagem de um ofício nos Arsenais de Marinha e de Guerra, ou em oficinas particulares, mediante contrato com o Estado⁶⁷.

Desse modo, o atendimento de menores nos arsenais militares é notório antes mesmo da criação de escolas profissionalizantes. Em meados do século XIX, o Governo Imperial delegou ao poeta Gonçalves Dias de visitar algumas províncias do Norte e Nordeste com a incumbência de observar e examinar as escolas ou qualquer outro estabelecimento destinado ao ensino e educação da mocidade, sejam públicos ou particulares, em seguida, produzisse um relatório sobre a realidade da Instrução Pública do Pará. Ao visitar os estabelecimentos de ensino e as oficinas dos Arsenais militares, Gonçalves Dias encontrou menores aprendendo os mais variados ofícios nas diversas oficinas de Ferreiros, Serralheiros, Funileiros e Carpinteiros⁶⁸, que nos permite observar que mesmo antes da criação do sistema de escolas de aprendizes, os arsenais militares já dispunham de um sistema de alistamento de menores para formação de trabalhadores, embora seu funcionamento fosse de forma assistemática, sem preparo e organização adequada de ensino e aprendizagem.

A sistematização das escolas contribuiria para instauração de uma nova ordem, para o controle social e para formar “cidadãos úteis a si e à Pátria”, produzindo a estruturação de um sistema educação baseado na dualidade de ensino em que, de um lado, produzia uma escola para os trabalhadores e seus filhos, de nível primário ou das chamadas primeiras letras, atrelada a uma formação manual subordinada às necessidades imediatas da produção e, de outro, uma escola de caráter secundário, com outro padrão formativo, que com o tempo valorizaria mais a cultura geral, elaboraria um ensino capaz de promover a compreensão científica. (DAMASCENO, 2015, p. 44).

Das iniciativas escolares do Exército e da Marinha, a realidade educacional não foi diferente. Meninos, geralmente filhos dos oficiais ou membros da elite dirigente, eram educados para o oficialato, para ocupar os maiores cargos e hierarquias, e os mais pobres eram formados para trabalho manual na condição de operário ou para marinagem atuando nos navios da Armada. Esta distinção progrediu, principalmente, a partir da implementação da Lei do Ventre

⁶⁷ LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 186.

⁶⁸ DAMASCENO, Alberto. *Notas sobre o sistema dual de instrução na Província do Pará: uma leitura do Relatório Gonçalves Dias*. In: Araújo, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs.). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015. p. 44.

Livre, em que as crianças nascidas libertas, a partir de 28 de setembro de 1871, deveriam ficar sob a tutela dos senhores de suas mães escravas até completarem os oito anos, e depois como mão de obra compulsória e gratuita destes, para a compensação dos gastos que teriam com elas até os vinte e um anos ou entregarem os menores sob tutela do Estado.

Nesse contexto em que o Estado deveria assumir a responsabilidade pelos “ingênuos”, as escolas da Marinha tinham como função proporcionar desde a infância uma formação profissional aos futuros trabalhadores oriundos dos setores pobres da sociedade. Desse modo, o Estado passa a considerar essas escolas tão úteis quanto humanitária por amparar os desvalidos.

A Lei de 28 de setembro de 1871 é também um auxiliar não menos eficaz, pondo-se em prática a aquisição de ingênuos de 13 anos de idade. O Regulamento vigente das escolas não exclui o recrutamento, pois diz que essas admitirão menores orphãos desvalidos e ingênuos, remetidos pelas autoridades judiciárias e policiais; logo só dessas autoridades depende o aumento deste estabelecimento. (Relatório do Estado da Companhia de Aprendizes do Maranhão em 1888⁶⁹).

Marcelo Ferreira Lobo (2015), ao discutir as questões que envolveram o destino dado aos filhos de escravos na Província do Pará, após a Lei de 28 de setembro de 1871, indica que o Estado procurou igualar o problema dos “ingênuos” com a da infância desvalida, criando diversas instituições educacionais para atender estes sujeitos. Indica, também, que os projetos políticos do Governo imperial e provincial passavam pela criação de instituições como as escolas agrícolas, núcleos coloniais, até pelo ingresso na Companhia de Aprendizes Marinheiros da Marinha do Pará, que acrescento aqui, também, a Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha e do Arsenal de Guerra do Pará.

Para os ingênuos e menores livres pobres e “de cor” o enquadramento seria sob a ótica da “infância desvalida”. Não excluindo outros elementos como índios e cearenses que também compunham o quadro de menores desvalidos, porém o projeto da Escola 13 de Maio para libertos e ingênuos esteve em consonância com os projetos de educação para a infância desvalida instituídos ao longo da segunda metade do século XIX⁷⁰.

Desse modo, é provável que a criação e o desenvolvimento da Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha do Pará, criada em 1871, estava relacionada no contexto de

⁶⁹ BRASIL. Arquivo Nacional (Brasil). Fundo/Coleção GIFL. Código do Fundo - 01. Notação/Data ou Período do Documento -5F-459. Seção de Guarda-CODES. Cf: LINS, Mônica Regina Ferreira. A infância e a mocidade na Marinha no período entre 1870 e 1910: aspectos históricos da educação elementar, profissional e militar. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais>. Acessado em: 02 de agosto de 2017.

⁷⁰ LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. p. 89.

“reforma do elemento servil” para dar formação a futuros trabalhadores livres e disciplinados entre os setores mais pobres da sociedade. Vale lembrar que, no século XIX, os discursos políticos estavam alinhados com o discurso de que a infância deveria ser formada dentro de uma lógica do trabalho, os sanitaristas e educadores acreditavam que a criança não deveria somente aprender um ofício e ser profissionalizada, mas que fosse moralizada a alma e higienizada o corpo. Assim, a disciplinarização de meninos desvalidos, através das escolas de aprendizes da Marinha, acompanhou o projeto de construção de uma sociedade do trabalho, em que o ensino era destinado a oferecer uma formação técnica e prática que pudesse ser útil e que dignificasse a pobreza⁷¹.

Ao longo do século XIX, por todo Império brasileiro, houve diversas formas de assistência a infância pobre, órfã e desvalida. Esta assistência se desenvolveu através das instituições religiosas de caridade, das rodas de expostos, das casas abrigos, orfanatos para recolhimento e por ações políticas de tutela e proteção do Estado através de diversas instituições públicas educacionais de cunho primário e profissionalizante⁷².

Nesse sentido, a partir do Segundo Reinado, com os debates sobre a ideia de nação, Estado Nacional, identidade Nacional, para produzir um projeto de harmonização ou elevação da realidade nacional ao estágio de civilização, a educação era vista como um elemento estratégico das possíveis soluções do Estado. Assim, crescem as iniciativas de educação voltada para o trabalho dirigida aos filhos da camada pobre livre da sociedade⁷³.

O modelo educacional destinado a criança pobre, amplamente difundido pelas províncias, é aquele voltado para o ensino de ofícios⁷⁴. Por todo Império brasileiro surgiram diversas instituições dessa natureza. Na província do Pará, houve experiências de instituições como a Casa de Educandos Artífices (1840)⁷⁵, a Companhia de Aprendizes Marinheiros (1855), a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal da Marinha (1871), Companhia de Aprendizes

⁷¹ LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 199.

⁷² MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUIITEC, 1998.

⁷³ SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999.

⁷⁴ RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. p. 160

⁷⁵ De acordo com Castro (2005), alguns autores divergem quanto a data de criação desta instituição. Ver CASTRO, Cesar Augusto. *A educação da infância desvalida paraense: a casa de educandos artífices*. In: Araújo, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs.). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015.

Menores do Arsenal de Guerra (1872) e o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872)⁷⁶, são exemplos que apresentam, basicamente, a mesma estratégia em oferecer educação para aprendizagem de primeiras letras e formação profissional difundida a meninos pobres livres.

Entre os anos de 1840 e 1865, foram criadas dez Casas de Educandos Artífices (ou Colégios de Educandos Artífices) espalhadas pelas províncias do Império. Foram iniciativas criadas e mantidas pelos presidentes de província, destinada a meninos órfãos e expostos, “o que fazia serem visto mais como obra de caridade do que obra de instrução pública”. A Casa de Educandos Artífices do Pará, criada em 1840, serviu de modelo para as outras das demais províncias. A escola ofertava aula de primeiras letras, escultura, desenho, aritmética, noções gerais de álgebra, geometria e mecânica aplicada às artes. Por não ter oficinas para complemento da formação profissional, o aluno era encaminhado para as oficinas dos Arsenal de Marinha, Arsenal de Guerra ou Cais do Porto para aprenderem os mais variados ofícios em carpinteiro, calafate, marceneiro, pedreiro, ferreiro, serralheiro, canteiro, tanoeiro, funileiro e sapateiro⁷⁷.

Na década de 1840, os arsenais militares do Pará contratavam mão de obra externa para a manutenção de suas oficinas e de todo seu aparato técnico e estrutural. Os alunos da Casa de Educandos Artífices do Pará desenvolviam atividades práticas nos Arsenais militares, auxiliando na sua manutenção com a confecção do fardamento para o Exército, Marinha e até para o corpo Policial, e em alguns outros serviços auxiliavam no conserto dos armamentos. A estrutura do edifício onde funcionava a Casa de Educandos Artífices encontrava-se em estado precário. Eram grandes as dificuldades enfrentadas pelos educandos com longa jornada de trabalho, castigos e péssima alimentação.

Esse estabelecimento de ensino profissionalizante era do tipo asilar, com o regime de internato e limitava a relação dos alunos com ambientes externos. O rigor disciplinar em que organizou-se a instituição promoveu um severo controle, instaurando esquemas de vigilância em torno dos internos, questão que, possivelmente atraía os familiares que solicitavam a admissão de seus filhos, já que a Casa representava uma instituição disciplinadora justificada e legitimada pelo Estado⁷⁸.

⁷⁶ Ver BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

⁷⁷ CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus*. Forum Educacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979. p. 8.

⁷⁸ FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (pará - 1835-1860)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. p. 222.

Em meados da década de 1850, após o fechamento da Casa de Educandos Artífices, o aluno que possuía família retornava para sua moradia, os órfãos, sem ninguém para amparar, eram encaminhados para os arsenais de Marinha ou de Guerra sob responsabilidade do Estado⁷⁹. Algum tempo depois, em 1872, foi criado, pelo presidente de Província, Abel Braga, o Instituto Paraense de Educandos Artífices. Destinado, também, à meninos pobres com a justificativa de sanar a “escassez de braços” e a expectativa de que esses meninos fossem úteis à Província e às suas famílias⁸⁰.

O Ensino era dividido em primário, teórico, música e ginástica, a aula primária constava de leitura e caligrafia, tabuada, quatro operações aritméticas, noções do sistema métrico, gramática da língua nacional, instrução moral e religiosa. O ensino teórico dividia-se em dois anos, no primeiro, aulas de aritmética, geometria prática e desenho linear, no segundo, álgebra, mecânica prática, desenho topográfico e máquinas. A aprendizagem profissional era desenvolvido nas oficinas de marceneiro, torneiro, serralheiro e ferreiro, sapateiro, surrador, curtidor e alfaiate conforme a vocação dos alunos.

O aspecto disciplinador era bastante rigoroso dentro da instituição. Exigia-se dos alunos uma obediência ao modo militar, tanto que para o posto de Diretor foi nomeado um militar, o major Luiz Eduardo de Carvalho. A insubordinação era tratada com severidade. O simples fato de dirigir-se sem continência aos superiores da instituição configurava falta grave. A inobservância da execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas, também, era tratada com severidade e passível de punição.

A hierarquia institucional deveria ser tratada com respeito, a execução de atividades dos alunos era anunciada por toques de sineta ou tambor, a vigilância nos dormitórios, nos banhos e na vida institucional era para prevenir qualquer tipo de delito ou infração que viesse perturbar a ordem do estabelecimento. Os alunos deveriam seguir as ordens para não serem submetidos a possíveis punições. Sair à noite, conversar nos meios urbanos com pessoas que não fossem da instituição, praticar atos reprováveis como jogos era previsto de cumprimento de penas. Cometidas as faltas graves, os alunos recebiam correções impostas pelos dirigentes. Àqueles considerados incorrigíveis, eram encaminhados para Companhia de Aprendizes Marinheiros do

⁷⁹ ARAÚJO, Sonia Maria da Silva & Barbosa, Anderson Carlos Elias. *O atendimento aos desvalidos, índios, mestiços e ingênuos na Amazônia Imperial: o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872 – 1889)*. In: ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015. p. 137.

⁸⁰ RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. pp. 304, 305.

Arsenal de Marinha do Pará, instituição considerada disciplinadora do “povo molecório”, ou seja, daqueles menores que viviam na vadiagem das ruas, escola do vício e do crime⁸¹.

Desse modo, na tentativa de formar sujeitos trabalhadores úteis, disciplinados, dóceis e ajustados à sociedade, garantindo e prevenindo a não inserção ao vício e a imoralidade, tão combatidas na época, a instituição assumia um importante papel na sociedade paraense⁸². A criação desta instituição visava, sobretudo, civilizar a população local, iniciando pelos meninos pobres, por serem, na concepção das autoridades e da elite dirigente, as mais suscetíveis ao aprendizado dos nobres princípios civilizatórios⁸³.

O Instituto Paraense de Educados Artífices funcionou até o final do Império. Houve a tentativa de expandir o número de vagas e ampliar o ensino profissionalizante, mas não foi possível devido aos poucos recursos financeiros do Governo. Contudo, apenas no regime republicano houve a expansão desta modalidade educacional.

Em 1897, o Instituto Paraense de Educados Artífices mudou de nome e passou a chamar-se Instituto Lauro Sodré, em homenagem ao então Político Lauro Sodré, reconhecido por sua ampla projeção política na estrutura urbana de Belém, mas com as mesmas perspectivas educacionais anterior, em regime de internato, tendo um programa de ensino que contemplava o curso elementar primário e o curso de desenho e música instrumental.

O ensino profissional era exercido nas oficinas de marceneiro e carpinteiro, serralheiro e ferreiro, sapateiro, alfaiate, além da encadernação e tipografia. Era comum os artífices do Instituto Lauro Sodré trabalharem na impressão tipográfica das obras oficiais do Governo. A instituição teve longa duração, tornando-se escola profissional em 1949 (RIZZINI, 2004, p. 308).

No que diz respeito às escolas de ensino profissionalizante da Marinha, apresenta-se, inicialmente, a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Pará criada através do decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855. Sua organização era distribuída em um comandante, dois tenentes, um escrivão, um encarregado, um mestre, um contra mestre, dois guardiões, um mestre de armas, oito marinheiros de classe superior e duzentos aprendizes marinheiros. Estava

⁸¹ RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. p. 308.

⁸² BARBOSA, Anderson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. p. 205.

⁸³ ARAÚJO, Sonia Maria da Silva & Barbosa, Anderson Carlos Elias. *O atendimento aos desvalidos, índios, mestiços e ingênuos na Amazônia Imperial: o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872 – 1889)*. In: ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs). Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano. – Belém: EDUEPA, 2015. p. 143.

aquartelada no edifício do Arsenal de Marinha do Pará ou abordo do Brigue Escuna de Guerra, chamado também de navio-escola, em que os aprendizes recebiam a formação prática de Marinheiro. Para admissão na companhia era necessário ser brasileiro, ter a idade de 10 a 17 anos, ter constituição robusta, própria para a vida do mar. Poderia também admitir menores com menos de 10 anos de idade, desde que tivesse suficiente desenvolvimento físico para o exercício do aprendizado⁸⁴

Os menores aprendiam a ler, escrever, contar, riscar mapas, doutrina cristã, além da aprendizagem condizentes com as necessidades da vida a bordo no navio, ou seja, a instrução prática da arte de marinheiro, tais como manejar arma, remar, coser vela e aulas de natação. Todos esses requisitos eram necessários para a formação de um aprendiz marinheiro que viesse a atender as necessidades da Marinha. Pelo regulamento, a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará era formada por meninos órfãos e desvalidos que fossem remetidos pelas autoridades competentes. Os registros nos Jornais apresentam meninos sendo encaminhados por oficiais do Corpo de Polícia para o inspetor do Arsenal de Marinha⁸⁵. Pais e tutores, também, poderiam solicitar através de requerimento a inserção de seus filhos.

Em 1856, o Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, ao elogiar a criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros do Pará e da Bahia, chamava a atenção das autoridades locais para dispor de maior zelo e aumentar incentivo ao recrutamento de menores. Nesse momento, a repugnância pelo serviço militar era grande, o que preocupava as autoridades. “É lastimável, que como informa o Inspetor [do Arsenal de Marinha] do Pará, que alguns pais e tutores prefiram ver seus filhos e pupilos nas ruas do que oferece-los ao serviço nacional⁸⁶”.

Alguns Juizes de Órfãos e outras autoridades locais não mostram mais empenho do que as particulares em auxiliar o Governo na criação de elementos tão necessários ao futuro de nossa Marinha. Muitos órfãos e desvalidos se perdem em ociosidade, ou são entregues ao serviço de particulares, em vez de serem aproveitados para o serviço do País⁸⁷.

O Ministro cobrava empenho das autoridades competentes para o recrutamento de menores, destacando que, nas Companhias, os menores ganhariam muito com o recebimento

⁸⁴ Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855. Manda observar o Regulamento. Art. 8, 9, 10 e 11.

⁸⁵ Jornal Treze de Maio, 28/12/1855, nº 623, p. 1
 Jornal Treze de Maio, 07/02/1856. Nº 656, p. 2.
 Jornal Gazeta Oficial, 05/01/1860, nº 4, p. 2.
 Jornal do Pará, 14/07/1874, nº 155, pág. 1

⁸⁶ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 10º legislatura de 1856 – p. 4.

⁸⁷ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 1º sessão da 10º legislatura de 1856 – p. 4.

de “uma educação moral e profissional para torná-los úteis a sí e ao Estado⁸⁸.” A preocupação das autoridades com o recrutamento era grande, tanto que foi sugerido a tentar buscar menores que viviam na orfandade e miséria do “litoral da capital”, aqueles que estivessem nos interiores das “povoações do Amazonas”.

Desse modo, os meninos passaram a serem alvos de uma intensa “caçada” que, em 1857, o 1º Tenente Henrique Pires Franco, residente em Santarém, interior da Província do Pará, foi encarregado pelas autoridades de fazer naquela região a aquisição do maior número de menores para Companhia de Marinheiros do Pará⁸⁹. Depois de algum tempo, o mesmo Tenente, solicita através de ofício o pagamento do valor de 69.000 réis correspondente ao alistamento que fez de 23 menores para a Companhia da Marinha⁹⁰.

O Jornal do Pará, do dia 14 de Julho de 1874, que, traz o ofício do Presidente da Província ao Inspetor do Arsenal de Marinha o pedido para recrutar o menor de nome Alfredo Antonio dos Santos Leal à Companhia de Marinheiros da Marinha do Pará, apresentado pelo chefe de Polícia da capital⁹¹, demonstra bem o interesse do Estado em dar um destino à meninos pobres considerados em estado de perigo social. Os juízes de órfãos e a Polícia foram autoridades fornecedoras de menores para a Marinha.

Saulo Alvaro de Mello (2009), ao analisar o funcionamento do Arsenal de Marinha de Mato Grosso no século XIX, menciona práticas de envio de menores, pelo Corpo Policial, para a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Mato Grosso, em que eram tratados até como criminosos⁹². O recrutamento de menores pelo corpo policial, ao que parece, era um prática comum nas diversas províncias das quais funcionavam as Companhias de Aprendizes. Tarantini Pereira Freire (2014), ao analisar a atuação da Companhia da Província do Maranhão, também, identificou a intensa atuação do corpo Policial para recrutar menores que vagavam pelas ruas e portos da cidade⁹³.

Havia grande estímulo para que a Companhia prosperasse, os jornais do Pará publicavam avisos, anúncios e editais chamando os pais e tutores para que entregassem seus filhos à Marinha. Três meses após a criação da Companhia de Marinheiros do Pará o Jornal

⁸⁸ Idem, p. 4

⁸⁹ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª Legislatura de 1857. p. 13-14.

⁹⁰ Jornal A Época, 06/05/1859, nº 99, p. 2.

⁹¹ Jornal do Pará, 14/07/1874, nº 155, pág. 1

⁹² MELLO, Saulo Alvaro. *O Arsenal de Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho: Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, 2009. p. 118.

⁹³ FREIRE, Tarantini Pereira. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2014. p. 107.

Treze de Maio, do dia 19 de Abril de 1855, apresentava o anúncio do Inspetor do Arsenal de Marinha e Capitão do Porto da Província do Pará, Felipe José Ferreira, tornando público o aviso da Secretaria de Negócios da Marinha que decretava a abertura do alistamento de menores, chamando atenção para o pagamento de cem mil réis por cada menor que fosse oferecido, desde que atendessem requisitos do regulamento. A quantia seria paga no ato da entrega do menor pela Tesouraria da Fazenda que, além disso, pagaria todo o custo do transporte caso o menor viesse de algum lugar fora da cidade⁹⁴.

O Jornal do Pará, em 27 de junho de 1867, divulgou uma circular do Presidente da Província “afim de proceder-se com o alistamento de menores de 10 a 17 anos para o corpo da Companhia de Aprendizes Marinheiros.” E também divulgou o das autoridades competentes à todos os pais e tutores da Província.

Imagem 5 – Chamada para admissão de menores

Corvidã pois aos pais e tutores dos referidos menores, ou a quem suas vezes fizer, a apresental-os, na forma do supradito decreto, dirigindo-se a esta subdelegacia. Para conhecimento dos interessados faz publico que o governo premeia com a quantia de cem mil réis o pai ou tutor do menor, ou quem suas vezes fizer sendo elle apresentado e reconhecido apto na respectiva inspecção de saúde. Belem do Pará 21 de Junho de 1867. Eu, Pedro Alexandrino Rodrigues, escrivão o escriví.

Fonte: Jornal do Pará, 27/06/1867, nº 145, p.3.

Com esse estímulo, muitos pais e tutores atenderam prontamente o chamado da inspetoria do Arsenal, a exemplo de José da Costa que solicitava a Tesouraria da Fazenda o pagamento da gratificação por ter entregue seu filho, Manoel dos Santos da Costa, para a Companhia de Aprendizes da Marinha⁹⁵. Recrutar, enviar ou admitir - seja qual for o termo mais adequado - menores para Marinha do Pará consistia em uma das alternativas de aprendizagem profissional. Porém, de acordo com Venâncio (2016), é preciso ter cuidado para que não seja idealizado as condições dos aprendizes. A vida nos estaleiros da Marinha era

⁹⁴ Jornal Treze de Maio, 19/04/1855, nº 476, p. 7 e 8.

⁹⁵ Jornal A Época, 11/05/1859, nº 103, p. 2.

pesada, rude, os menores encaminhados por pais ou tutores se misturavam com os recrutados pelo Corpo de Polícia, possibilitando certa perversidade de convívio com sujeitos diversos seguimentos sociais em intensos trabalhos nas oficinas e nos navios da Marinha.

Wandoberto Francisco da Silva (2013) menciona que, em 1859, ao visitar a cidade de Recife, o Imperador D. Pedro II conheceu as dependências do Arsenal de Marinha de Pernambuco. Em sua visita registrou menores aprendizes instalados em péssimas condições de acomodação, alimentação de pouca qualidade e falta de higiene, situação encarada como porta de entrada para o aparecimento de muitas doenças. O tratamento não adequado no estaleiro ou nas atividades práticas nos Navios deixavam os menores sujeito a sua própria sorte, ao risco de fatalidade, como o caso do menor Estevão Ferreira de Sousa que adquiriu uma doença e faleceu nas dependências do Arsenal⁹⁶.

De acordo com Bezerra Neto (1996), pelo menos desde os anos de 1840 que o Governo Provincial do Pará procurou incentivar o desenvolvimento das atividades fabris urbana e da indústria agrícola, mas foi somente a partir da segunda metade do século XIX que ocorreu relativo "desenvolvimento" econômico da região amazônica associado ao crescimento da economia por conta da crescente comercialização e exportação da borracha através do porto da cidade de Belém, favorecendo a assimilação de ideias, hábitos e costumes dos países vistos como modelos de civilização, particularmente a França.

O boom econômico da borracha acabou por ensejar uma maior circulação de riquezas na província paraense concomitantemente a sua concentração nas mãos de setores privilegiados (seringalistas, comerciantes, importadores, exportadores, financistas, etc.); também permitiu o processo de reestruturação urbana das principais cidades amazônicas (Manaus e Belém); atraiu novos contingentes populacionais em busca do "ouro branco" (migração nordestina); estreitou os laços entre a economia regional e o capitalismo internacional (BEZERRA NETO, 1996, p. 54)

Apesar de não ter conhecido um processo de industrialização tão intenso semelhante ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, a cidade de Belém apresentou um importante quadro de crescimento de suas atividades fabris⁹⁷. Maria de Nazaré Sarges (1990) apresenta, através do censo econômico de 1862, que havia na capital da Província do Pará:

87 fábricas: sabão (12); óleos (6); cal (18); louças de barro (6); chocolate (1); vinho de cajú (1); beneficiamento de arroz (3); café (1); artefato de borracha (1); curtume (3); olarias (25); serrarias (10). No período de 1890-1900, surgiram outras 25 novas

⁹⁶ SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857 – 1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013. p. 36.

⁹⁷ BEZERRA NETO, José Maia. *As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)*. Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996. p. 55.

fábricas, destacando-se a fábrica Palmeira (1892); a fábrica Perseverança (1895); a fábrica Bittar (1887); e, posteriormente, a fábrica de cerveja Paraense (1905) (BEZERRA NETO, 1996, p. 55).

Foi nesse momento, inseridas no contexto do desenvolvimento fabril da cidade de Belém, que foram criadas escolas de ensino profissionalizante como o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) e as Companhias de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha e do Arsenal de Guerra do Pará, ambas em 1872. A primeira objetivava capacitar mão de obra para as diversas atividades econômicas urbanas, semelhantes à Casa de Educando Artífices, criada em 1840, as duas outras, difundidas pela Marinha e pelo Exército, buscava formar mão de obra para as demandas das oficinas nos próprios arsenais militares, mas nada impedia em seu regulamento de que os menores atuassem nas oficinas externas depois de formados. Todas essas escolas tinham como destino atender meninos desvalidos da Província do Pará e transformá-los em futuros operários.

Por outro lado, a Casa de Educandos Artífices do Pará (1840), a Companhia de Aprendizes Marinheiros (1855) e o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) foram iniciativas políticas criadas e mantidas pelo Governo central do Império e local provincial. Configuram-se como instituições educacionais para dar um destino aos meninos desvalidos da Província do Pará e proporcionar uma formação preparatória para o trabalho artesanal e manufatureiro através da aprendizagem de um ofício e para a arte e formação de marinheiros da Armada. É importante observar que as duas instituições formadoras de artífices mencionadas anteriormente foram iniciativas de governos locais, mas sempre recorriam aos artifícios militares para, de alguma forma, compor parte de seu funcionamento.

Os estudos de Cunha (1979), Rizzini (2004) e Barbosa (2011) sobre a Casa de Educandos Artífices e o Instituto Paraense de Educandos Artífices, demonstram que, de alguma forma, a influência militar era grande nas duas instituições. Tanto pela nomeação de diretores militares, pelo modelo disciplinador adotado para educar meninos que muitas vezes provinham das ruas e das instituições de caridade, quanto pela concessão das oficinas existentes nos arsenais militares para o complemento da formação profissional de ofícios.

As Companhias de Aprendizes da Marinha apresentam-se como outro destino para os filhos da pobreza. Estas instituições surgiram no século XIX com o objetivo de recrutar e formar marinheiros para o corpo de praças da Marinha, que até então recrutava compulsoriamente

sujeitos sem nenhuma experiência marítima ou militar⁹⁸, constituindo-se assim, como a primeira iniciativa da Marinha em sistematizar um espaço de formação, instrução e educação. A partir do ano de 1871, o sistema de Companhias de Artífices da Marinha, também oferecendo formação, instrução e educação destinada aos filhos da pobreza, passa por um processo de expansão. As já existentes da Corte, Pernambuco e Bahia ampliam seus números de vagas ofertadas aos menores das províncias, e a Companhia de Artífices do Pará é finalmente estabelecida de acordo com o dispositivo de lei projetado para o ano financeiro de 1872, como veremos a seguir.

⁹⁸ SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, – UFRJ, 2016. p. 11

CAPÍTULO 2: A COMPANHIA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARÁ

2.1 - Outro destino para formação e amparo de meninos desvalidos: criação, funcionamento e organização

[...] a triste sorte dos pobres órfãos, que **se acham vagando sem educação pelas ruas e praças**, cobertos de andrajos, mendigando o pão da caridade pública, entregues quase todos, às pessoas que não estão no caso de educa-los por lhes falecer os requisitos que a Lei requer e a semelhantes casos.⁹⁹ (grifo nosso)

Se acolhermos em nossos Arsenais **todos os nossos meninos pobres e desvalidos**, que quiserem aprender um ofício dos que se praticam nestes estabelecimentos; **se lhes dermos uma educação e instrução acomodada a profissão**, a que se destinam, poderemos conseguir o duplo e importante fim de criar operários inteligentes, e desviar da ociosidade centenas de homens, que se tornarão uteis a si e ao Paiz¹⁰⁰. (grifo nosso)

Na Província do Pará da segunda metade do século XIX, ser um menino desvalido era condição potencial para ser um aprendiz artífice ou um aprendiz de marinheiro. As epígrafes citadas acima demonstram bem a percepção que se tinha sobre a infância e a projeção que a destinava. Os Jornais da Província do Pará do século XIX “sempre demonstravam muita preocupação com a situação da infância (...)”. “Era costumeiro que em suas edições viessem notas, reportagens e até poesias que pretendiam fazer a sociedade refletir sobre a condição de meninos e meninas pobres da Província.” (BARBOSA, 2011, p. 145).

Era preciso dar um destino a esses meninos que vagavam pelas ruas e praças da cidade. Se aprendessem um ofício poderiam seguir a vida como operários inteligentes” e uteis a si ao país. Desse modo, o ano de 1872 foi muito representativo quanto ao destino de centenas de meninos pobres da Província do Pará. Foi o ano em que foram inauguradas duas instituições educacionais de instrução popular profissionalizante cuidadosamente importante para o Estado imperial e provincial: a Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha do Pará e o Instituto Paraense de Educandos Artífices.

Hoje, às 9 horas da Manhã, depois de uma missa celebrada na respectiva Capella, terá lugar o acto solene da inauguração da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha.¹⁰¹

Mais tarde, quando os importantes resultados d’aquelle estabelecimento forem conhecidos; quando os meninos, que vão agora começar a aprender, forem homens e souberem colher todas as vantagens do trabalho intelligente; quando essas crianças, que entrão para ali agora balbuciando as letras do alphabeto, forem cidadãos instruidos, e concorrerem para o desenvolvimento moral e intellectual do seo paiz, o

⁹⁹ Jornal A Província do Pará, 14/11/1976.

¹⁰⁰ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 5º legislatura de 1842.3 – p. 12. (Publicado em 1843).

¹⁰¹ Jornal O Liberal do Pará, 1872, nº 98, p.1

sr. d.r Abel Graça será lembrado com reconhecimento: o nome do illustre fundador do Instituto Paraense de Educandos Artífices será gravado em letras de ouro na historia d'aquelle estabelecimento.¹⁰²

No dia 3 de maio de 1872 o Jornal O Liberal do Pará anunciava a inauguração da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará sob gerenciamento da Marinha Imperial brasileira. Um mês depois, no dia 4 de Junho de 1872, O Jornal do Pará destacou a inauguração solene do Instituto Paraense de Educandos Artífices, providenciada pelo Presidente da Província Abel Graça. As duas instituições conviveram juntas e reservaram diferentes experiências e objetivos a meninos pobres e desvalidos do Pará num momento em que a Província passava por um processo de transformação econômica, política, social e cultural.

“Prosperidade, progresso e civilização” foram expressões que, de acordo com (Rizzini, 2004), ganharam grande importância nas províncias amazônicas. A tentativa de transformar o sujeito nativo em ser civilizado fez parte dos discursos das elites ilustradas de Belém e Manaus. Desse modo, a questão da educação tornou-se objeto e prioridade de atenção por partes dos governantes. O Pará também acompanhava as discussões acerca da educação popular que circulavam por todo o império, e seus governantes e legisladores promoveram reformas legislativas e a criação de um significativo número de instituições educativas, notadamente a partir da metade da década de 1870.

A difusão da instrução pública tornou-se um objetivo importante nas duas últimas décadas dos oitocentos. Nas décadas de 1870 e 1880, o debate relativo à educação do povo expandiu-se do âmbito governamental, envolvendo a sociedade letrada de Belém e Manaus, sob a influência das ideias liberais e sob o domínio das paixões partidárias. A educação tornava-se uma prioridade e uma necessidade para os dirigentes políticos. (RIZZINI, 2004, p. 2.)

Para Rizzini (2004), a Escola Normal e o Instituto Paraense de Educandos Artífices surgiram no calor dos empreendimentos e debates educacionais. Aqui, acrescento também que além dessas duas instituições podem-se perceber as iniciativas governo imperial através da Marinha e suas Companhias de Aprendizes, em inserir no bojo das discussões sobre educação a importância da criação e manutenção de tais instituições para “bem” da própria Marinha e para Nação. Veja, enquanto o Presidente de Província do Pará, Domingos José da Cunha Junior, discursava na Assembleia Legislativa Provincial que “dentre todas as instituições criadas no intuito de promover a instrução pública, é [o Instituto de Educandos Artífices] sem dúvida das

¹⁰² Jornal do Pará, 4/6/1872, Apud RIZINNI, 2004, p. 304.

poucas que nos apresenta debaixo de um ponto de vista mais útil à sociedade”¹⁰³, também, o Ministro da Marinha expressava dizendo:

A educação dos menores [nas companhias de aprendizes artífices] é feita com maior desvelo, e ao passo que lucra o serviço público com a aquisição de bons artistas, **folga a sociedade recebendo em seu seio cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem**¹⁰⁴ [Grifo nosso]

A partir da segunda metade do século XIX crescem as iniciativas dirigidas à educação dos filhos das camadas populares para o trabalho. Foram projetos de origem variados com iniciativa governamental (provincial, algumas com incentivo do governo central), religiosa (ordens religiosas), particular (filantropos ou empresários) ou misto (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A grande maioria dos estabelecimentos era do tipo de internatos onde o contato do sujeito interno com a sociedade e com a família era rigidamente controlado, principalmente as instituições voltada para o ensino de ofícios mecânicos¹⁰⁵, inseridas no meio urbano ou nos arsenais de Guerra e de Marinha.

A expansão da Instrução caminhava de acordo com dados demográficos da Província do Pará. No ano de 1872, o Censo contabilizava na cidade de Belém 61.997 habitantes, chegando ao final do século com uma estimativa em torno de 100 mil. A população total da Província, em 1872, era de 275.237 indivíduos, entre eles, 27.458 escravos. Entre os escravos, 89 sabiam ler e escrever. Os filhos dos escravos não foram incluídos na categoria da população em idade escolar do Censo Geral de 1872, pois a legislação vetava o acesso dos escravos ao ensino público no país, obedecendo a um preceito constitucional que prescrevia a instrução pública gratuita aos cidadãos¹⁰⁶.

Dos dados apresentados por Rizzini (2004, p. 5), chama atenção os do ano de 1872 em que de todas as faixas de idade escolar, 24,4% sabiam ler e escrever, mas somente 14,9% da população em idade escolar, constituída por indivíduos livres entre 6 e 15 anos, frequentavam escolas. Além disso, o índice de alfabetização da população livre em Belém era bem mais alto, em torno de 53,1%.

¹⁰³ RPPA, 1873, p. 28 Apud BARBOSA (2011, p. 135)

¹⁰⁴ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 4º sessão da 14º legislatura de 1871.1 – p. 1.

¹⁰⁵ RIZINNI, 2004, P. 168

¹⁰⁶ De acordo com Rizzini (2004, p. 5) o Censo de 1872 apresenta aspectos importantes da Província, ressaltando-se a necessidade de se olhar com reserva para os dados censitários do período, devido à imensidão da região, à dificuldade de acesso a certos locais e à mobilidade de uma parcela da população da capital e dos demais núcleos populacionais, dedicada às atividades extrativistas

Os dados do Censo de 1872 são importantes para dimensionar a situação da instrução Província do Pará. As escolas de internato da Marinha do Pará desse período abarcavam meninos em idade escolar de 7 a 14 anos para a Companhia de Aprendizes Artífices e de 10 a 16 anos para as Companhias de Aprendizes Marinheiros, compondo, também, parte do escopo da difusão de instrução de primeiras letras na Província.

Desde 1842 o Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, já alertava em sua fala à Assembleia Geral Legislativa da necessidade de aumentar e fortalecer a Marinha de Guerra Imperial e tentar se equiparar as forças navais estrangeiras. Para desenvolver uma força naval considerável ou para criar elementos e suporte de uma boa Marinha” era necessário sistematizar o aparato técnico e administrativo da instituição.

A organização e o desenvolvimento da Marinha Imperial brasileira passava pelo estado e estrutura em que se encontravam os Arsenais de Marinha espalhados pelas províncias. Nos arsenais, era preciso avançar na organização de elementos imprescindíveis para o funcionamento de uma força naval, era fundamental construir oficinas de diferentes gêneros, estaleiros, armazéns, estabelecer fábricas e moldar matérias primas, questões que necessitavam de uma reformulação que envolve as relações de trabalho (LACERDA, 2016, 37).

Desse modo, a educação profissional destinada a meninos desvalidos mostra-se como um valioso remédio para sarar as feridas da instituição. Foi a solução encontrada pelos dirigentes políticos e militares para superar a carência de operários especializados nos ofícios desenvolvidos nas dependências dos arsenais de Marinha. Para isso, o Ministro Rodrigues Torres solicita a autorização do Governo Imperial para criação de seis ou oito Companhias de Aprendizes nos arsenais de Marinha das Províncias do Império, para que os menores sejam aquartelados, educados e sustentados à custa da Nação, questão que evidenciaria, a partir de então, a forma como o Estado imperial, através da Marinha, passaria desenvolver política de assistência a infância pobre.

Embora o Ministro Joaquim José Rodrigues Torres tenha se empenhado para criar as Companhias de Artífices em 1842, apenas em 1857 foi regularizada a primeira Companhia de Aprendizes Menores no Arsenal da Corte, e em 1858, através do decreto nº 2.188 de 9 de Junho, foi possível a criação da Companhia de Aprendizes do Arsenal de Marinha da Bahia e de Pernambuco.

O Governo Imperial convencido d'isso pretende organizar o ensino n'esses estabelecimentos, e esse ensino, quando destinado seja somente a esses artistas, dará ao Império os melhores construtores, e machnistas, o que é um bem, muito principalmente porque se começará assim a dar a educação de nossa mocidade uma

direção benéfica, visto como tanto precisamos de homens de letras, como de habilitações que sirvam a todas as indústrias¹⁰⁷.

A partir de 1860, o Decreto 2.615 de 21 de Julho do mesmo ano estabeleceu novo regulamento e deu nova organização às Companhias de Aprendizes da Marinha, que passaram a chamarem-se Aprendizes Artífices ao invés de Aprendizes Menores. O regulamento determinava questões simples e complexas, atribuindo funções e obrigações a todos os funcionários e aprendizes dos arsenais, determinando desde a vestimenta, alimentação, punição e até os aspectos do processo pedagógico de aprendizagem. O objetivo dos militares era sempre sistematizar a educação profissional nesses estabelecimentos através de uma harmonização dos dispositivos legais, para que ocorresse uma homogeneização no processo de funcionamento que viesse a dar frutos ao um projeto nacional de formação de artífices.

O Ministro da Marinha, no ano de 1870, menciona a possibilidade de elevar os arsenais de Marinha das províncias ao grau de desenvolvimento do Arsenal da Corte, de dar “todo o impulso aos arsenais de segunda ordem do império¹⁰⁸”. Tendo em vista que “a experiência dos cinco anos da Guerra do Paraguai, deu-nos a prova de que o arsenal da Corte era o único de que podíamos tirar proveito.¹⁰⁹” O fim da Guerra do Paraguai provocou uma preocupação nos militares. Era preciso equipar melhor sua estrutura técnico administrativa, pois, embora existisse e funcionasse os arsenais de Marinha nas províncias de Pernambuco, Bahia e do Pará, nenhum apresentava funcionamento satisfatório que fosse equiparado ao Arsenal da Corte.

Diante disso, as autoridades políticas e militares empenharam-se em expandir o sistema de Companhias de Aprendizes e promover diversas reformas no regimento dos arsenais de Marinha. Desse modo, em 1871, é apresentada a Lei nº 1997 de 19 de Agosto de 1871, que fixa a força naval para o ano financeiro de 1872 e 1873, em seu art. 4, § 1º, autoriza a criação de uma Companhia de Aprendizes Artífices no Arsenal de Marinha do Pará¹¹⁰.

Três meses após a lei ter sido sancionada, o decreto nº 4.821 de 18 de novembro de 1871, em seu artigo 1º anuncia que:

É creada no Arsenal de Marinha da Provincia do Pará uma Companhia de Aprendizes Artífices, composta de 40 praças, que poderão ser elevadas a 80, segundo as conveniências do serviço, evidenciando, assim, a intenção de continuidade da formação para carreira nos quadros inferiores da Marinha¹¹¹.

¹⁰⁷ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 10º legislatura de 1857 – p. 12.

¹⁰⁸ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 4º sessão da 14º legislatura de 1870 – p. 17.

¹⁰⁹ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 4º sessão da 14º legislatura de 1870 – p. 18.

¹¹⁰ Jornal do Pará, 10/10/1871, nº 225, p. 1.

¹¹¹ Decreto nº 4.821 de 18 de Novembro de 1871.

A Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha do Pará possuía o mesmo regulamento das Companhias dos arsenais da Bahia e Pernambuco. O Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860 determinou este regulamento. O objetivo dos militares era manter o processo de sistemático de formação de artífices. O regulamento estabelecia que as escolas das províncias da Corte, Bahia, Pernambuco e Pará seriam organizadas em “Primeira Companhia, “Segunda Companhia, “Terceira Companhia” e “Quarta Companhia”, respectivamente. A seguir observa-se esta distribuição e a organização dos funcionários da instituição nas tabelas abaixo organizada pelo Ministério da Marinha.

Tabela 4 - Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha Imperial		
Ord.	Companhias de Aprendizes	Decreto de Criação
1º	Companhia de Aprendizes Artífices da Corte	Decreto nº 315 - 25 Setembro de 1857
2º	Companhia de Aprendizes Artífices da Bahia	Decreto nº 2188 - 9 Julho de 1858
3º	Companhia de Aprendizes Artífices de Pernambuco	Decreto nº 2615 - 21 Julho de 1860
4º	Companhia de Aprendizes Artífices do Pará	Decreto nº 4821 - 18 Novembro de 1871

Fonte: Coleção de Leis do Império.

Os decretos nº 2.615 de 21 de Julho de 1860 e nº 5.622, de 2 de maio de 1874 foram os primeiros dispositivos a reorganizar as instâncias administrativas e as relações de trabalho nos arsenais do Império. Com isso, houve a redefinição de funções, oficinas e obrigações de todo pessoal habilitado para desempenhar qualquer função dentro do estabelecimento, e as Companhias de Aprendizes estavam inseridas no bojo dessa organização. De acordo com Lacerda (2016), o decreto de 1874, embora tivesse modificado vários itens do regulamento anterior, manteve integralmente o modelo de organização das Companhias:

Tabela 5 - Organização Geral das Companhias de Aprendizes Artífices da Marinha			
Companhia de Aprendizes Artífices da Corte		Companhia de Aprendizes Artífices da Bahia, Pernambuco e Pará	
Função	Nº	Função	Nº
Comandante (capitão tenente)	1	Comandante (capitão tenente ou 1º tenente)	1
Cirurgião (do arsenal)	1	Capelão e professor de primeiras letras (do arsenal)	1
Capelão (do arsenal)	1	Secretário	1
Secretário (escrivão de 3ª classe)	1	Agente	1
Agente (comissário de 3ª classe)	1	Guardas	3
Professor de primeiras letras (arsenal)	1	Cozinheiro	2

Ajudante do dito (arsenal)	1	Serventes	1
Mestre de música	1	Aprendizes Artífices	80
Guardas	6		
Porteiro	1		
Enfermeiro	1		
Cozinheiro	1		
Ajudante do dito	1		
Serventes	4		
Aprendizes Artífices	200		
Total	222		90

Fonte: BRASIL. Decreto 2.583 de 30 de abril de 1860

Nessa distribuição destaca-se a quantidade dos empegados e dos aprendizes artífices aquartelados dentro dos arsenais de Marinha da Corte, Bahia, Pernambuco e Pará. O número de aprendizes artífices da Corte apresenta diferença substancial em relação as demais. David Patricio Lacerda (2016, p. 129) em trabalho sobre a história social do Arsenal de Marinha da Corte analisa a Companhia de Artífices deste estabelecimento e supõe que essa diferença em relação aos das províncias poderia estar associada “ao fato de as atividades de construção e reparo naval de embarcações terem se concentrado no Rio de Janeiro, capital e província”, já que nesse momento histórico os demais estaleiros da Marinha sediados em Salvador, Recife e Belém se transformaram em manutenção e conserto de embarcações.

As diferenças da Companhia da Corte para as demais das províncias acentuam-se quando verificamos a distribuição dos alunos pelos diferentes tipos de oficinas desde sua entrada até a execução das atividades coordenadas pelo diretor da instituição. Em conformidade com o parágrafo 10 do artigo 2º do regulamento que determinava o funcionamento da escola, a direção deveria encaminhar um mapa do estado completo ao Ministro e Secretário do Estado e Negócios da Marinha, cuja sede era estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, informando questões gerais como ocorridos, observações, movimento e andamento das atividades escolares desenvolvidas dentro dos Arsenais.

Na documentação pesquisada no Arquivo Nacional foi possível recolher alguns mapas do estado completo dessas instituições, embora estando dispersos foi possível reunir os relatórios do mês de janeiro de 1876 que exemplifica bem a diversidade das oficinas e a distribuição dos aprendizes artífices dentre as quatro instituições, como se vê nas tabelas abaixo:

Tabela 6 - Distribuição pelas oficinas		
Companhia de Aprendizes Artífices da Corte		
Oficinas	Aprendizes Artífices	
Diretoria de Maquinas	Ferreiros	3
	Modeladores	7
	Caldeiros de Ferro	8
	Lhamadores	8
	Fundição	5
	Caldeiros de Cobre	2
	Torneiros	9
	Martinete	2
De Construção Naval	Carpinteiro	80
	Carapinas	33
	Calafates	22
	Polieiros	24
De Artilharia	---	25
Avulsas	Tanoeiros	7
	Corrieiros	2
Total	15	244

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – Ministro – Secretaria de Estado. Notação X M - 408

Tabela 7 - Distribuição pelas oficinas		
Companhia de Aprendizes Artífices da Bahia		
Oficinas	Aprendizes Artífices	
Máquinas	15	
Modelação	9	
Fundidores	10	
Ferreiros	24	
Carpinteiro	9	
Carapina	6	
Calafate	6	
Tanoeiro	4	
Total	8	81

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – Ministro – Secretaria de Estado. Notação X M - 408

Tabela 8 - Distribuição pelas oficinas		
Companhia de Aprendizes Artífices de Pernambuco		
Oficinas	Aprendizes Artífices	
Carpinteiros	13	
Carapinas	7	
Calafates	-	
Ferreiros	12	
Maquinistas	6	
Total	5	38

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – Ministro – Secretaria de Estado. Notação X M - 408

Tabela 9 - Distribuição pelas oficinas	
Companhia de Aprendizes Artífices do Pará	
Oficinas	Aprendizes Artífices
Carpinteiro	14
Carapina	14
Fundição	14
Ferreiro	15
Calafate	3
Total	5
	60

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – Ministro – Secretaria de Estado. Notação X M – 408

Como podemos perceber, há uma variação em relação à quantidade e distribuição dos tipos de oficinas das quatro instituições. A 1ª Companhia, da Corte, apresenta uma diversificação maior de oficinas, com uma organização mais complexa. As demais 2ª, 3ª e 4ª Companhias apresentam aparentemente uma estrutura e organização menos complexa mas que relativamente se equivalem em relação a esta distribuição. Em 1876, o total de alunos inseridos nas Companhias da Bahia (81 aprendizes), Pernambuco (38 aprendizes) e Pará (60 aprendizes) estava longe de se aproximar de pelo menos da metade do total da Companhia da Corte. Na Capital do Império brasileiro, onde se observa um número expressivo de 244 alunos-aprendizes matriculados, especialmente nas oficinas de Construção Naval (carpinteiro, carapinas, calafates, polieiros), recebia os alunos especializados e em melhores condições vindo das demais províncias, por ser considerado o estaleiro mais importante da Marinha.

Lacerda (2016) levanta a questão em relação a diferença de estrutura e organização dos Arsenalis de Marinha do Império. Indaga: porque as Companhias de Aprendizes das Províncias da Bahia, Pernambuco e Pará recebiam um número menor de alunos em relação a da Corte? Bem, essa questão levantada demandaria, certamente, um minucioso esforço de pesquisa em torno das propostas, da dinâmica concreta e da relação das companhias com a sociedade e o Estado em cada Província.

A Companhia de Aprendizes Artífices do Pará estava distribuída de acordo com a tabela nº 5 mencionada anteriormente apresentando a seguinte organização: um Comandante, um capelão e professor de primeiras letras, um secretário, um Agente, três guardas, dois cozinheiros, um servente e vagas para 40 e depois aumentada para 80 Aprendizes Artífices. A estrutura organizacional da Companhia seguia o modelo de um estabelecimento educacional de regime de internato. Era uma escola, só que efetivamente militar, cabia ao Comandante da Companhia a função de direção, tomava conta de tudo o que fosse concernente ao pessoal e material da instituição.

O cuidado com a educação, com o bom tratamento, a moralidade e a disciplina dos aprendizes era pressuposto para sempre frequentar e fiscalizar as aulas nas salas e oficinas monitorando o trabalho dos professores, além de monitorar os mestres e contra mestres responsáveis pela educação profissional. Qualquer ato de indisciplina, o aprendiz era encaminhado ao Comandante para aplicação de castigo que deveria variar de acordo com a intensidade da falta cometida. Além disso, fiscalizava a quantidade e qualidade dos gêneros alimentícios dos alunos, os produtos necessários para manutenção do local e admoestar os demais funcionários à cumprirem suas obrigações para o bom funcionamento do estabelecimento.

A direção da instituição organizava o mapa escolar do funcionamento e remetia ao Inspetor do Arsenal de Marinha que posteriormente encaminhava ao Ministério da Marinha para relatar o funcionamento e desenvolvimento da instituição. No levantamento do corpo documental de nossa pesquisa, não foi possível resgatar todos os mapas encaminhados pelo diretor ao Ministro da Marinha, mas, aqueles que sobreviveram ao tempo, nos dão dimensionamento necessário para perceber um pouco do cotidiano da instituição, questão que vai ser tratada com maior propriedade no Capítulo 3 desta dissertação.

Os demais funcionários, também, eram encarregados de cumprirem com suas obrigações. A incumbência da educação moral e religiosa dos aprendizes era responsabilidade do capelão, ensinando a doutrina cristã como disciplina obrigatória acumulando, também, a função de Professor de Primeiras Letras. Isso acontecia porque a Marinha no período imperial investia nos ensinamentos do cristianismo para morigerar o seu pessoal. “A missa aos domingos estava incluída na tabela de rotinas e o capelão fazia parte dos quadros efetivos da Armada” (LINS, 2012, p. 91).

Ao secretário competia a organização burocrática da instituição com a “escripturação” de toda atividade da Companhia como as folhas de gratificações, diárias e salário dos empregados. O Agente é responsável por inventariar todos os utensílios e objetos pertencentes a escola, cuidando da conservação e asseio. Também era encarregado de cuidar do recebimento e distribuição da comida e fardamento dos Aprendizes Artífices e dos produtos utilizados dentro do Almoxarifado. Aos guardas competia a segurança e vigilância da instituição; os cozinheiros estavam encarregados do preparo da alimentação; aos servente competia a limpeza de todo o estabelecimento escolar e do quartel em que funcionava como dormitório dos aprendizes.

Para os alunos era oferecido comida, roupa e alojamento, deveriam aprender a ler, escrever, as quatro primeiras operações da aritmética sobre números inteiros e decimais, geometria prática, desenho linear, música, doutrina cristã, natação, marchas, contramarchas e

pequenas evoluções militares. Nas oficinas, aprendiam os mais diversos ofícios para profissionalização em calafate, alfaiate, ferreiro, serralheiro, fundição, máquinas entre outros, de acordo com a necessidade local¹¹². Questões que também veremos no Capítulo 3 desta dissertação.

Os mestres, contramestres e mandadores habilitados eram encarregados do ensino de ofícios nas oficinas. Para ocupar o cargo, deveriam saber ler, escrever e contar, na falta do mestre, o contra mestre ocuparia o cargo e, por conseguinte, o mandador. O mandador era um cargo ocupado pelo operário que apresentasse maior aptidão e melhor desempenho nas oficinas, que poderia ser contratado como funcionário do Arsenal para ensinar os aprendizes artífices¹¹³. A inserção dos aprendizes artífices na instituição era permeada por uma série de composições e aprovações que sem as quais não era possível de acontecer sua entrada e matrícula no estabelecimento. Para admissão dos menores, as famílias solicitavam através do envio de requerimentos, o corpo de polícia, os Juízes de Órfãos e o Presidente de Província, também, poderiam encaminhar os menores para a instituição, no entanto, os meninos precisavam passar antes por uma série de inspeção para serem então admitidos, questão que veremos a seguir.

2.2 - “Bem conformado, robusto e são”: admissão de menores artífices

Que vai ser quando crescer?
 Vivem perguntando em redor. Que é ser?
 É ter um corpo, um jeito, um nome?
 Tenho os três. E sou?
 Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?
 Ser: pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?
 [...]
 Sou obrigado a? Posso escolher?
 Não dá para entender. Não vou ser.
 Vou crescer assim mesmo.
 Sem ser. Esquecer.¹¹⁴

Educados nos Arsenais, avezados desde os mais tenros anos à disciplina e ao trabalho cotidiano, torna-se-ão os [meninos] Aprendizes [Artífices], com o correr do tempo, **hábeis operários e honrados cidadãos.**¹¹⁵ (grifo nosso)

O que vai ser quando crescer? O poema “verbo ser” de Carlos Drummond de Andrade reflete bem as sucessivas indagações que permeiam o pensamento de muitos indivíduos, pais

¹¹² Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860. Art. 23 e 24.

¹¹³ Decreto 5.622 de 02 de maio de 1874. Art. 142 e 143.

¹¹⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Menino Drummond. ilustrações Angela-Lago*. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2012. p. 39.

¹¹⁵ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura de 1861 – p. 22.

ou responsáveis quando projetam o futuro de uma criança diante da imprevisibilidade da vida social e econômica. No século XIX, principalmente a partir da segunda metade, os políticos dirigentes do Estado pareciam não ter qualquer dúvida quanto ao futuro destinado a meninos pobres. Os estabelecimento educacionais de ensino profissionalizante promoveriam a educação da criança e sua preparação para o futuro, crescendo e preservando o sujeito para que no “correr do tempo” poderiam tornar-se “hábeis operários e honrados cidadãos”.

Pelo menos foi assim, descrita na segunda epígrafe acima, que o Ministro da Marinha, Joaquim José Ignacio, em seu relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, declarou quando relatava a importância das escolas de Aprendizes Artífices para o futuro e desenvolvimento dos arsenais de Marinha do Império. Da mesma forma, o Ministro Raimundo de Lamare, em 1862, que sucedeu Joaquim José, seguia o discurso de seu antecessor declarando que essas escolas de artífices proporcionariam e ofereceriam “palpáveis vantagens às classes menos favorecidas da fortuna”.¹¹⁶

Os Presidentes da Província do Pará, também observavam de perto os estabelecimentos destinados aos filhos da pobreza. O Jornal A Constituição, do dia 26 de julho de 1876, descreve a visita que o Presidente da Província fez ao Arsenal de Marinha do Pará. “Visitou o brigue barca Imperial Marinheiro de que o governo fez aquisição (...) em seguida dirigiu ao Arsenal onde examinou tudo minuciosamente(...)” ficando “satisfeito quanto ao estado da Companhia de Aprendizes Artífices, *sempre florescente e prometedora de feliz porvir.*”¹¹⁷

Para Rizzini (2011, p. 23), com a transformação política, econômica e social presente no século XIX, a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação do âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. Desse modo, a criação e o desenvolvimento das Companhias de Aprendizes da Marinha representam, nas palavras do historiador Renato Pinto Venâncio (1999, p.198), “uma ruptura fundamental em relação ao atendimento de meninos pobres maiores de sete anos de idade.” E “pela primeira vez era criada no Brasil uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob custódia dos hospitais ou de responsáveis”. Muitos pais enviavam seus filhos para Marinha revelando, assim, certa atitude de preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição consistia em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinado a infância pobre.

¹¹⁶ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura de 1861 – (Publicado em 1863), p. 19.

¹¹⁷ Jornal A Constituição, 06/07/1876, nº 166, p.1.

Tendo em vista a pobreza que marcava parte da população do meio urbano da época, no dia 13 de janeiro de 1877, Mariana Victória das Neves Vieira, mãe do menor Joaquim, de 10 anos de idade, informava que era extremamente pobre e não tinha meios adequados e satisfatórios para tratar da educação e sustento de seu filho, solicitava, então, através de requerimento direcionado ao Presidente da Província do Pará, a admissão de seu filho na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha. Também, ainda em Janeiro de 1877, o Presidente da Província manda alistar na Companhia de Aprendizes Artífices os menores *expostos* Arthur, de 12 anos de idade e José, de 7 anos de idade “criados às expensas da Câmara Municipal da Capital”, e com mesmo propósito, o subdelegado de Benfica, através da Secretaria de Polícia da Província do Pará e o Dr. Juiz de Orfãos do termo de Cintra encaminhavam ao Inspetor do Arsenal de Marinha o pedido de alistamento do menor Benedito Antonio e do menor André, natural da província, *filho da liberta Maria Magdalena*, depois que fosse inspecionado e julgado apto.

Os menores Joaquim, Arthur, José, Benedito, André e tantos outros órfãos, expostos, ingênuos ou desvalidos representam uma variedade de histórias de vida permeada pela pobreza na Província do Pará. As crianças nascidas em situação de pobreza, em que suas famílias apresentavam dificuldades de criá-las tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: a de serem encaminhadas para as instituições educacionais de ensino de ofícios ou marinheiros como as Companhias de Aprendizes do Arsenal de Marinha. No interior desse estabelecimento, onde iriam aprender a estudar e trabalhar, construíram seus caminhos convivendo com os mais variados tipos de indivíduos funcionários, operários, enfermeiros, diretor, capelão, professores, mestre e contra mestre de oficina e outros meninos remetidos por diversas autoridades competentes como Juiz de Órfãos, Subdelegado e Chefe de Polícia, criando uma diversidade de identidades e comportando múltiplos significados políticos e sociais.

Muitas mães, pais ou tutores pobres da Província do Pará, acreditando que estavam reservando a seus filhos um futuro melhor, encaminhavam-os para a Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha. Os interessados deveriam redigir um requerimento destinado ao Presidente da Província ou pedir a alguma pessoa alfabetizada que o redigisse, anexando o atestado de batismo para comprovar a idade, e ainda solicitava ao vigário de determinado distrito da cidade¹¹⁸ um atestado de extrema pobreza para anexar a documentação. Em se

¹¹⁸ De acordo com Cancela (2006, p. 106), a divisão judiciária datada de 1895 dividia a cidade de Belém em quatro principais distritos: Cidade, Campina, Trindade e Nazaré. Nesses distritos estavam circunscritas não apenas as áreas compreendidas no marco urbano da cidade, mas também as povoações rurais e ribeirinhas localizadas em

tratando de entregar seus filhos aos cuidados de instituições de atendimento a criança pobre, as exigências documentais diferenciavam-se do ato de deixar a criança na roda de expostos, muito praticado no Brasil oitocentista, por não exigir qualquer tipo formalidade (CRUDO, 2005).

Mariana Vitória das Neves Vieira, paroquiana desta freguesia, precisa para que seu filho menor de nome Joaquim, seja admitido na Companhia de Artífice do Arsenal de Marinha que V. Rev.m^o **ateste a verdade do fato, de lhe faltarem os meios para educar o dito seu filho** [grifo nosso]

E.R.M
Pará, 02 de janeiro de 1877
Mariana Vitória das Neves Vieira

Atesto a quem o conhecimento desta petição que a minha paroquiana Mariana Vitória das Neves **é extremamente pobre e sem recursos necessários de cuidar da educação de seu filho** menor de nome Joaquim. Auferido e verdade. [grifo nosso]

Freguesia da Sé do Pará, 09 de janeiro de 1877
Conego João Ferreira de Andrade Muniz

Muitos pais encaminhavam seus filhos para as Companhias de Aprendizizes na esperança de que aprendessem as primeiras letras e um ofício. Outros eram enganados por pessoas que se apresentavam para intermediar a apresentação do menor às Forças Armadas como “tutores” e embolsavam o prêmio. Para a Marinha, o problema maior estava nos caso de deserção do menor, meses depois. “Para proteger as finanças do Estado houve mudanças nas instruções sobre o prêmio e pecúlio dos aprendizizes e o valor concedido aos pais e tutores passou a ser revertido ao menor que não evadia e este só receberia o valor após o final da formação”. (Lins, 2012, p. 120).

Em ofício do dia 3 de janeiro de 1877, foi constatado, pela inspetoria do Arsenal, que individuo de nome Hilario Antonio dos Santos mentiu ao dizer que era avô do “menor Filippe” para tentar entregá-lo a Marinha e receber o valor da quantia paga pelo governo.

Ilustrissimo Senhor

Em oficio de ontem sob nº 218, Vossa Senhoria participa que, tendo verificado não ser o indivíduo Hilario Antonio dos Santos avô do menor Filippe, que ele lhe apresentou para ser alistado na Companhia de Aprendizizes, exigindo o pagamento do prêmio de cem mil réis, resolvera adiar o alistamento e enviar ao Doutor Chefe de Polícia o referido Hilario.

Em resposta, declaro a Vossa Senhoria que aprovo o seu procedimento, devendo entregar o menor ao pai ou protetor legal que tiver, ou se for desvalido, mandar alistá-lo na referida Companhia.

Deus Guarde a Vossa Senhoria

seu entorno. Os marcos judiciais confundiam-se com os religiosos imbricando as referências que delineavam o espaço urbano, ficando as áreas assim compreendidas: a freguesia as Sé e de Santl Anna da Campina formavam o 1º e 2º distritos, respectivamente. Por sua vez, a freguesia de Nazaré e Trindade formavam o 3º distrito.

João Capistrano Bandeira de Mello Filho
 Senhor Capitão de Fragata Inspector do Arsenal de Marinha¹¹⁹

De acordo com o artigo 16 do decreto 2.165 de julho de 1860, para a admissão dos meninos na Companhia de Aprendizes Artífices do Pará era necessário ser brasileiro, ter a idade de 7 a 12 anos, constituição robusta e ser vacinado. Para o preenchimento das vagas, o artigo 17 aponta que deveria ser preenchidas:

§1º Com os órfãos ou desvalidos que forem remetidos pelas autoridades competentes.

§2º Com os filhos das pessoas que por sua pobreza não tiverem meios de os alimentar e educar.

§3º Na falta de menores que se achem nas condições dos parágrafos antecedentes, com quaisquer outros que sejam apresentados por seus pais, tutores, ou quem legitimamente os representar, dando-se preferência para os operários do Arsenal, das praças de pret e de marinhagem da Armada.¹²⁰

Os meninos eram submetidos a uma consulta e inspeção de saúde, se fossem declarados pelos médicos da enfermaria do Arsenal de Marinha como “bem conformado, robusto e são”, definição para as boas condições físicas e saudáveis, deveriam ser admitidos como Aprendiz Artífice da instituição. Entretanto, nem todos os menores remetidos à instituição eram aceitos. Em 16 de fevereiro de 1876, o menor remetido pelo Chefe de Polícia da capital, “foi submetido a inspeção de saúde e julgado inapto para o serviço por ter uma perna mais curta que a outra”. Outro menor remetido para o Arsenal de Marinha pelo Juiz de órfão de Bragança foi submetido a “inspeção e julgado inapto para o serviço por sofrer de uma lesão”¹²¹. Se o menino fosse aceito na Companhia e no decorrer de sua formação apresentasse qualquer problema de saúde que o inabilitasse para o serviço, seria novamente inspecionado para constatar se permaneceria ou não na instituição. É o caso do menor Aprendiz Artífice Calixto, que passou a apresentar problema de saúde de Hérnia Inguinal, foi novamente submetido e julgado incapaz, como se vê no documento ofício da Enfermaria do Arsenal de Marinha abaixo:

Palácio da Presidência da Província do Pará
 Belém, 20 de Dezembro de 1878
 Ilhmº Exmº Snrº

Junto tenho a honra de passar as mãos de V.Exª o termo de inspeção de saúde a que foi sujeito o Aprendiz Artífice do Arsenal de Marinha desta Província, Calixto Fernandes de Matos, a vista do qual foi julgado incapaz do serviço por sofrer de hérnia

¹¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor e do inspetor a presidência de 1877, notação 115.

¹²⁰ Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860. Art. 17.

¹²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor de 1877, notação 115.

inguinal direita, conforme comunicou o inspetor do dito Arsenal em ofício nº 163, de 17 corrente, a que acompanhou o mencionado termo de inspeção, e rogo a V.Sª que se digne a providenciar como em sua sabedoria julgar conveniente.

Termo de Inspeção de saúde de Calixto

Por ordem superior inspecionei o menor aprendiz artífice Calixto Fernandes de Matos que sofre de hérnia inguinal direita e soma de parecer que está incapaz de serviço.
Enfermaria da Marinha do Pará
4 de dezembro de 1878

Drº Joaquim Carlos da [,,,]
1º Ciugião
Drº cezar da Silveira Bastos
Encarregado da Enfermaria
Drº Manoel Gonçalves Theodoro
2º cirurgião

Na documentação referente a Companhia de Aprendizes Artífices presente no Arquivo Público do Pará, embora dispersa e fragmentada, foi possível realizar o levantamento dos ofícios da Enfermaria do Arsenal de Marinha ao Inspetor constando o resultado da inspeção de saúde dos menores submetidos e considerados aptos para serem admitidos na instituição. Não é possível saber exatamente o total de quantos menores foram submetidos à inspeção, e dos quais foram considerados aptos ou inaptos para os serviços. Alguns ofícios apresentam, mesmo que em menor quantidade os sujeitos inaptos e seus problemas de saúde. Os documentos referentes a enfermaria demonstravam a passagem dos funcionários e aprendizes para tratamento de algum problema de saúde. Muitos menores ficaram mais tempo em tratamento por causa de da gravidade da situação, outros eram requisitados por seus pais para serem tratados em suas casas, questão que veremos com mais profundidade no terceiro capítulo desta dissertação quando trataremos da resistência em que os pais apresentaram em solicitar a retirada de seus filhos da instituição.

O levantamento do número de menores inspecionados e classificados aptos para a instituição revelou em seu primeiro ano de funcionamento uma intensa procura. Nos meses de abril a novembro de 1872, o número de menores inspecionados ultrapassou o número de vagas disponíveis para matrícula dos alunos. Nesse primeiro ano de funcionamento da instituição, foram levantados a inspeção de 44 menores aptos para concorrerem ao número de 40 vagas disponíveis. Não estamos considerando a quantidade de menores inaptos, que podem evidenciar maior buscar para fazer parte da instituição.

Ver o quadro abaixo:

Tabela 10 – Inspeção de saúde na Enfermaria do Arsenal de Marinha do Pará	
Nº	Menores considerados aptos pela Inspeção de Saúde (Abril a Novembro de 1872)
1	[...] Antonio de Sant' Anna
2	[...] Antonio Gonçalves
3	Antonio das Chagas de Christo
4	Antonio Lázaro da Costa Coimbra
5	Antonio Miguel Palheta
6	Antonio Texeira
7	Augusto de Araújo Pinto
8	Augusto Ferreira de Almeida
9	Augusto Ferreira do Carmo
10	Bernardino Nascimento Amaral
11	Candido José de Carvalho Ferreira Basto
12	Fernando [...]
13	Francisco [,,] de Araújo
14	Frederico [...]
15	Guilherme Ferreira de Moraes
16	Inacio Ferreira da Silva
17	Jacinto Antonio Ferreira
18	João Cancio Rabello
19	João Pereira Feio
20	Joaquim Tavares de Bastos
21	José Antonio
22	José Ascencio Salazar
23	José Doriano da Penha Botelho
24	José Pedro do Amaral
25	José Maria dos Santos Maciel
26	Lelis Ketzinger
27	Lidio Philadelpho da Silva
28	Luiz Ferreira da Silva
29	Luiz Gonzaga do Amaral
30	Manoel Camilo Fernandes
31	Manoel Carolino Pereira dos Santos
32	Manoel da Costa Silva
33	Manoel de Deos Matta
34	Manoel Firmino de Nazareth
35	Manoel Joaquim
36	Manoel Santos Barreto

37	Martinho dos Santos Lopes
38	Otaviano Lopes Matta
39	Pedro da Matta
40	Rodolpho Antonio Pinto
41	Romão do Prado Lemos
42	Sebastião de Castilho Feio
43	Taurino Francisco Domingos Gomes
44	Teodomiro Augusto Macedo

Fonte: Ofícios da Enfermaria do Arsenal de Marinhado Pará ¹²²

Também não foi possível levantar os requerimentos de todos os menores submetidos para a Companhia de Aprendizes do Pará. Pela fragmentação dos registros, são poucos os documentos completos que apresentam a solicitação de pais, mães e tutores constando todos os aparatos burocráticos como requerimento, certidão de batismo do menor, naturalidade, idade e atestado de pobreza realizado geralmente pelo Vigário dos distritos da cidade, questão que dificulta o aparecimento dos fatores cor e grupo étnico. A própria categoria e denominação dos termos menor, desvalido, exposto e órfão, sempre presente quando os meninos pobres são mencionados na documentação, “generaliza” a condição étnica e de cor desses sujeitos, portanto, vale alertar ao leitor que as informações como cor ou grupo étnico dos meninos matriculados dificilmente irão aparecer na constituição da história deste internato educacional da Marinha do Pará, até porque esses critérios não constavam no regulamento da instituição.

Em relatório do ano de 1875, o Presidente da Província do Pará, Pedro Vicente de Azevedo, relata o andamento e a organização da Instrução Popular da Província, que se “desenvolve com alguma morosidade, mas que “não tem deixado de progredir”. O Presidente pontua a necessidade da ação e esforços dos homens de boa vontade para melhorar “esse deplorável estado de coisas, fazendo que as luzes da civilização cheguem até as mais longínquas localidades. Ao tratar e dispor informações sobre as escolas apresenta o quadro das escolas de ensino primário constando 250 escolas de ensino primário, sendo que 199 são públicas, 40 particulares e 11 especiais. Das 11 escolas públicas categorizadas como “especiais”, 4 pertencem ao sexo feminino estabelecidas no Colégio N.S. do Amparo e no Asylo de Santo Antonio; e 7 destinadas ao sexo masculino estabelecidas no Seminário Episcopal, Instituto Paraense de Educandos Artífices, Corpos do Exército, Cadeia Pública da Capital e as

¹²² ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios do Quartel à Companhia de Aprendizes Artífices de 1872, notação 50.

Companhias de Aprendizes Artífices e Marinheiros do Arsenal de Marinha e Companhia de Menores Artífices do Arsenal de Guerra do Pará.

Tabela 11: Quadro de classificação das escolas especiais da Província do Pará

Nº	Classificação	Nº de Alunos
3	Escolas especiais para o sexo feminino no Seminário	170
1	Escola especial para o sexo feminino no Asylo de Santo Antonio	30
1	Escola Especial para o sexo masculino no Seminário	100
1	Escola Especial para o sexo masculino no Instituto Paraense de Educandos Artífices	100
2	Escola Especial para o sexo masculino nos Arsenais de Marinha e de Guerra	129
2	Escola Especial para o sexo masculino nos Corpos de Exército	99
1	Escola Especial para o sexo masculino na Cadeia da Capital	25

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Pará do ano de 1875

Diante da política de expansão da instrução pública e primária para as camadas populares do Pará, os dirigentes políticos da Província e do Império criaram instituições tanto para o sexo feminino quanto para o masculino. As escolas destinadas a Instrução de uma população pobre e desvalida são categorizadas, no relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial como se vê acima na tabela, como “escolas especiais”. A Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha está inclusa no bojo das escolas especiais de ensino primário da Província. Aliás, mesmo esta iniciativa educacional da Marinha Imperial ter sido gerenciada pelo Governo central, os sucessivos presidentes de Província do Pará dedicavam real atenção ao estabelecimento, caracterizando uma rede de relações políticas entre a Província e o governo central, destacando em seus relatórios o andamento e funcionamento dessas escolas, e a importância para a sociedade.

O Presidente recebia informação por base de um relatório encaminhado pelo Inspetor do Arsenal de Marinha contendo um resumo sucinto do funcionamento e andamento de todo o Arsenal, inclusive sobre o estado das Companhias de Aprendizes Artífices e Marinheiros. Encontramos o relatório do ano de 1874 em que o Inspetor do Arsenal menciona:

Ao Exmº Ilmº Senrº Presidente da Província
9 de Fevereiro de 1874

Dando execução ao que determinou V.Sª no ofício de 5 do corrente, passo a apresentar sucintamente os poucos esclarecimentos que ministrarei esta repartição para a confecção do relatório que V.Sª tem de apresentar a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 do referido mês (...) “A Companhia de Aprendizes Artífices que tem seu Quartel num dos edifícios deste Arsenal [de Marinha] tem tido algum progresso e promete satisfazer levemente a expectativa do Governo Imperial com semelhante

instituição a sombra de importante núcleo de educação, acolhem-se 40 menores pobres, que é o estado completo da Companhia.
 Inspetor do Arsenal de Marinha do Pará¹²³

Os meninos matriculados nas companhias de aprendizes estavam inseridos numa instituição fechada e sob controle incessantemente vigiado no espaço escolar, no meio das oficinas e nos estaleiros para o aprendizado de seus ofícios, trabalhando intensamente nos diversos serviços da instituição. No relatório do Presidente Domingos José Cunha Junior, é indicado o movimento do pessoal nas oficinas do Arsenal. Os aprendizes artífices estavam distribuídos no emaranhado diverso de oficinas com os demais operários de diversas classes. Em 1873, pessoal das oficinas era composto de 183 operários, sendo que 36 de fundição e ferreiros, 62 de carpinteiros, 12 de calafates, 21 de carpinas, 9 de aparelho, 18 remadores e 13 serventes. Nesse período, foram feitos os seguintes trabalhos nas oficinas: “Aprontou-se e aparelhou-se o Brigue Rio Negro, afim de servir de quartel e navio escola à Companhia de Aprendizes Marinheiros do Amazonas, consertou-se e aparelhou-se o Barco S. Sebastião, pertencente a fazenda nacional Arary, e que se destinou ao serviço da colônia militar Pedro II e armaram-se duas alvarengas de ferro do porte de 5º toneladas”.¹²⁴ A presença de meninos nas oficinas foi um processo de inserção real ao trabalho, as atividades eram duras e compartilhadas com operários adultos.

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras, Seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira a relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (...)¹²⁵.

“Toda instituição tem tendências de fechamento”. Erving Goffman desenvolveu uma pesquisa com a finalidade de conhecer o mundo social do internado, e elaborou o conceito de “instituição total” caracterizando-a como uma espaço de fechamento do indivíduo do convívio social com o mundo externo. Neste espaço o indivíduo ficaria internado, teria sua saída proibida, vigiada e teria todos os aspectos da vida como trabalho, lazer e descanso concentrados no mesmo local e sob autoridade de uma equipe dirigente.

¹²³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Minutas de ofícios do Arsenal a Presidência da Província do ano 1874, notação 61.

¹²⁴ Idem, p. 34

¹²⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo - Editora Perspectiva, 1961. p. 17.

Os aprendizes não poderão sair dos Arsenais nem para outra qualquer parte, ainda que seja com licença, sem ir acompanhados do guarda que servir de sargento ajudante, ou de algum dos outros guardas¹²⁶.

Goffman (1961, p. 11), no sentido mais geral, define Instituição total “como um local, residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” Atribui que nas instituições totais existe uma divisão entre dois grupos, aqueles que controlam, denominados de supervisores e os que são controlados, os internados. Os internados são admitidos na instituição com um conjunto de “culturas aparente” do mundo externo familiar e de sua forma de vida, criando e mantendo “um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional”.

Ao caracterizar as instituições totais, o autor atribui que elas podem ser, a grosso modo, enumeradas em cinco agrupamentos: Instituições criadas para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas como casas para cegos, velhos órfãos e indigentes; instituições para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmo como sanatórios, hospitais para doentes mentais e leprosários; instituições organizadas para proteger o bem estar da comunidade contra perigos intencionais como cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra; instituições com a intenção de realizar alguma tarefa para trabalho baseados em fundamentos instrumentais como escolas internas, quartéis, navios, campos de trabalho e colônias e, finalmente, instituições destinadas a servir de refúgio do mundo podendo servir como lugar de instrução para religiosos como como mosteiros, conventos e abadias (GOFFMAN, 1961, p. 125).

A vida do internado é constantemente vigiada e controlada de forma minuciosa desde de sua entrada até a acomodação e assimilação das regras e disciplina do ambiente. É inteiramente submetido a execução de tarefas estabelecidas pela equipe dirigente, e deve executá-las de acordo com as ordens e “leis” que rege o estabelecimento. Os estabelecimentos fechados por muros delimitam o território em que os internados tem obrigações na participação das atividades.

Essa participação obrigatória na atividade do estabelecimento é considerada como um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo, implicando também a aceitação por ele das consequências da participação para uma definição de sua natureza papel e posição de internado. Os problemas de adesão visíveis nas atividades programadas do estabelecimento são indicadores do modo como os indivíduos se adaptam ou não ao papel e definição que o estabelecimento lhes impõe.¹²⁷

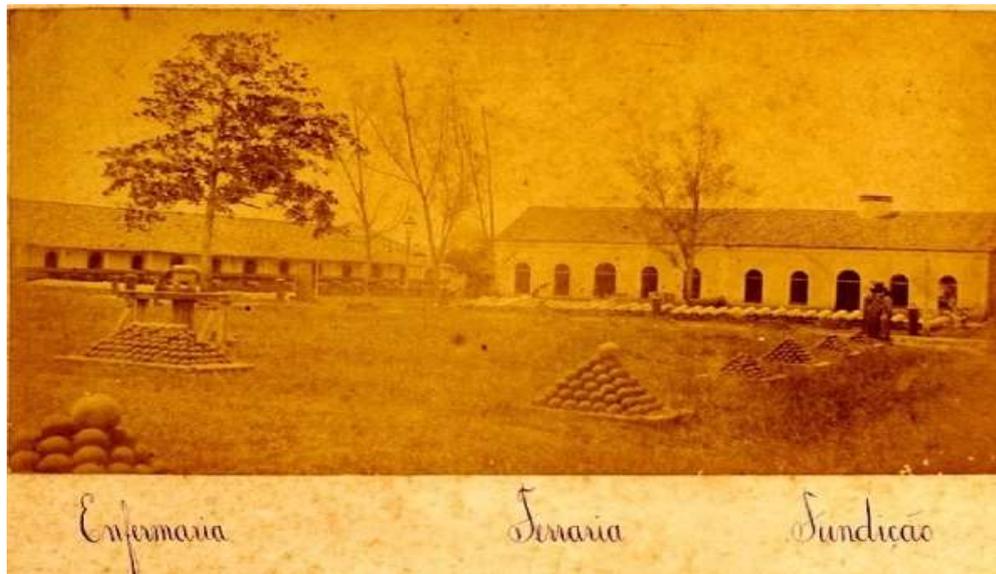
¹²⁶ Decreto nº 2.615, de 21 de Julho de 1860. Art. 36.

¹²⁷ BENELLI, SJ. *Goffman e as instituições totais em análise*. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 24.

Foi em um estabelecimento semelhante a este, baseados em fundamentos instrumentais caracterizado por Goffman (1961, p. 11) como escolas internas, quartéis, navios, campos de trabalho e colônias, que viveram muitos meninos aprendizes artífices, e fizeram deste espaço um lugar onde dormiam, acordavam, estudaram, trabalharam, cumpriam e desobedeciam regras, e quem sabe, fizeram desse espaço seu momento de lazer. Mas que espaço era esse em que muitos meninos viveram internados forjando experiências de um modo de vida recluso, vigiado e cheio de regras a cumprir? Vejamos!

O fotógrafo José Tomaz Sabino, considerado um dos mais destacados retratistas de seu tempo, esteve na cidade de Belém na segunda metade do século XIX¹²⁸ e registrou a enfermaria, parte das oficinas de ferraria e fundição, o Almojarifado e o quartel onde funcionava como moradia e dormitório dos aprendizes artífices do Arsenal de Marinha do Pará, como se vê nas imagens abaixo:

Imagem 6: Oficinas do Arsenal de Marinha do Pará



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹²⁹

¹²⁸ JOSÉ Tomás Sabino. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22057/jose-tomas-sabino>>. Acesso em: 02 de Jun. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

¹²⁹ SABINO, José Tomás. [Arsenal da Marinha]. [S.l.: s.n.], [187-]. 12,5 x 22,3cm em c. 23,4 x 30,5cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon870504/icon870504.jpg>. Acesso em: 2 jun. 2017.

Imagem 7: Almoxarifado e Quartel da Companhia de Aprendizes Artífices



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹³⁰

A Companhia estava aquartelada em um edifício dentro do Arsenal de Marinha. No dia 28 de fevereiro de 1875, o jornal *O Liberal do Pará* informava, em sua primeira página, que às 10 horas da manhã do dia 01 de março do mesmo ano seria “inaugurado o novo quartel da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha da Província do Pará”. “É um bello e vasto edificio onde vão ser acolhidos os aprendizes, futuros operários do arsenal”. O regime educacional da instituição era de internato, em que o quartel, edifício construído e apropriado dentro do Arsenal, serviria de moradia para que o aprendiz pudesse realizar suas diversas atividades cotidianas, serviria de dormitório, com demais espaços para realizar refeição, asseio, vestimenta (fardamento), dentre outras necessidades existentes.¹³¹

Para Monica Regina Lins (2015, p. 6), no período de criação das Companhias de aprendizes da Marinha, havia uma compreensão própria da época que buscava universalizar esses indivíduos em torno de padrões comportamentais esperados e planejados por rotinas na relação com o trabalho. Uma forma de controle era comparar os meninos entre si para diferenciá-los mais à frente nas classificações. As rotinas buscavam homogeneizar comportamentos e a capacidade de trabalhar de forma útil e produtiva, mais adiante as

¹³⁰ SABINO, José Tomás. [Arsenal da Marinha]. [S.l.: s.n.], [187-]. 12,5 x 22,3cm em c. 23,4 x 30,5cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon870504/icon870504.jpg>. Acesso em: 2 jun. 2017.

¹³¹ *Jornal O Liberal do Pará*, número 46, 28/02/1875, p. 1.

avaliações dos superiores sobre os seus aprendizes passariam a constar em registros, em cadernetas individuais e níveis mais sofisticados de classificação foram surgindo. O bom comportamento era um dos elementos que definiria em que classe o futuro operário do Arsenal seria alocado.

Em ofício datado de 9 de janeiro de 1874 do Inspetor do Arsenal destinado ao Presidente da Província, é informado que se encontra a Companhia de Aprendizes Artífices com seu estado completo de alunos matriculados e tem apresentado “algum progresso”. “A sombra desse importante núcleo de educação acolhem-se menores pobres aprendendo ler, escrever, contar, doutrina cristã, ofício e música, e mais tarde, contará o Arsenal de Marinha com valioso contingente habilitado que lhe pode oferecer a companhia de Artífices”. A formação, educação e instrução dos meninos desvalidos em “hábeis operários e honrados cidadãos” é questão que veremos com maior profundidade a seguir no 3º Capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO, TRABALHO E DISCIPLINA

3.1 - “Formação de hábeis operários e honrados cidadãos”: as primeiras letras e o ensino de ofícios

Do ensino dos Aprendizes Artífices

Art. 23. Os Aprendizes Artífices do Arsenal aprenderão:

§ 1º A ler, escrever, e as quatro primeiras operações da aritmética sobre números inteiros e decimais.

§ 2º A geometria pratica e desenho linear, nas escolas estabelecidas no Arsenal, somente aqueles que por sua idade e desenvolvimento estiverem no caso de dedicar-se a tais estudos.

§ 3º A música, somente aqueles que para isso tiverem vocação.

§ 4º A doutrina cristã.

§ 5º A natação, debaixo das vistas do guarda que servir de sargento ajudante, ou dos outros guardas.

§ 6º As marchas, contramarchas e pequenas evoluções militares, dirigidas pelo oficial inferior que o Comandante designar.

§ 7º Nas oficinas do Arsenal, os ofícios para que tiverem mais vocação e disposição física, sendo entregues aos mais inteligentes e moralizados operários, que o Inspetor nomeará de acordo com o Comandante; ficando debaixo da direção dos mestres das mesmas oficinas e inspeção dos respectivos diretores.

No ano de 1857, o Ministro da Marinha, José Antonio Saraiva, em seu relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa informava a regularização da primeira Companhia de Aprendizes Artífices sediada na Corte, e em seguida mencionava que a segunda e terceira Companhia, da Província da Bahia e de Pernambuco, respectivamente, estavam “já autorizadas” e em processo de “organização definitiva”. “Quero ver se as coloco todas sob as mesmas bases, e se harmonizo essas bases com a reorganização dos arsenais. Este desejo é legítimo e visa a conveniência do serviço”¹³². O Ministro estava se referindo a discussão e elaboração dos decretos nº 2.583 de 1860, nº 2.615 de 1860, posteriormente, ao de nº 5.622 de 1874 que foram os primeiros dispositivos a reorganizar as instâncias administrativas e as relações de trabalho nos arsenais do Império, desde sua incorporação ao poder naval durante as lutas pela Independência.

Decreto nº 2.615 de 21 de julho de 1860, dispositivo que mandava gerenciar novo regulamento para as Companhias de Aprendizes Artífices dos arsenais de Marinha da Corte, Bahia, Pernambuco e, posteriormente, do Pará, determinava em seu Art. 23 os aspectos referentes ao ensino e aprendizagem dos alunos, caracterizando a então “harmonização das bases” de funcionamento projetada pelo Ministro José Antonio Saraiva. Este dispositivo

¹³² BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 10º legislatura de 1857 – p. 12.

definia que os alunos de todas as quatro Companhias deveriam aprender a ler, escrever, as quatro primeiras operações de aritmética sobre números inteiros e decimais, geometria prática e desenho linear, ensino de música, doutrina cristã, natação, evoluções militares como marchas e contra marchas e a aprendizagem de um ofício distribuídos pelas diferentes oficinas de carpinteiro, carapina, ferreiro, fundição e calafate, no caso do Arsenal de Marinha de Pará.

Este aspecto referente ao ensino e aprendizagem dos alunos estava relacionado com os currículos das escolas de primeiras letras do império e, também, de acordo com Lacerda (2016), com o avanço do progresso técnico e da especialização do trabalho na indústria naval, a partir da metade do século XIX, que trouxe certas demandas que a Marinha buscou adequar-se para seu efetivo funcionamento. A preocupação em aperfeiçoar o trabalho efetuado nos arsenais de Marinha, as práticas administrativas, os serviços e os trabalhadores neles envolvidos levaram a combinação entre o ensino de primeiras letras com o a aprendizagem da leitura, escrita e aritmética e a matérias ligadas a arte naval como desenho e geometria, juntando com a preparação dos meninos aprendizes nos trabalhos das oficinas de construção naval e reparo das embarcações, evidenciando uma relação e vínculo entre educação e trabalho no Brasil imperial.

Pelo menos desde o início do século XIX os governos estabeleciam que o primeiro nível de educação escolar frequentado por crianças seriam as escolas de primeiras letras. Esta forma de se referir a escola que se pretendia disseminar por todo império brasileiro, principalmente para as classes inferiores da sociedade, “generalizava os rudimentos do saber ler, escrever e contar” considerado obrigatório a partir do regulamento da Instrução Primária (lei 1331 de 17 de fevereiro de 1854)¹³³, diferenciando-se do ensino secundário que não foi considerado obrigatório a todos os cidadãos, continuando, assim, restrito a uma parcela da população livre. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, para os dirigentes políticos, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras, que posteriormente passaria a ser ligado ou concomitante ao ensino de ofícios¹³⁴.

Pelos dispositivos legais¹³⁵, cada Arsenal de Marinha do Império brasileiro deveria ter um capelão para os serviços concernentes às práticas do cristianismo. Além da responsabilidade por celebrar missa aos domingos e dias santos, ouvir a confissão das pessoas residentes do

¹³³ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, LOPES, Eliane Marta Teixeira, VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs). 500 anos de educação no Brasil. – 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 136.

¹³⁴ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. p. 4.

¹³⁵ Decreto nº 5.622, de 2 de maio de 1874. Reforma o Regulamento dos Arsenais de Marinha. Art. 72. Decreto nº 2.615, de 21 de Julho de 1860. Manda observar novo Regulamento para as Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenais da Marinha da Corte, e Província da Bahia, Pernambuco e Pará. Art. 28.

Arsenal, praticar outros serviços de cunho paroquial, do ensino da doutrina cristã e do catecismo, o capelão acumularia o serviço de professor de primeiras letras das Companhias de Aprendizes, como era determinado pelo Ministro da Marinha:

Ministério dos Negócios da Marinha
Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1873
Declaro a V.S^a, em resposta ao ofício nº 31 de 28 de Junho ultimo, que tendo sido nomeado Capelão para esse Arsenal [de Marinha do Pará], deve logo que entrar em exercício ficar incumbido do ensino das primeiras letras aos menores que compõe as duas Companhias de Aprendizes nessa Província

Deus Guarde V.S^a
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz
Ministro¹³⁶

A preocupação com o ensino das primeiras letras sob responsabilidade do capelão evidenciava o cuidado e a precaução que a Marinha Imperial buscava tomar em relação a formação e o comportamento dos aprendizes. A doutrina cristã e a catequese alinhada aos dispositivos de aprender a ler, escrever e contar buscava moralizar o comportamento de meninos entre 7 a 16 anos de idade remetidos por diversas autoridades nas mais variadas condições físicas e emocionais, e que provavelmente entravam na instituição desprovidos de qualquer instrução. Os poucos orçamentos destinados à pasta do Ministério da Marinha representaram, certamente, um empecilho para a contratação de professores. “O exercício do magistério foi, em grande parte, improvisado ou deixado em segundo plano na formação dos aprendizes e, para o ensino das primeiras letras, muitas vezes era um Oficial que assumia essa tarefa” (LINS, 2012, p. 193).

Além da falta de contratação de professores especializados, o problema para o aprimoramento e desenvolvimento da formação nas aulas de primeiras letras passava também pela ausência do professor diante das suas atribuições. Ainda no mesmo relatório de 1872, o comandante da escola alertava para necessidade do trabalho mais efetivo e de um tempo maior que o capelão professor de primeiras letras deveria dedicar aos aprendizes artífices. No Arsenal de Marinha do Pará, funcionava, concomitantemente, a Companhia de Aprendizes Marinheiros e a Companhia de Aprendizes Artífices, em ambas as escolas o capelão acumulava o ensino de primeiras letras, gerando certas lacunas em relação ao ensino e aprendizagem das duas escolas, questão alertada pelo comandante ao inspetor por ofício a seguir:

¹³⁶ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Avisos do Ministério dos Negócios da Marinha ao Arsenal de 1873, notação 57.

Nº 24 Quartel da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará
Belém, 13 de Dezembro de 1872

Ilmoº Senrº

Cumpri-me dizer a V.Sª que o adiantamento dos aprendizes sob meu comando na escola de primeiras letras seria muito maior se o professor Padre Benedicto Thomé da Cunha e Mello não tivesse em seu cargo a escola dos Aprendizes Marinheiros onde tem obrigação de licenciar quinze dias durante o mês.

Deus Guarde V.Sª
Ilmoº Senrº Manoel Carneiro da Rocha
Capitão de Fragata e Inspetor
Antonio [...] Cruz
Comandante.

Não havia no regulamento das Companhias o detalhamento dos procedimentos pedagógicos e práticas do ensino de primeiras letras, muito menos de que forma os aprendizes artífices seriam avaliados. O que consta é a indicação de que a duração das lições, do curso, o tempo das aulas, método de ensino, exames e regime interno da escola, seriam determinados em regulamentos e instruções do Governo¹³⁷, que provavelmente seguia as mesmas diretrizes da Instrução Pública Primária das províncias do Império brasileiro.

Ao final do ano letivo o professor de primeiras letras deveria apresentar ao inspetor do Arsenal um mapa da frequência, do aproveitamento e da conduta dos alunos nas aulas. Pela documentação é possível identificar alguns aspectos, os Aprendizes Artífices do Pará eram distribuídos por “classes” que a princípio não obedecia nenhuma relação com a distribuição por idade ou série etária definida, a distribuição ocorria de acordo com os progressos dos rudimentos do aprender a ler, escrever e contar, no ensino de geometria aplicada as artes mecânicas, aritméticas e desenho, que após avançarem nesses aspectos passariam para classes superiores.

No final do ano letivo de 1872, o comandante Antonio [...] Cruz, que servia como diretor da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal do Pará, encaminhou ao inspetor a relação da distribuição dos alunos por cada classe e o mapa demonstrativo dos resultados dos exames procedidos no dia 6 de dezembro daquele ano nas aulas de primeiras letras contendo o adiantamento que tiveram os referidos alunos. Ao que consta, a aprovação estava de acordo com o adiantamento em que os alunos teriam de “classes inferiores” para “classes superiores” numa escala que vai da 4ª Classe, de menor aproveitamento, até a 1ª Classe aonde alcançariam os saberes necessários do ensino proposto, como veremos nas tabelas abaixo.

¹³⁷ Decreto nº 5.622, de 2 de maio de 1874. Art. 80.

Tabela 12 - Relação dos Aprendizes Artífices do Pará na Escola de Primeiras Letras do ano 1872	
Nº	Aprendizes da 1ª Classe
01	Rodolpho Antonio Pinto
02	Augusto Pereira de Almeida
03	Joaquim Tavares Bastos
04	Sebastião de Castilho Feio
05	Adão Augusto de Araújo Pinto
06	João Pereira Feio
07	Adolpho Antonio de Sant' Anna
08	Luiz Teixeira da Silva
09	Canuto Antonio Gonçalves
Nº	Aprendizes da 2ª Classe
01	Manoel Carolino Pereira de Souza
02	Romão do Prado Lemos
03	João Cancio Rabelo
04	Guilherme Texeira de Moraes
Nº	Aprendizes da 3ª Classe
01	José Ascencio Salazar
02	Luiz Kitzinger
03	Theodomiro Augusto de Macedo
04	Manoel de Deos Matta
05	Bernardino do Nascimento do Amaral
06	Augusto Pereira do Carmo
07	Fernando Jose dos Santos
08	Jose Maria dos Santos Maciel
Nº	Aprendizes da 4ª Classe
01	Manoel Joaquim
02	Jose Antonio
03	Jose [...] da Penha Botelho
04	Manoel Camilo Fernandes Cantão
05	Jacinto Antonio Teixeira
06	Francisco Maurity de Araújo
07	Antonio Miguel Palheta
08	Manoel Firmino de Nazaré
09	Martinho dos Santos Lopes
10	Lidio Philadelphio da Silva Abreu
11	Candido Jose de Carvalho Texeira Basto
12	Luiz Gonzaga do Amaral
13	Taurino Francisco Domingos Gomes
14	Otaviano Lopes da Silva Matta
15	Frederico Lima
16	Antonio Lazaro da Costa Coimbra
17	Pedro da Matta
18	Ignácio Ferreira da Silva
19	Manoel da Costa Silva

Fonte: Offícios do Quartel a Companhias de Aprendizes do Pará do ano de 1872¹³⁸

¹³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Offícios do Quartel a Companhias de Aprendizes de 1872, notação 50.

A tabela apresenta a distribuição e o nome dos alunos nas classes organizadas pelo inspetor do Arsenal. Não fica claro qual o nível adequado para compor cada classe e não foi encontrado na documentação referente a escola do Pará o detalhamento desse processo. Percebe-se um número maior de alunos na 4ª classe, atribuída na documentação como “classe inferior” em que os alunos provavelmente iniciavam o processo de alfabetização ou aprendizagem das primeiras letras. O comandante responsável por gerenciar a escola informava ao inspetor, em relatório apresentado no final do ano de 1872, que “passaram com aproveitamento das classes inferiores para as imediatamente superiores, seis aprendizes, sendo três da 2ª classe para 1ª classe, e três da 4ª classe para 3ª classe”.

O uso da nomenclatura ou do vocabulário para definir a conduta, comportamento, avaliação e aspectos da aprendizagem dos alunos era variado, mas todos se tratavam do aprimoramento do aprender a ler, escrever e contar. Lacerda (2016, p. 156), apresenta um relatório de Inspeção do Arsenal de Marinha da Corte em que trata do aproveitamento alcançado pelos menores aprendizes no ano de 1871 que “era qualificado como ótimo, bom, regular, péssimo e sofrível, enquanto seu desempenho nas matérias era avaliado por meio dos conceitos muito, pouco, algum, nenhum (ou sem), regular e sofrível.”

Além disso, em nossa pesquisa no Arquivo Nacional encontramos um relatório datado do dia 22 de dezembro de 1879 onde o inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia encaminhou um ofício destinado ao Ministério da Marinha contendo o mapa demonstrativo do aproveitamento adquirido pelos Aprendizes Artífices das aulas de primeiras letras daquele estabelecimento, apresentando algumas informações sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos que nos permite entender melhor e um pouco mais detalhado algumas questões que permeavam as aulas de primeiras letras, ver o quadro abaixo:

Tabela 13 - Mapa demonstrativo do aproveitamento adquirido na aula de Primeiras Letras		
Nomes	Conduta	Aproveitamento
Afonso Couto	Ótimo	Está dando 2º livro tabuada de somar e escreve o ABC
João de Brito Lima	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Claudenor Augusto da Rocha	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Salustiano Olimpio dos Santos	Ótimo	Está dando 3º livro tabuada de somar, escreve
Bernabé da Silva Bahia	Ótimo	Está dando História do Brasil, gramática, tabuada de somar
Cipriano de Paes Vasconcelos	Ótimo	Está dando catecismo, tabuada de somar e escreve

[...] Batista da Silva	Ótimo	Está dando 3º livro de tabuada de somar e escreve
Elias [...] Rufino Gomes	Ótimo	Está dando 3º livro de tabuada de somar e escreve
Abílio da Silva Bahia	Ótimo	Está dando História do Brasil, tabuada de multiplicar e escreve
Antonio da Conceição Ornellas	Ótimo	Está dando História do Brasil, tabuada de multiplicar e escreve
José Augusto Ribeiro Guimarães	Ótimo	Está dando 2º livro de tabuada de somar e escreve
Laurentino Paulo	Ótimo	Está dando 2º livro de tabuada de somar e escreve
Domingos Diniz	Ótimo	Está dando História do Brasil, tabuada de diminuir e escreve
Olavo José Pereira	Ótimo	Está dando História do Brasil, tabuada de diminuir e escreve
Eduardo da Silva Couto	Ótimo	Está dando 2º livro de tabuada de unidade e escreve ABC
Dionisio Jose da Silva	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Luiz Gonçalves da Silva	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Pedro Celestino Alves	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Eduardo Brasilino Dias	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Joaquim Adelino Romero	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Luiz Gonzaga de Brito	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Francisco Fausto da Silva Neves	Ótimo	Está dando 3º livro de tabuada de somar e escreve
Zosimo dos Anjos Cunha	Ótimo	Está dando 3º livro de tabuada de somar e escreve
Liberato da Matta	Ótimo	Está dando tabuada de Multiplicar e escreve
Aureliano Francisco dos Santos	Ótimo	Lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve
Marcos Jose da Cunha	Ótimo	Está dando 3º livro de tabuada de somar e escreve
Paulo Alves Pereira	Ótimo	Está dando tabuada de Multiplicar e escreve

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – Notação XM - 480

Pelo mapa demonstrativo, dos 27 alunos nas aulas de primeiras letras do quadro acima, é possível identificar que a avaliação sobre suas condutas foram estabelecidas como “ótimas” e o “aproveitamento” dos alunos nas diversas definições ocorreram em diversos estágios de “está dando 2º livro tabuada de somar e escreve o ABC”; “lê concretamente, dá gramática, tabuada de dividir e escreve”; “está dando 3º livro tabuada de somar, escreve” e “está dando história do Brasil, gramática, tabuada de somar”. As variações maiores se dão em relação aos livros de tabuada pontuando alunos em momento de aprendizagem das quatro operações de “somar, diminuir, multiplicar e dividir”, na variação de gramática alguns alunos apresentam “lê

concretamente” e “escrever o ABC” ou apenas iniciando a escrita, e a aprendizagem do catecismo e, curiosamente, de História do Brasil.

O ensino da História do Brasil presente nas aulas da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará não aparecia como indicativo a ser ensinado no regulamento da instituição. É bem provável que estivesse ligado ao regulamento da Instrução Primária de 1870 que através da Lei nº 664 de 31 de Outubro de 1870 dividiu o ensino primário público da Província do Pará em dois aspectos: ensino primário inferior que constaria em leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros e fracionários, noções práticas do sistema métrico de pesos e medidas, noções de gramática portuguesa e moral civil e religiosa e ensino primário superior que compreendia em gramática portuguesa, elementos de aritmética e de geometria, de geografia, história e noções rudimentares de ciências físicas e naturais. Este dispositivo passou a ampliar o número de disciplinas a serem ministradas nas aulas de primeiras letras, pois “em outras províncias, como por exemplo no Rio de Janeiro, as matérias de história e geografia, tinham sido implantadas desde o início do Império para transmitir noções de defesa do território brasileiro”¹³⁹. Nesse sentido, em 1877, no ofício do Palácio da Presidência da Província do Pará, o Presidente Bandeira de Mello Filho encaminhou ao Inspetor do Arsenal de Marinha a seguinte indicação:

Palacio da Presidencia da Provincia do Pará
Belém, 14 de maio de 1877

Ilmº Snrº

Constando do ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, de 24 de abril ultimo, ter a intendência remetido a bordo do Paquete Ceará alguns exemplares da obra intitulada “**A Marinha de Guerra brasileira na campanha do Paraguay**” **para uso das Companhias de Aprendizes Artífices e Aprendizes Marinheiros deste Arsenal**, assim a comunico a V.Sª, para seu conhecimento, convindo que informe se já foram recebidos os aludidos livros. [grifo nosso]

Deus Guarde V.Sª.
J. Bandeira de Mello Filho

Maria Rozenilda de Castro Silva (2017), ao analisar a prática educativa da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí, afirma que os espaços da sala de aula difundida por militares “destacavam heróis da Marinha de Guerra e baralhas navais que buscava realizar e demonstrar para os alunos a importância da instituição e das condutas a serem inculcadas nos aprendizes pelo espelhamento dos heróis em batalhas navais¹⁴⁰.” A autora apresenta estes

¹³⁹ NERY, Vitor Sousa Cunha. *Instrução Pública Primária na Província do Pará na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013. pp. 111-112.

¹⁴⁰ SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)* – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós Graduação em Educação, Teresina, 2017. p. 185.

aspectos somados a imagem abaixo que nos possibilita pensar o sentido dos grandes feitos da instituição nas aulas de primeiras letras. Silva (2017) afirma que a sala de aula era composta quadros e escritas que representavam os feitos e glórias da Marinha brasileira, como se vê na imagem abaixo:

Imagem 8 - Aula no Salão Riachuelo



Fonte: Arquivo Histórico da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM/RJ)
Apud SILVA (2017, p. 185)

No ano em 1873, o Presidente da Província do Pará, Domingos José da Cunha Junior, elogiava o desenvolvimento da Companhia que estava com seu quadro completo, com 40 vagas. Devido à grande procura foi necessário ofertar mais 20 vagas, inclusive criando um quadro de espera de vagas para admissão na instituição. “Graças aos desvelos prodigalizados pelo Inspetor [do Arsenal de Marinha] é o estado da Companhia de Artífices o mais lisonjeiro e prometedor que pode desejar-se¹⁴¹”.

Entusiasmado com a procura para esta companhia, o Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, assegurava a continuidade em “dar o maior impulso que puder” a esta iniciativa do Arsenal de Marinha do Pará, pois é preciso colocar esta instituição “tão florescente, no pé de um estabelecimento de primeira ordem, como exigem os interesses do estado¹⁴²”.

¹⁴¹ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na sessão de 1873. P. 34.

¹⁴² BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura (Publicado em 1874), p. 33.

Tornava-se “o mais lisonjeiro e prometedor o estado desta bela instituição”. O seu crédito e utilidade estão de tal modo reconhecidos, que há constantemente seis e mais pretendentes à espera da primeira vaga que nela se dé¹⁴³”. Destacando, inclusive, a formação de uma banda de música como a melhor da Província do Pará, vaticinando que o “Estado será fartamente recompensado das despesas que com essa Companhia faz, visto que ela fornecerá operários inteligentes e hábeis às oficinas do Arsenal, que bem carecem ser regeneradas¹⁴⁴.”

O uso do ensino de música fazia parte do currículo escolar, sendo que a formação da banda ficaria destinada aos aprendizes que apresentassem vocação. O ensino ficava a cargo de um mestre de música que também gerenciava os ensaios da banda. A necessidade de um profissional da área para gerenciar o ensino dos aprendizes foi declarada pelo inspetor ao ministro da Marinha assegurando como “indispensável um mestre de música para dirigir a banda da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará”. Em resposta ao inspetor do Arsenal do Pará a Contadoria da Marinha assegurava o pagamento deste profissional.

Nº 174. Rio de Janeiro, Contadoria da Marinha
31 de junho de 1873

Ilmoº Excº Senrº

O Inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, pelas razões alegadas no ofício nº 22 de 4 do mês passado, pede a V.Exª a gratificação de 600:000 réis para mestre da banda de música da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal.

Deus Guarde V.Exª

Ilmº Excº Senrº Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz
Ministro do Estado e dos Negócios da Marinha

Contador
Augusto de Castro [...]

A banda de música da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará era sempre requisitada para participar dos festejos oficiais oferecidos pelo Governo da Província sempre que necessário. Em ofício nº 20 de outubro de 1875, o Comandante do Quartel da Companhia, Olympio José Chavantes, informava ao Inspetor do Arsenal, João Gomes de Faria, “que a Companhia acha-se pronta a marchar para acompanhar o Cyrio de N.S. de Nazareth, com respectiva banda de música”¹⁴⁵.

¹⁴³ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na sessão do dia 15 de fevereiro de 1876. p. 31.

¹⁴⁴ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na sessão do dia 15 de fevereiro de 1876. p. 31.

¹⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Ofícios do Comando da Companhia de Aprendizes de 1875, notação 91.

No dia 26 de outubro de 1873, o Jornal O Liberal do Pará anunciava o início e a programação dos festejos do “Cyrio de Nossa Senhora de Nazareth”, em que a banda da Companhia de Artífices do Arsenal de Marinha participava na condução da festividade. O festejo começaria “pelas 6 horas da manhã com a romaria percorrendo a travessa da Roza, Largo da Sé, Rua dos Mercadores, Rua Santo Antonio, Praça de Pedro II e Estrada de Nazareth”. Em seguida, apresentam-se “estandarte com as inscrições das bênçãos aos naufragos do brigue portuguez S. João Baptista no ano de 1846” que “sobre os ombros dos homens do mar, desses homens crestados pelo sol do oceano (...) que jamais esquecem a Mãe de Deus, será conduzido o escaler onde se efetuou o grandioso milagre salvando-se parte da tripulação...”, seguindo e conduzido pelas “bem disciplinadas e luzidas Companhias de Aprendizes Marinheiros e de Aprendizes Artífices com sua harmoniosa banda de música”¹⁴⁶.

Em outro ofício datado de 23 de Março de 1874, o Palácio da Presidência da Província do Pará solicitava a presença da banda para cortejo oficial.

Palácio do Governo do Pará, 23 de Março de 1874
Ilm^o Senr^o

Dê V.S^a. suas ordens para que a Companhia de Aprendizes Artífices deste Arsenal, acompanhada da respectiva banda de música forme entrada do Palácio desta Província no dia 25 do corrente durante o ato do Cortejo as Efigies de suas Majestades Imperiais, comparecendo para tal fim às 9 horas da manhã.

Deus Guarde V.S^a
Ao Inspetor do Arsenal de Marinha

A música como ação pedagógica vem sendo utilizada desde o Brasil colonial por intermédio dos Jesuítas. Foi um importante instrumento de educação civil e religiosa pela atração que exercia sobre os índios. No contexto das instituições imperiais de formação profissional, o modelo utilizado parece ter sido o das instituições militares. Os arsenais tinham as suas bandas de música, onde aprendizes ingressavam e aprendiam determinado instrumento. É importante pensar que a participação em festas e atividades culturais da cidade de Belém sem dúvida representou um importante fator de motivação e atração para o aprendizado da música. As constantes apresentações gerava a quebra de rotina institucional, pois levariam aos alunos a frequentarem espaços, principalmente nas comemorações em ambientes políticos, que jamais frequentariam em outras ocasiões, fugindo, assim, da rígida distribuição e controle do tempo e espaço de uma instituição de internato escolar (RIZZINI, 2004, p. 211).

¹⁴⁶ Jornal O Liberal do Pará, 26/11/1873, nº 243, p. 1.

Além das primeiras letras, da música e da doutrina cristã, os menores deveriam aprender um ofício. Nas oficinas do Arsenal de Marinha do Pará, os mestres, contramestres e operários eram encarregados do ensino dos aprendizes artífices. O mestre deveria saber ler, escrever e contar, além das habilitações próprias para exercício de um ofício. Era obrigação cuidar das instalações e ferramentas das oficinas, da ordem, disciplina e aplicação dos operários nos trabalhos e na orientação para o bom comportamento dos menores alunos.

Assim como o professor de primeiras letras, os Mestres das oficinas também encaminhavam para o Inspetor o mapa da distribuição dos aprendizes artífices espalhados pelas diversas oficinas do Arsenal. Em ofício de 5 de novembro de 1878 o inspetor encaminhou para o ministério da Marinha “o ponto da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará acompanhado da relação nominal dos menores Aprendizes distribuídos pelas diversas oficinas do mês de outubro”.

Tabela 14 - Distribuição dos Aprendizes Artífices pelas oficinas do Arsenal de Marinha do Pará do ano de 1878	
Oficina de Carpinteiros	
Nº	Aprendiz Artífice
1	José de Souza Telles
2	Cyrillo Jacintho de Souza
3	Manoel Florentino Ribeiro
4	João de Deus e Silva
5	Balduino José Correa
6	Emiliano Maria Gomes
7	Alfredo Angelo dos Santos
8	Ignacio Francisco (.....)
9	José dos Santos Guimarães
10	Abílio Carlos de Oliveira
11	Calixto Fernandes de Mattos
12	Joaquim Antonio Nogueira

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – XM 480

Oficina de Carapinas	
Nº	Aprendiz Artífice
1	Octaviano Lopes Matta
2	José Maria dos Santos Maciel
3	Fulgêncio José Fernandes
4	Vicente Ramos
5	Vicente Antonio Ferreira
6	Januário da Silva Lavareda
7	Manoel Ferreira Monteiro
8	Tito Ferreira de Almeida

9	Thiago Luis Barata
10	José Ferreira Chaves Coutinho
11	Raymundo da Silva Góis
12	Joaquim Augusto Vieira
13	Raimundo Maximiano de Brito
14	Cypriano Lino de Almeida Rosa

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – XM 480

Oficina de Fundição	
Nº	Aprendiz Artífice
1	Francisco Alexandre Victorio Ribeiro
2	Fulgencio Augusto de Faria
3	Gentil Augusto Taumathurgo
4	Antonio Velozo da Silveira
5	Augusto Cesar dos Santos
6	Pacifico Antonio
7	Januario Jacintho de Souza
8	Francisco Augusto Puga
9	Antonio dos Santos Fernandes
10	Francisco de Paiva e Lima

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – XM 480

Oficina de Ferreiros	
Nº	Aprendiz Artífice
1	Felisberto Barata
2	Manoel Bahia de Oliveira
3	Antonio [...] de Almeida
4	Pedro Germano da Rocha Franco
5	Cycero Jose Monteiro
6	Arthur dos Anjos Pereira

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – XM 480

Oficina de Calafate	
Nº	Aprendiz Artífice
1	Manoel Antonio da Costa Vianna

Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha – XM 480

Os mapas da distribuição dos alunos nos anos de 1878 e 1879 apresentam certa estabilidade dos aprendizes artífices pelas oficinas de carpinteiros, carapinas ferreiros, fundição

e calafate. Isto é, não apresentou mudanças dos aprendizes de uma oficina para outra. Todas essas oficinas apresentadas nas tabelas acima faziam parte da diretoria de construções navais do Arsenal de Marinha do Pará. De acordo com Lacerda (2016, p. 120), as experiências de formação desses menores estava ligada com os avanços da tecnologia naval no Brasil oitocentista diante do avanço do capitalismo industrial, caracterizado em grande medida pela revolução dos meios de transportes, a difusão e o uso de vapor, carvão e ferro expandiram o comércio e o mercado mundiais entre 1840 e 1895.

Desse modo, as características da produção e reparo das embarcações no estaleiros da Marinha sofreram mudanças na “introdução da hélice, da propulsão a vapor e da passagem da madeira ao metal, provocando mudanças nas áreas de engenharia, arquitetura naval e na própria organização do trabalho nos estaleiros.” (LACERDA, 2016, p. 120). Portanto, era preciso formar jovens operários em ofícios especializados e sujeitos habitados para os serviços em construção, manutenção e reparo naval, Nessa condição, o trabalho assume um lugar particular dentro daquele que passou a ser considerado o papel primordial da Marinhas na formação dos Estados modernos no longo século XIX.

Os alunos eram inseridos no mundo real de trabalho nas oficinas, vivenciando a aprendizagem do ofício na prática em que o trabalho era aspecto importante do cotidiano. No dia 14 e Julho de 1872, o comandante Antonio de Castro, responsável pela direção da Companhia, encaminhou um ofício ao inspetor, Manoel Carneiro da Rocha, relatando as ocorrências em que os mestres das oficinas estavam distribuindo os alunos em serviços “incompatíveis com a aprendizagem do ofício” que deveriam se destinar. O comandante se referia ao fato dos aprendizes artífices serem submetidos a trabalhos pesados e intensos que não compatibilizava com a pequena força dos menores, alertando ao inspetor que os mestres deveriam ponderar as atividades em vez de se dar “a marcha errônea que seguem no ensino dos menores.” Em seguida, o mesmo comandante relata o desgaste de um aprendiz submetidos aos intensos trabalhos nas oficinas:

Quartel da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará, 14 de Julho de 1872

Ilmº Senrº

Agora, sucede ter vindo da oficina de Ferreiros, o aprendiz José Autoriano da Penha Botelho, completamente extenuado, pelo facto de ter sido empregado a tocar o “foles” tendo em consequência de muito suor, apanhado um ramo de ar que o prostou de cama, além de que na oficina de Fundição já deu-se caso análogo com o menor Fernando José dos Santos.

Venho trazer estas ocorrências ao conhecimento de V.Sª para que se digne resolver o que julgar conveniente.

Deus Guarde V.Sª

Ilmº Senrº Manoel Carneiro da Rocha
Capitão de Fragata e Inspetor

Antonio de Castro
Comandante

Havia grande estímulo para que os aprendizes artífices prosperassem nas aulas de primeiras letras e no ensino de ofícios nas oficinas do Arsenal. Recebiam um salário referente ao desenvolvimento das atividades, começava com uma diária de 100 réis aumentando progressivamente para 200 e 300 réis de acordo com o aproveitamento e adiantamento nas aulas. Foi o que ocorreu com os menores José Antonio Correia e Martinho dos Santos Lopes da oficina de Calafate, Manoel Camilo Fernandes Cantão da oficina de Ferreiros, Manoel Joaquim, Jacintho Antonio Pereira, Theodorhino Augusto, Adão Augusto de Araújo Cristo, Manoel de Deos Matta, Antonio Miguel da oficina de Carpinteiros que tiveram seus jornais e diárias aumentadas para 300 réis. Estes valores ficariam depositados numa conta na caixa econômica criada para cada Aprendiz, podendo ser retirado o valor acumulado ao final da formação, quando completavam 16 anos de idade.

Entretanto, havia uma relação burocrática que assegurava o Estado em caso de desistência, evasão ou abandono das aulas e das atividades. Os Aprendizes que abandonassem as aulas antes de completarem a formação adequada, ou seja, antes dos 16 anos de idade, ou que forem entregues por qualquer circunstância aos seus pais, tutores ou responsáveis legais, indenizariam a Fazenda Nacional com todo o gasto efetuado com sustento, vestuário e toda formação na escola de internato do Arsenal.

Ao final de cada ano a instituição organizava um cerimonial de culminância do período letivo da instituição. Nesse momento era exibido os artefatos manufaturados e trabalhos de desenho desenvolvido pelos aprendizes artífices. Nesta cerimônia, também eram distribuídos a premiação do exame avaliativo que era feito para dimensionar a aprendizagem nas diversas matérias da escola. Os examinadores responsáveis por avaliar e julgar os alunos eram os funcionários do próprio arsenal, cabia ao professore de primeiras letras, ao secretário do inspetor a produção do exame para qualificar aqueles que tivessem melhores desempenhos¹⁴⁷. Essa medida serviria para difusão de um valor moral que seria fundamental para o

¹⁴⁷ As informações para elaboração das tabelas, compondo o nome e a posição de premiado dos alunos da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará nas matérias cursadas no período letivo de 1874, foram retiradas do Jornal O Liberal que destacou em primeira página demonstrando a importância de noticiar tal fato como um estímulo para a sociedade, destacando os benefícios de tal instituição. Jornal O Liberal, número 264, 21/11/1874. p. 1.

desenvolvimento da instituição em propagar a formação do futuro trabalhador. O comportamento exemplar dedicado às atividades era compensado com uma premiação, aspecto presente nas iniciativas de educação militar que buscava a disseminação de um modelo ideal para estimular os demais indivíduos, representando uma espécie de modelo disciplinador para evitar os desvios de conduta.

Tabela 15 - Exame e premiação nas matérias cursadas no ano letivo de 1874

GRAMÁTICA		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Augusto Ferreira de Almeida	Medalha dourada
2	Rodolfo Antonio Pinto	Medalha prateada
3	Joaquim Tavares Bastos	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

ARITIMÉTICA		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Rodolfo Antonio Pinto	Medalha dourada
2	Joaquim Tavares Bastos	Medalha prateada
3	Adão Augusto d' Araujo Pinto	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

LEITURA		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Sebastião de Castilho Feio	Medalha dourada
2	João Pereira Feio	Medalha prateada
3	Manuel de Deus Matta	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

CALIGRAFIA		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Cornelio Bezerra de Figueredo	Medalha dourada
2	Manoel Carolino Pereira dos Santos	Medalha prateada
3	Candido Francisco do Nascimento	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

GEOMETRIA APLICADA		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Augusto Ferreira de Almeida	Medalha dourada
2	Rodolfo Antonio Pinto	Medalha prateada
3	Manoel Carolino Pereira dos Santos	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

DESENHO		
Ord.	Aluno	Premiação
1	Rodolfo Antonio Pinto	Medalha dourada
2	Augusto Ferreira de Almeida	Medalha prateada
3	Adão Augusto d' Araujo Pinto	Medalha de bronze

Fonte: Jornal O Liberal, 21/11/1874, nº 264, p. 1.

Ao completarem 16 anos de idade, os aprendizes continuariam sua formação ingressando na Companhia de Artífices Militares até aos 21 anos, quando terminada a aprendizagem do ofício, recebiam o certificado em uma especialidade e deveriam ser contratados como operários efetivos do Arsenal¹⁴⁸. Como não havia sido criada até o ano 1877 a Companhia de Artífices Militares do Pará, os aprendizes que completassem a idade de 16 anos continuariam aquartelados no Arsenal, “sendo, porém, considerados avulsos¹⁴⁹”, estando à disposição dos serviços nas oficinas, muitos eram incorporados à Companhia de Aprendizes Marinheiros para seguirem sua formação e carreira militar.

São escassos os documentos que apresentam o destino no processo de formação dos menores artífices. Foi possível encontrar apenas um caso que apresentava o histórico do aluno Augusto Pereira do Carmo, que demonstrava alguns aspectos que permeavam o processo de formação de muitos outros meninos inseridos no mundo da escola de Internato do Arsenal de Marinha. Insubordinação, indisciplina, prisão, punição e diversos outros conflitos que envolveram a vivência desses sujeitos dentro da sala de aula, das oficinas, dos dormitórios, na enfermaria levariam uma variedade e multiplicidade de relações que acabavam gerando certa resistência ante ao processo de ensino a que esses meninos eram submetidos. Os aspectos referente às relações de educação, trabalho resistência e disciplina veremos a seguir.

3.2 - “Cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem”: disciplina, violência e resistência

Augusto Pereira do Carmo, natural do Ceará, solteiro, cabelos crespos, olhos pardos, pouca barba, foi levado por seu pai Antonio Pereira do Carmo no dia 15 de Abril de 1872 ao Presidente da Província para que fosse admitido na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará. Depois de passar pela inspeção de saúde e ser considerado “bem conformado, robusto e são”, o menino foi encaminhado para quartel e designado para aulas de primeiras letras e para a oficina de Carpinteiros recebendo uma diária no valor de 100 réis. Tempo depois, teve aumento de salário para 300 réis sendo transferido para oficina de Carapinas. Em 31 de Março de 1876, “foi preso por faltar com respeito e tornar-se insubordinado com o Guarda 1º Sargento”. “Foi solto e preso novamente por três dias na

¹⁴⁸ Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860. Art. 47.

¹⁴⁹ PARÁ. Relatório Anual apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na sessão do dia 15 de fevereiro de 1877. p. 47.

solitária por meia ração”. No dia 3 de maio de 1876, tendo atingido a idade de 16 anos e concluído a formação como aprendiz artífice, foi considerado “avulso” e classificado como Artífice Militar e alocado a 7º classe da oficina de Carapina do Arsenal de Marinha do Pará¹⁵⁰.

O histórico de formação do aprendiz artífice Augusto Pereira do Carmo apresenta alguns aspectos que vão além do processo de trabalho e educação formal em primeiras letras na vida institucional escolar. Representa o objetivo de formação continuada desejado pelos militares. Após completarem 16 anos, os aprendizes artífices deveriam ingressar na categoria de Artífices Militares até 21 anos de idade, estudando, trabalhando e continuando a formação até torna-se operários efetivos moralizados, disciplinados e qualificados para trabalhar nos serviços das oficinas e dos estaleiros do Arsenal do Pará.

A Companhia de Aprendizes Artífices seguia o modelo de internato escolar, onde muitos meninos foram submetidos ao processo de disciplinarização, controle, ordem, vigilância e punição para, assim, serem formados “cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem”. De acordo com Fabiana Martins Bandeira (2010), é através da disciplina dos corpos e do trabalho que a Marinha realiza seu objetivo de contenção das camadas perigosas. Ao serem inseridos em instituições militares, esses indivíduos do “mundo da rua” eram submetidos a um processo de disciplinarização. “A ação deles não era mais motivada por suas próprias vontades e por seus antigos valores culturais, mas por um conjunto de regras e modelos que transformam os corpos dos homens num só corpo, o militar.¹⁵¹”

Os dispositivos legais, estatutos e regulamentos eram bem claros quanto as normas impostas a esses meninos. Os artigos 45 e 46 do Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860, regulamento das Companhias de Aprendizes Artífices, dispunham sobre os casos cometidos por falta de subordinação e disciplina. Os aprendizes não podiam sair sozinhos, eram rigidamente vigiados e controlados, devendo sempre estar acompanhados de um guarda. Se cometessem qualquer tipo de indisciplina seriam correccionalmente punidos pelo Inspetor ou comandante do Arsenal. O professor de primeiras letras e os mestres das oficinas ao detectarem qualquer forma ou suspeita de delito, encaminhavam para a inspetoria providenciar a “correção”. A punição poderia ser bastante severa, indo desde prisão simples ou solitária que não excedesse oito dias até a privação da alimentação ou montagem de guardas em períodos dobrados.

¹⁵⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da Companhia de Aprendizes Marinheiros e Artífices de 1877, notação 121.

¹⁵¹ BANDEIRA, Fabiana Martins. *Disciplinando homens, fabricando marinheiros: Relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 90.

A inserção e distribuição dos meninos desvalidos na Companhia Aprendizes Artífices do Pará não obedeciam a uma separação específica por idade nas atividades escolares dentro do Arsenal. Meninos de menor idade, entre 7 e 8 anos, se entrelaçavam numa convivência de múltiplos significados sociais com outros de 15 e 16 anos, além de conviverem com outros adultos operários, marinheiros, enfermeiros, guardas e demais funcionários do estabelecimento. Algo semelhante foi identificado na escola de artífices da província de Mato Grosso, analisada por Matilde Araki Crudo (2005, p. 285), ao demonstrar que a escola militar admitiu uma variedade de sujeitos aquartelados nas mais variadas formas. Para muitos meninos a inserção nesses estabelecimentos não foi uma opção própria e sequer de seus familiares, lembremos que no momento da entrada muitos viviam nas ruas, eram remetidos pelo Corpo de Polícia e outros pelo Presidente de Província ou pelos Juízes de órfãos que encaminhavam menores desamparados e desprovidos de família. Isto é, diversas experiências compartilhadas dentro de um estabelecimento fechado.

Nas “instituições de fechamento” os meninos acabavam presenciando e participando de casos de embriaguez, brigas, agressões, xingamentos, sexualidade tanto entre os funcionários da instituição quanto entre seus colegas de escola. Para manter a disciplina era necessário recorrer a métodos fortes, pesados e truculentos como ficou documentado nos relatos de ofícios da instituição. Na manhã do dia 29 de março de 1876, o guarda 1º Sargento Lucas Espinoza de Brito, responsável por colocar os aprendizes artífices em forma antes de iniciarem as aulas, advertiu o menino João Pereira Primo por seu mau comportamento no momento da organização do pelotão. O menino ignorou fazendo pouco caso das ordens e riu das admoestações que recebeu do dito guarda que passou, em seguida, a repreendê-lo novamente de forma mais rigorosa, quando, na mesma ocasião, o referido guarda foi agredido por trás sofrendo ofensas, insultos e novas ameaças de agressão pelo aprendiz artífice Augusto Pereira do Carmo, identificado como irmão de mais idade do menor João Pereira. O guarda acabou prendendo os dois aprendizes artífices e encaminhou o corrido para direção da Companhia, sob ordem do Comandante Olympio José Chavantes, que recolheu a decretou que fossem punidos com prisão solitária para o menino Augusto Pereira do Carmo e prisão simples para João Pereira Primo.

Os guardas assumiam a responsabilidade pelo monitoramento e vistoria frequente das dependências do Arsenal de Marinha, da saída e entrada dos aprendizes artífices nas aulas de primeiras letras e do ensino de ofícios nas oficinas, além da manutenção da ordem e da segurança do estabelecimento. Em ofício de 1 de Abril de 1876, o comandante da Companhia Olympio José Chavantes, encaminhava o relato ao inspetor ressaltando o bom serviço e comportamento que do guarda desenvolvia nas atribuições de seu serviço.

Quartel do Comando da 4ª Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará.
1 de Abril de 1876

Ilmoº Senrº

Cumpre-me informar a V.Sª que o Guarda Lucas Espinosa de Brito tem tido bom comportamento e trabalha com muita seriedade e respeito aos aprendizes. O artífice Augusto Pereira do Carmo a poucos dias esteve preso por três dias por ter dado pancada em outro seu camarada, não sendo entretanto essa a primeira vez que lhe briga e desafia seus camaradas.

Deus Guarde V.Sª

Ilmoº Senrº João Gomes de Faria

Capitão de Fragata e Inspetor

1º Tenente Comandante

Olímpio José Chavante¹⁵²

No relato de 11 de dezembro de 1875, o comandante leva a conhecimento do inspetor que às 9 horas da manhã, em uma aula prática que deveria ocorrer sobre a arte de construção naval a bordo do “vapor Marcílio Dias”, deu-se o conflito entre os aprendizes artífices Fernando José dos Santos e Manoel Ferreira de Nazareth. Antes de iniciar os trabalhos, o menor Fernando acaba repreendendo Manoel que ficou incomodado e rebateu proferindo “insultos, palavras injuriosas e obscenas”, resultando no espancamento dado por Fernando, que é o maior entre os aprendizes, “ao ponto de deixar Manoel bastante seviciado pelo rosto e pescoço, por ser pequeno e débil”.

Este acontecimento levou o comandante da Companhia a pedir providências ao Inspetor alertando para falta de pessoal habilitado que pudesse conduzir os trabalhos a bordo do vapor Marcílio Dias, e pelo fato de não ter aparecido “nenhum só operário que tivesse presenciado o fato, deixando isto bem patente estarem os aprendizes artífices entregues a si mesmos.” O Comandante finaliza sua fala dizendo que “nenhum aprendiz artífice tem o direito de injuriar, insultar e muito menos maltratar com pancada seu camarada, acham-se ambos presos a disposição de V.Sª que me indicará o castigo que lhe devo aplicar.”

No ano seguinte, no relato do dia 4 de Abril de 1876, o mesmo o aprendiz artífice Fernando José dos Santos se envolveu novamente em situação de conflito e agressão com outro “seu camarada”. Por volta 8 horas da manhã, havia maltratado com pancadas dadas com uma vareta de espingarda no aprendiz artífice José Maria dos Santos Maciel, que foi repreendido imediatamente pelo guarda ajudante “dizendo-lhe que não tinha o direito de castigar seus camaradas”, ainda mais, “sendo fisicamente maior que todos da Companhia” e, sendo seu

¹⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios das Companhias de Aprendizes Artífices de 1876, notação 94.

camarada, José Maria dos Santos Maciel, um dos menores fisicamente”. Subitamente, o aprendiz Fernando respondeu de forma “insolente e insubordinada, dizendo que antes de comer o pão do Estado tinha desrespeitado um Tenente Coronel, quanto mais a um pequeno Sargento”. Pelo ato, o menino foi submetido ao Comandante que mandou prendê-lo imediatamente até segunda disposição do Inspetor do Arsenal, que se “digne a dar as providências que julgar acertadas para a correção de tais crimes”.¹⁵³

Na tentativa de prezar pelo “bem da ordem e da moralidade”, diante dos diversos casos de insubordinação envolvendo os guardas responsáveis pela Companhia foi necessário fazer a substituição dos funcionários que não conseguissem estabelecer a ordem no ambiente. Desse modo, em novembro de 1875, foi solicitada a exoneração do guarda da Companhia, sargento Hilário Santos Rodrigues, pelo fato de ter “perdido toda a força moral para com aprendizes artífices”, como se vê nas considerações do comandante da Companhia do seguinte documento:

Quartel do Comando da 4ª Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará
8 de novembro de 1875

Ilmº Exmº Senrº

(...) cabe-me informar que além de achar justa a pretensão, considero de grande vantagem, utilidade, e mesmo necessária à boa ordem da mesma Companhia a retirada deste empregado, não só **pela falta de zelo pelo serviço** pelo que tem sido algumas vezes admoestado, **como ainda por ter perdido toda a força moral para com os mesmos aprendizes artífices**, porquanto ante ontem mesmo chagaram ao meu conhecimento alguns fatos que desabonam sua conduta, e que eu teria necessariamente de solicitar a sua exoneração. [grifo nosso]

Deus guarde V.Sª

Ilmº Snrº João Gomes de Faria
Inspetor do Arsenal de Marinha
Olympio José Chavantes
Comandante

O aprendiz que fosse considerado extremamente insubordinado, quando as demais punições não surtiram efeito desejado, poderia ser encaminhado à Companhia de Aprendizes marinheiros como alternativa última para correção. O artigo 46 do regulamento atribuía como medida de uma de punição maior, pesada, e que deveria ser “exemplar” para esses meninos. Foi a punição aplicada ao aprendiz artífice Cornélio Bezerra de Figueiredo que para o “bem da disciplina e da moralidade da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará e em conformidade com o artigo 46 do regulamento de 21 de julho de 1860” foi transferido para ter praça na Companhia de Aprendizes Marinheiros. Da mesma forma ocorreu com o caso que consta no

¹⁵³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios das Companhias de Aprendizes Artífices de 1876, notação 94.

ofício da inspetoria do Arsenal de Marinha do Pará, do dia 9 de janeiro de 1877, em que houve a recomendação para transferência do aprendiz artífice de nome Manoel Joaquim como punição por ter sido encontrado em situação de embriaguez.

Palácio da Presidência da Província do Pará
Belém, 5 de janeiro de 1877

Ciente pelo ofício de V.S^a de ontem, sob nº 221 (...) quanto ao aprendiz artífice Manoel Joaquim que se deu ao meio da embriaguez e ao qual se refere a parte do Sargento Ajudante, junto em original ao seu ofício recomendo a V.S^a que o transfira para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, nos termos do Art. 46 do Regulamento 21 de julho de 1860.

Deus Guarde V.S^a
J.C Bandeira de Mello Filho
Ao Senr^o Capitão de Fragata
Inspetor do Arsenal de Marinha¹⁵⁴

Esta prática de encaminhar os aprendizes artífices considerados insubordinados para a Companhia de Aprendizes Marinheiros como última alternativa para correção e disciplina evidencia, de acordo com David Patrício Lacerda (2016), um paradoxo dentro da própria instituição: os chamados “viveiros” da Marinha (as Companhias de Aprendizes Marinheiros), locais de onde se acreditava que saíam habilidosos marinheiros, também eram considerados dentro da própria instituição um espaço como forma de punição a ser aplicada a menores das Companhias de Aprendizes Artífices dos arsenais que demandassem disciplina mais rigorosa. “As punições expressa (e encoberta) linguagem empregada nas normas forjaram mecanismos coercitivos destinados a disciplinar menores aquartelados nas companhias de artífices, contribuindo para assegurar a ordem social nesses espaços de trabalho¹⁵⁵”.

Os casos de agressões e punições dada a convivência dos aprendizes dentro do Arsenal indicam que foram frequentes. O comandante interino da Companhia de Artífices, José Antonio de Sousa Freire, recolheu a “rigorosa prisão os artífices militares Augusto Pereira do Carmo e Manoel Ferreira de Nazareth por haver espancado o aprendiz artífice Fulgencio José Fernandes e por ter “desacatado a ordem do Sargento”, chegando inclusive a “arremessar-lhe um banco pelas costas”. O comandante alerta ao inspetor que o menino Augusto Pereira do Carmo já havia “cometido a terceira reincidência de insubordinação e fez parte do grupo que havia devastado o canavial da fazenda Murucutú.”

¹⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor e do inspetor a presidência de 1877, notação 115.

¹⁵⁵ LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 140.

Neste episódio caracterizado como “grave atentado”, o comandante da Companhia estava fazendo menção ao fato ocorrido no dia 24 de julho de 1877 quando os aprendizes artífices Augusto Ferreira de Almeida, Lydio Philadelpho da Silva, Augusto Pereira do Carmo, Romão de Prado Lemos, Canuto Antonio Gonçalves, Antonio Miguel Palheta, Francisco Maurity de Araújo e Manoel Couto Fernandes Cantão, aproveitando o descuido dos guardas e a brecha do igarapé que passa ao lado do Arsenal, partiram para tomar por assalto o canal da fazenda do Murucutú. O dono da fazenda, Leonardo Augusto de Faria Vieira, encaminhou um ofício ao inspetor do Arsenal pedindo providências pela devastação na referida plantação.

Ilmo Senrº Capitão de Fragata João Gomes de Farias

Aproveito a ocasião de lavar a conhecimento de V.Sª que no domingo pelas 2 horas da tarde foram encontrados alguns aprendizes artífices fazendo estragos no canal que tenho próximo a Olaria Pedreira cortando cana de um palmo de cumprimento, visto [a plantação] contar com apenas 4 meses de plantada. E como viram um Preto que descia para cidade, retiraram-se, e no porto do sal foi que o referido Preto conhecia um deles e diz se chamar Augusto. Portanto, peço a V.Sª providências afim evitar a continuação destes estragos.

Sou com consideração
Deus Guarde
[...]
Leonardo Augusto de Faria Vieira

Nas aulas de ofícios das oficinas e nos estaleiros navais do Arsenal de Marinha, os meninos aprendizes artífices estavam inseridos e compartilhavam dos serviços com os demais operários adultos, presenciando os conflitos propagados pelos ditos operários que colocavam em risco o desejo de manter a disciplina, moderação e ordem dentro do estabelecimento. Na inspeção do Arsenal do dia 28 de dezembro de 1878, “o operário de carpinteiro, Ignácio José Cardoso, responsável por auxiliar os trabalhos na sala de construções navais, recusou-se obstinadamente a realizar os referidos trabalhos respondendo de forma insubordinada ao respectivo diretor.” Em seguida o diretor de construções navais acaba solicitando ao inspetor para “a todo custo manter a boa ordem e disciplina militar neste estabelecimento contra o que opõe-se à exemplo dado por esse operário.”

Pais, tutores ou responsáveis legais, por diversas razões, solicitavam saída de seus filhos da escola. Se fosse pedido a baixa do menino durante a formação deveriam ressarcir o Estado com todo o valor gasto até aquele momento. A instituição poderia liberar o menor em decorrência de excesso de insubordinação ou em caso do responsável pelo menor apresentasse melhora de sua condição financeira e solicitava a baixa, como ocorreu com Rufina Augusta da Conceição, mãe do menor José Gonçalves Ferreira, “tendo melhorado de circunstância vem

respeitosamente pedir de mandar dar baixa ao seu filho afim de poder educá-lo com uma profissão mais compatível com sua debilidade.”

O inspetor responde ao pedido dizendo que “não pode restar a menor dúvida de que satisfaça o desejo da suplicante sem ato de vantagem para o Estado que deverá assim de estar mantendo um menino refratário aos mais aplicados para sua educação moral”. O inspetor se referia ao fato do menino ter “tido péssimo comportamento, é de má índole, e sempre que é preso pede pra ser castigado com pancadas e palmatórias (...). Na aula de primeiras letras só tem notas más”.

A deserção, a fuga e a evasão também fizeram parte da vida institucional dos meninos do Arsenal de Marinha. Em ofício datado de novembro de 1875, do Quartel da Companhia, o comandante informava ao inspetor que “às 11 horas da noite de 22 de novembro do corrente, achando-se de serviço o guardião Belchior dos Reis Mello, deserdaram deste quartel os menores Manuel Antonio dos Santos e Francelino José Ferreira.” Em seguida, o comandante abre investigação para tomar ordem da situação e acaba averiguando que os referidos menores “evadiram apossando-se de uma montaria deste arsenal”, e que “os mesmos menores seguiram para a Baía do Marajó”.

Semelhante caso ocorreu no ano seguinte, em dezembro de 1876, quando o mesmo guardião Belchior dos Reis Mello relatava “a fuga do menor Odonias Antonio de Moraes” que havia sido “remetido pelo Chefe de Policia”. O caso havia acontecido por volta das 8 horas da noite quando, depois da reza de costume em que os meninos realizavam antes de dormir, o guardião iniciava sua observação e revista pelo estabelecimento. “Nessa ocasião, deu por falta do dito menor, e procurando no quartel e arredores percebeu que tinha ele fugido pelo igarapé que passa pelos fundos deste quartel, (...) que nessa ocasião estava com maré baixa”.

“A sentinela que ali devia estar tinha abandonado seu posto sendo encontrado dormindo na porta do almoxarifado”. O comandante informava ao inspetor o descuido da vigilância, dizendo que é de “notar que as portas do quartel estavam abertas havendo por descuido do guardião em não ter tomado providencias ao anoitecer, para que ficasse em segurança o dito menor recruta.” Em seguida conclui frisando que “este descuido por não ser a primeira vez, segundo sou informado, que se dar desses fatos quando está de serviço este Guardiãõ.”

As fugas e deserções dos menores apresentada pela documentação evidenciava não apenas o problema da vigilância, controle e ordem sobre os sujeitos, mas ao fato de que o Arsenal de Marinha do Pará apresentava na sua estrutura física problemas na questão do fechamento do espaço. O inspetor solicitava ao Presidente da Província e ao Ministro da Marinha providências para concluir o muro que cercava o Arsenal, sem a qual ficaria exposto

a qualquer ação inimiga ou de sujeitos estranhos, visto que muitos guardas apresentavam certos problemas quanto o serviço de vigilância do espaço.

O ministro da Marinha, Francisco Xavier Paes Barreto, em relatório, apresenta a necessidade de construir “um cais ao lado do igarapé, e estender-se sobre a praça de Bagé, que, servindo apenas para o desembarque de madeiras, pôde, dar aquele estabelecimento as convenientes proporções e a melhor localidade para dois bons estaleiros”. O Ministro continua pontuando que o Arsenal do Pará necessita “da construção dos muros para fechá-lo, a de um prédio que tem de servir de armazém de Almoarifado, e os consertos de diversos telheiros¹⁵⁶”. As imagens abaixo, registrada pelo fotógrafo José Tomaz Sabino por volta da segunda metade do século XIX, apresenta o portão do Arsenal e a extensão de seus muros aos lados do portão, em que o Ministro alertava ser “uma das medidas mais urgentemente reclamada é o prolongamento dos muros que fecham até o batente da baixa mar...¹⁵⁷”, e a imagem 2 a parte dos telheiros das construções dentro do Arsenal.

Imagem 9 - Portão do Arsenal de Marinha do Pará – Visto da Praça de Bagé



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁵⁸

¹⁵⁶ BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1859 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 10ª Legislatura (Publicado em 1860), p. 5.

¹⁵⁷ BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 11ª Legislatura (Publicado em 1862), p. 19.

¹⁵⁸ SABINO, José Tomás. [Arsenal da Marinha]. [S.l.: s.n.], [187-]. 13,5 x 22,6cm em c. 23,2 x 31cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon870501/icon870501.jpg>. Acesso em: 13 Jul. 2018.

Imagem 10 – Quartel dos remadores, Telheiros dos escalares e Telheiros das construções



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁵⁹

Para Simone Mesquita (2016, p. 185), que analisou o ensino militar naval a partir da segunda metade do século XIX, a educação vista como um meio pelo qual seriam impressos os valores morais pelas atividades desenvolvidas nas Companhias da Marinha deveriam consolidar esses valores e estabelecer uma forma de regulamentação social e controle do indivíduo. Até nos momentos de supostas “brincadeiras”, os meninos eram tratados com firmeza da disciplina. Manter os menores aprendizes da Marinha afastados dos maus costumes, dar a eles uma formação moral era um grande desafio.

No dia 19 de abril de 1876, no momento das atividades de ensino na aula da oficina de Carapinas, os operários José Pedro Alexandrino e Francisco Luiz de Azevedo informavam ao Comandante da Companhia terem visto o aprendiz artífice Lydio Philadelphio da Silva “fazer ações indecentes pela reta guarda do mestre da oficina na ocasião em que passava pelo banco do referido aprendiz”, e quando era avisado o aprendiz se “fazia de firme”. O fato foi confirmado por outro operário, Francisco de Oliveira Ramos, que confirmou tudo ao Comandante e ainda “acrescentou dizendo que o referido aprendiz faz caretas e outras macaquices pela reta guarda do mestre”. Ao averiguar a situação, o Comandante interrogou os demais aprendizes que negaram a situação, embora os aprendizes Joaquim Antonio e

¹⁵⁹ Idem. Acesso em: 13 Jul. 2018

Bernardino Dias relataram que “em outras ocasiões viram o aprendiz Lydio fazer caretas e momices para o mestre da oficina¹⁶⁰”.

A atenção e a preocupação com a moralidade e comportamento dos aprendizes artífices e dos funcionários da instituição parece não ter impedido que os menores fossem suspostamente vítimas de abuso sexual. No ofício do dia 21 de Abril de 1876, o comandante da Companhia abre investigação para averiguar a veracidade dos fatos em relação ao caso do enfermeiro, Joaquim da Mata Cruz, que teria se aproveitado dos menores em tratamento na enfermaria do Arsenal para “praticar atos imorais”. O caso foi descoberto quando, por volta das 6 horas da tarde, o aprendiz Augusto Pereira do Carmo ao deixar as aulas debaixo dos telheiros das construções navais, foi visitar seus camaradas e seu irmão mais novo que estavam doentes na enfermaria, momento em que foi interrompido pelo dito enfermeiro que “ordenou-lhe positivamente que não entrasse e que se retirasse” pois não estava em horário de visitação.

O aprendiz Augusto acabou respondendo que “ele enfermeiro não havia de fazer o que faz com os outros, e que vive constantemente bajulando o doutor para ver se por esse meio consegue o lugar de enfermeiro-mor, mas que estava bem enganado” e acabou se retirando e comunicou o caso ao comandante dizendo que o enfermeiro Joaquim da Motta Cruz pretendia praticar atos imorais com seu irmão João Pereira Primo, e que se atrevesse a praticar esses atos “lhe faria alguma coisa”. Quando interrogou outros menores, o comandante confirmou o ocorrido e ainda descobriu que outros aprendizes como “Francelino Antonio Gouveia e Jose Lourenço dos Reis e até o remador da capitania do Porto, Victorino Gomes Pereira, que também se achavam doentes na enfermaria, foram convidados pelo enfermeiro para praticar atos imorais ao modo que eles se recusaram¹⁶¹”.

Matilde Araki Crudo (2005, p. 204), ao analisar a Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra do Mato Grosso, identificou recorrentes “práticas de homossexualidade” no interior da instituição. A autora apresenta o caso investigado pelo diretor dos menores que praticavam o “vício de sodomia, pederastia e masturbação” para posterior punição aos envolvidos. O menor Lino de Sousa “admitiu que em uma noite, quando todos os seus companheiros dormiam, dirigiu-se ao leito de Virgínio Sebastião e, aproveitando-se de seu sono, arriara-lhe a calça sutilmente e com ele tivera relações ilícitas”. Outro caso ocorreu quando o menor Benedito José Rodrigues dirigiu-se a cama de Benedito Xavier da Paixão e teve com ele relações ilícitas.

¹⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios dos comandos das Companhias de Aprendizes de 1876, notação 94.

¹⁶¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios dos comandos das Companhias de Aprendizes de 1876, notação 94.

Outro menor, Augusto Benedito da Penha declarou que as 5 horas da manhã viu o aprendiz Francisco Claro em cima de seu companheiro Antonio Pedro de Arruda.

Esses recorrentes casos geravam muitos agravantes para administração do Arsenal de Marinha. O inspetor averigou e descobriu junto aos médicos a existência de “moléstias venéreas” em decorrência desses “maus costumes” (CRUDO, 2005, p. 204). Em seguida, a autora apresenta um relato extenso das complicações deste fato:

“(...) apareceu na enfermaria um menor para se trará que tinha o ânus completamente estragado por ulcerações que exalavam um fétido insuportável (...) declarou o médico ser devido a diarreia (...). Baixou para a enfermaria outro menor com o pênis deformado por aguda inflamação, e com um corrimento abundantíssimo (...). Além dos dois menores afetados de blenorria, apareceram mais cinco, chegando ao conhecimento de fatos altamente indecorosos, e tão vergonhosos. (CRUDO, 2005, p. 204).

Ao estudar as experiências de formação nas escolas de aprendizes da Marinha do Rio de Janeiro, a partir de 1870, Monica Lins (2012) afirma algo que se relaciona bem com o aspecto da disciplina analisado neste ponto de nosso trabalho, a autora considera que no processo de disciplinarização das crianças, o encarceramento acabava produzindo estigmas que dificilmente seriam vencidos por muitos dos que viviam a privação da liberdade como forma de educação dos corpos.

Os constantes problemas enfrentados pela instituição era uma indicação de que os menores vindos das ruas, nas mais diversas condições, não estavam dispostos a aceitar as condições de vida e trabalho oferecidas pela Marinha e resistiam das formas que podiam. As regras sofriam constantes mudanças na tentativa de “normalização dos corpos” e de formas de adestramento, punição e correção.

3.3 - “Importante papel que lhes reserva o futuro”: a Marinha Imperial e a Política de formação de artífices

As variadas exigências de um povo civilizado pedem, que por todos se derrame a instrução rudimentar. Dada esta, a uns cabe a instrução superior, que prepara os sábios, os literatos e os homens de ciências especiais; a outros toca a instrução artística, que nos dá os operários de todos os gêneros para satisfação das diversas necessidades materiais da sociedade¹⁶².

¹⁶² Falta com que o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa provincial, no dia 5 de novembro de 1885, *Apud* (BEZERRA NETO, 1996, p. 44.)

José Maia Bezerra Neto (1996) apresenta a fala do Presidente da Província do Pará, Tristão de Alencar Araripe, em que demonstra claramente, “diante das exigências da civilização”, os objetivos da educação destinada aos setores mais pobres da sociedade e o peso simbólico sobre as classes pobres do Pará ao longo do século XIX. Essas classificações presente na fala de Tristão de Alencar forjavam as transformações de sujeitos livres e pobres em trabalhadores úteis a sociedade por meio do ensino de ofícios, diferente daqueles mais afortunados que, “considerados integrados à ordem social, encontravam-se aptos a exercer papéis sociais mais elevados e distintos como "sábios", "literatos" e "homens de ciências especiais", por meio da instrução superior¹⁶³”.

O Jornal O Liberal do Pará do dia 21 de novembro de 1874 apresenta o resultado do “exame dos alunos da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará nas matérias que cursaram no vigente ano letivo”. Compareceram 43 menores submetidos ao exame nas aulas de gramática, leitura, caligrafia, doutrina cristã, desenho e geometria aplicada as artes. Aquele que se destacasse, “pelo conhecimento e inteligência”, receberia premiação que seria entregue no local e horário indicado na notícia. Ao concluir a matéria do jornal, o articulista enfatizava que já haviam passados três anos de funcionamento da escola, nos quais foram “três anos de ouro atestados pelas eloquentes provas que aí ficam assinaladas”, congratulando “com aqueles a quem cabe a glória de resultado tão esplendido, visto que os “fatos desta ordem tendem a estimular as classes operárias para o importante papel que lhes reserva o futuro¹⁶⁴”.

Exame de artífices.

(...) Estes prêmios serão distribuídos na noite de 1º de dezembro próximo, no salão de um dos edifícios do arsenal, onde haverá também uma exibição de artefatos manufaturados pelos mesmos aprendizes artífices, bem como dos trabalhos de desenho. Folgamos em registrar factos desta ordem, que tendem a **estimular as classes operárias para o importante papel que lhes reserva o futuro¹⁶⁵** (grifo nosso).

Estas últimas palavras presente no Jornal e toda a fala do Presidente Tristão de Alencar Araripe revelariam a tônica do discurso político proferido sobre a criação, manutenção e desenvolvimento instituições de ensino profissionalizante da Província do Pará. O acolhimento de meninos desvalidos nos arsenais buscava, nas palavras dos diversos ministros da Marinha, a

¹⁶³ BEZERRA NETO, José Maia. *As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)*. Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996. p.44.

¹⁶⁴ Idem, 21/11/1874, p. 1.

¹⁶⁵ Jornal O Liberal do Pará, nº 264, 21/11/1874, p. 1.

importância de “criar operários inteligentes e desviar da ociosidade centenas de homens que tornassem úteis a si e ao País¹⁶⁶”.

Em de 1857, quando o ministro da Marinha, José Antonio Saraiva, anunciava a criação da Companhia de Aprendizes Artífices no Arsenal de Marinha da Corte em seu relatório na Assembleia Legislativa, atribuía a fundação dessa escola ao incentivo do “Governo Imperial” que estava “convencido” de “organizar o ensino nos arsenais”, e esse ensino daria “os melhores construtores e maquinistas, o que é um bem, muito principalmente porque se começará assim a dar educação de nossa mocidade uma direção benéfica¹⁶⁷”.

Em 1860, o Ministro Joaquim José Ignacio, acrescenta que as companhias de aprendizes resultavam “das vantagens de darem asilo a centenas de crianças desvalidas, que em seu seio adquirem honrosa profissão, tornando-se cidadãos prestantes, e úteis ao País¹⁶⁸”. Em 1862, seu sucessor, Ministro Joaquim Raimundo de Lamare, pontua:

São tão palpáveis as vantagens [das Companhias de Aprendizes Artífices] que as classes menos desfavorecidas da fortuna oferece esta instituição, tão incontestáveis que ali se proporcionam para uma perfeita e regular educação artística, que a população, sem menor constrangimento, e antes com verdadeiro empenho, procura alistar seus filhos em tais Companhias¹⁶⁹.

A formação das “classes operárias para o importante papel que lhes reserva o futuro” dentro das instituições de ensino dos arsenais de Marinha não se reduz apenas à perspectiva dos ministros, pois tal problemática envolve os modos como o Estado lidava com os dilemas inerentes às relações de trabalho na sociedade escravista¹⁷⁰. A expressão “úteis a si e ao País” tornou-se frequente nos discursos ministeriais, provinciais e nos documentos internos relacionados as Companhias de Aprendizes. A expressão evidenciava a “preocupação” e desejo do Estado com o destino e a degradação das classes inferiores vista como uma questão de ordem social e moral¹⁷¹.

¹⁶⁶ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 5º legislatura de 1842.3 – (Publicado em 1843). p. 12.

¹⁶⁷ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 2º sessão da 10º legislatura de 1857 - (Publicado em 1858). p. 12.

¹⁶⁸ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 1º sessão da 11º legislatura de 1860 (publicado em 1861). p. 9.

¹⁶⁹ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 3º sessão da 11º legislatura de 1862 (publicado em 1863). p. 21

¹⁷⁰ LACERDA, David Patrício. Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890) - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

¹⁷¹ RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. p. 24.

Era necessário formar o futuro trabalhador e o futuro cidadão que com o passar do tempo fossem educados nos atributos da ordem, atuando disciplinarmente nas instituições como os arsenais onde as relações de trabalho envolviam parte do aparato do Estado. Desse modo, Luiz Antonio Cunha (1979) afirma que os objetivos propriamente técnicos e econômicos da formação de artífices para os arsenais militares tinham se mesclado a objetivos ideológicos em que os dirigentes políticos viam na aprendizagem de ofícios uma obra de caridade, destinada a amparar os desvalidos da sociedade. Funcionando, assim, como estratégia de controle social para assegurar a tranquilidade da ordem pública, evitando que os meninos se entregassem ao ócio, a vadiagem e aos maus costumes.

Walter Fraga Filho (1994) observa que a questão da vadiagem de crianças no século XIX estava relacionada ao fato da existência de centenas de meninos e meninas que faziam das ruas o espaço de trabalho, divertimento, jogos e brincadeiras. A percepção da vadiação revestia de diversos significados recobrando a ociosidade, comportamentos considerados ameaçadores à estabilidade social. A vadiagem podia recortar categorias muito restritas de "ociosos" e o submundo de "delinquentes" que viviam à margem do trabalho "honesto", recorrendo a meios "ilícitos" de sobrevivência, tais como o jogo e o roubo¹⁷².

De qualquer forma, para este autor, os termos "vadiagem" e "ociosidade" remetiam aos sujeitos pobres livres ou libertos que sem ocupação e moradia vagavam pelas ruas e enchiam as cidades do império. A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para as gerações mais novas de livres e libertos. A medida que o século XIX avançava as autoridades políticas puseram em vigor medidas afim de disciplinar a presença de menores nos espaços públicos. Os menores encontrados em situações de vadiagem, crime, ociosos nas ruas e orfanatos das cidades eram encaminhados para as Companhias de Aprendizes da Marinha.

A partir da inauguração das Companhias de Aprendizes Marinheiros em 1840, as autoridades passariam a contar com o recurso do recrutamento. Para chefes de polícia, esse foi um recurso importante para afastar os meninos das ruas que estivesse em situação de desordem social. Muitos eram enviados para as embarcações da Marinha como aprendizes, onde eram submetidos a uma dura disciplina e a castigos corporais (FILHO, 1994).

As autoridades passaram a assumir o papel crescente de controle dos meninos desvalidos, intervindo com políticas destinadas a criar instituição de amparo a esses sujeitos. A infância passaria a ser uma fase da vida a ser controlada de perto pelo poder público, porque era considerada mais inclinável a vadiagem e a desordem. Era preciso investir na formação do

¹⁷² FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1994. pág. 138.

homem para o trabalho, para isso era necessário começar desde de cedo a formar o caráter da criança, inculcando o amor ao trabalho, respeito, ordem aos seus superiores, o progresso e a civilização¹⁷³.

No que diz respeito à expansão da instrução primária nas instituições dos governos provinciais desenvolvidas no “norte amazônico”, do Amazonas e do Pará, Irma Rizzini (2004, p. 78) afirma que esta iniciativa estava no bojo de “disseminar a civilização pelas fronteiras remotas”. Os governantes do Pará e do Amazonas empregavam em seus discursos os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução a todos: às “classes populares”, às “massas” e às “mais longínquas localidades”.

Na Amazônia, os governos claramente passaram a disseminar a instrução pública com o objetivo de “formar dessas massas bons cidadãos com consciência de seus direitos e deveres e mães de família”. O envio de meninos desvalidos pertencente a “grande classe popular” para instituições primárias e profissionalizantes constituía o objetivo dos dirigentes do Estado em fomentar uma política destinada a uma população amazônica considerada “arredia à civilização e afeita à vida errante”, pois “uma das principais causas utilizadas para justificar o “atraso” da instrução nas províncias amazônicas era o modo de vida da população”. (RIZZINI, 2004, p.80)

Portanto, a questão de “serem úteis a si e à pátria e a desenvolver o amor ao trabalho” no processo de expansão do ensino primário pelas províncias do Império foram questões que assumiram, de acordo com Irma Rizzini (2014, p. 34), conceitos problemáticos no século XIX. A instrução primária e o ensino profissionalizante demarcariam nas fala dos dirigentes políticos dois momentos do processo educativo: “o início, como brutos, vadios, rudes, inertes, inaptos, analfabetos, indomados, insubordinados, incorrigíveis, viciosos, enfim, os selvagens da cidade” na transformação de uma “identificação positiva: polidos pela educação moral, religiosa e civil, tornam-se bons e incansáveis trabalhadores, alunos aplicados, submissos e disciplinados” (RIZINNI, 2004, p. 173). As Companhias de Aprendizes do Pará estavam inseridas como “escolas especiais” de ensino primário da Província, portanto, também recebiam meninos das diversas localidades do interior da Amazônia. Diversos ofícios enviados para a inspetoria do Arsenal continham a informação de meninos sendo remetidos por autoridades das localidades de “Breves”, “Santarém”, “Óbidos”, “Cameté” e “Bragança” com a finalidade de abrigar, formar ou recuperar esses sujeitos e transformá-los em cidadãos úteis a si e a própria Província.

No entanto, a relação do discurso com a praticidade das ações dentro das políticas educacionais implementadas pela Marinha nem sempre ocorreram com o efeito desejado e

¹⁷³ Idem, pp. 116-138.

prometido. Pelo menos desde 1876 os relatórios ministeriais começavam apontar para o agravamento do aproveitamento das Companhias de Aprendizes Artífices. A falta de aptidão dos aprendizes para os trabalhos nas oficinas, o baixo aproveitamento nas aulas de ensino de primeiras letras e a dificuldade para manter a disciplina são fatores que questionam a real importância das Companhias de artífices para a Marinha, de modo que, ainda nestas condições, agravaria os cofres públicos já que o custo era alto, o recurso escasso e o aproveitamento do artífice eram modestos. O ministro Luiz Antonio Pereira relata que:

Segundo informações prestadas pelo Inspetor continuam infrutíferas algumas medidas adotadas para conseguir desta instituição [Companhias de Aprendizes Artífices] os fins que se deve em vista com a sua criação. Novos meios vão ser empregados afim de colher-se no futuro algum proveito dos sacrifícios que tem custado a sua manutenção¹⁷⁴.

. “O Quartel [da Companhia de Artífices] não reunia as necessárias acomodações (...), na educação intelectual não tem os aprendizes apresentado todo o aproveitamento que seria para desejar”, o mesmo relatório ministerial de 1876 enfatizava que “o Governo estuda os meios de obter melhores resultados, a fim de tirar desta instituição todas as vantagens possíveis¹⁷⁵.” Em 1877, o Ministro expõe a Assembleia Legislativa que as Companhias de Artífices “não correspondem aos fins da lei. Debalde são sustentados pelos cofres públicos em um internato no arsenal. Raro é o que pode ser incluído no quadro dos operários com vantagem para o serviço. Conclui dizendo que “o interesse do serviço exige que sejam extintas¹⁷⁶.”

Mesmo diante das reformas, reorganização e desenvolvimento dos aparatos técnicos e administrativos, a Marinha enfrentou muitos problemas quanto aos rendimentos que sustentavam suas agências institucionais por todo império brasileiro. O problema econômico enfrentado em seu orçamento propunha a redução dos gastos. Um exemplo disso era a fala sobre “os arsenais da Bahia e de Pernambuco [que] não correspondem ao intuito de sua criação, nem compensa a crescida despesa que com eles se faz”. A preocupação dos ministros alertava a situação do estado atual da Marinha e sua previsão para futuro desenvolvimento levando a achar que “bastavam apenas um Arsenal central no Rio de Janeiro e dois nos extremos do império sendo um do Pará e outro em Mato Grosso”. Portanto “a extinção dos arsenais de

¹⁷⁴ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 1º sessão da 16º legislatura de 1876.1 (publicado em 1877). p. 50.

¹⁷⁵ Idem, p. 50.

¹⁷⁶ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 1º sessão da 17º legislatura de 1877. (Publicado em 1878). p. 55.

Pernambuco e da Bahia resultará grande economia para os cofres públicos sem prejuízos do serviço¹⁷⁷.”

Ao assumir o Ministério da Marinha, Antonio Ferreira de Moura, considerava adequada a venda dos arsenais, diante da proposta de extinção do seu antecessor, para “particulares que se incumbisse de dirigi-los”. Mas pondera que “a venda dos arsenais em questão, seria uma medida acertada se fosse possível realiza-la sem prejuízos para os cofres públicos, para as províncias e para as exigências dos serviços da Marinha de Guerra”. Em 1879, o ministro José Eduardo de Lima Duarte, considerava aceitável a extinção dos arsenais citados por seu antecessor, favorável quando evidencia o problema orçamentário da instituição: “este modo de entender, é o que, à primeira vista, me parece mais razoável às nossas circunstâncias¹⁷⁸.”

Não há serviço útil e produtivo para cinco arsenais. Aqueles cuja conservação se recomenda, podem garantir a existência de uma esquadra superior a que possuímos, construindo regularmente navios novos e dando a possível duração aos que precisarem de fabrico; sem falar no recurso aos estaleiros e oficinas particulares, no país ou no estrangeiro¹⁷⁹.

O problema orçamentário acabou afetando as Companhias de Aprendizes. Ao analisar a infância e a mocidade na Marinha durante os anos de 1870 a 1910, Monica Regina Ferreira Lins (2015, p. 7), afirma que os recursos financeiros para alojar, alimentar e formar meninos desvalidos dependia da distribuição do orçamento do Estado imperial, considerado um investimento custoso que muitas vezes demorava a dar o retorno devido. Os dirigentes tomavam como ação política de caridade retirar meninos desvalidos da miséria e recolher nas escolas de internato da instituição, sustentados com recursos do próprio Estado principalmente após a Guerra do Paraguai quando começa um intenso debate sobre o tempo em que as crianças e a mocidade permaneceriam subvencionadas e como seriam mantidas menos tempo nas Escolas de Aprendizes para torná-las, o quanto antes, efetivamente útil.

O objetivo assistencial e caritativo da formação de artífices acabava declinando ou em segundo plano diante da sobrevida de poucos recursos da instituição. A Marinha necessitava de braços para as suas guarnições, de sujeitos que fossem trabalhadores disciplinados. As novas demandas tecnológicas que surgiram aumentaram a necessidade de que os meninos fossem alfabetizados e depois qualificados em especialidades. O gasto com operários, alguns vindo do estrangeiro, aumentava os custos para os serviços necessários. A formação desses meninos

¹⁷⁷ Idem, p. 45.

¹⁷⁸ BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura de 1879 (publicado em 1880). pp. 35.

¹⁷⁹ Idem, p. 36.

geraria até uma redução de custos já que poderiam ser pagas baixas remunerações. Entretanto, o Estado se preocupou em proteger seus gastos, e é por isso que os Arsenais de Marinha e suas Companhias de Aprendizes vão passar por longos anos apresentando empecilhos e problemas na estrutura técnica de funcionamento e na formação fornecida pela escola até a sua extinção¹⁸⁰.

Os problemas orçamentários da Marinha e a extinção das companhias de artífices levaria a reorganização de uma nova demanda de serviços para a instituição. O ensino de ofícios nos arsenais havia ganhado importância diante das dificuldades encontradas na contratação de operários inteligentes, habilitados e disciplinados para o serviço. Diante da eliminação de operários e da falta de pessoal habilitado para conduzir as oficinas. O Arsenal de Marinha do Pará que servia de instrumento para produção, manutenção e reparo dos aparatos técnicos e administrativos do Estado conviveria com os pequenos recursos. A boa execução das atividades no Arsenal levaria ao funcionamento satisfatório dos serviços diante dos recorrentes pedidos que o Presidente da Província do Pará fazia junto ao Arsenal para auxiliar o Estado nos diversos serviços.

2º Secção Palácio do Governo do Pará
24 de janeiro de 1874

Ilmo Senrº

Sirva-se de V.Sª mandar fazer por esse Arsenal o calafato e pintura de que necessita a canoa pertencente ao Corpo de Polícia Paraense, conforme pede o Dr. Chefe de Polícia em oficina de 22 do corrente, sob nº 47, enviando-me prostrinamente a respectiva conta a fim de ser paga pelo Tesouro Provincial.

Deus Guarde V.Sª
Ao Inspetor do Arsenal de Marinha¹⁸¹

Em ofício datado de 17 de agosto de 1870, o presidente da Província do Pará, Abel Graça, expede ordens ao inspetor do Arsenal para a “construção de duas embarcações escalares para serem remetidos para Província do Amazonas” para “o serviço a Flotilha do Amazonas” e uma embarcação para “os serviços da Capitania do Porto¹⁸²”. Nos ofícios do ano de 1877, o Presidente da Província solicitava diversos reparos, construções e avaliações de que necessitavam os serviços do Estado. Nesse momento, solicitou ao inspetor que fizesse reparos na “Canhoneira Fellipe Camarão”, “na Canhoneira Irahay para desempenhar serviço públicos

¹⁸⁰ LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 95.

¹⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor de 1874, notação 59.

¹⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao Arsenal de 1870, notação 42.

pelos rios da região”, reparo nas “oficinas da Companhia de Navegação do Amazonas”, construção de um “Hyate para o serviço de praticagem da barra da província”, reparo das embarcações do Corpo de Polícia. Em ofícios de 1878, os pedidos continuaram para “consertos na Canhoneira Moema”, envio de operários para reparos nos faróis, distribuídos nas diversas regiões, recomendação para proceder com o “calafeto da Canoa pertencente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e muitas outras solicitações.

Até a bomba de apagar incêndio do Arsenal era solicitada em caso ocorrido em qualquer lugar da cidade. Em 1878, o Presidente da Província recomenda que “o Arsenal, por empréstimo, cedesse a bomba ao Theatro de N.S da Paz para prevenção de acidente” e para apagar o incêndio ocorrido no Largo das Mercês.

Para conduzir toda a demanda dos serviços do Estado e da própria Marinha era preciso investir na força de trabalho que fosse bem disciplinada, ordeira e habilitada para os serviços, necessidades que deveriam ser preenchidas pelos futuros operários das Companhias de Aprendizes Artífices em um projeto de formação nacional de artífices nos estabelecimentos das províncias da Corte, Bahia, Pernambuco, Pará e Mato Grosso.

Ao relatar sobre a importância e o objetivo das Companhias de Artífices, o Ministro da Marinha pontuava que “o pensamento que parece ter presidido a criação destas companhias foi preparar operários nacionais que por suas aptidões dispensassem estrangeiros contratados quase sempre por somas avultadas”. Em seguida, o Ministro lamenta que “a experiência, entretanto, tem demonstrado que os nossos bons operários não procedem daquele núcleo [das Companhias de Artífices], exceção feita de mui poucos aprendizes dedicados ao estudo e cumprimento de seus deveres¹⁸³.”

Os relatórios apontavam para o questionamento da real utilidade das companhias no processo de formação dos meninos artífices mostrando que “estas não correspondem aos fins” de seus objetivos institucionais, sendo “difícil de encontrar operário com merecimento artístico que proviesse das companhias”. “Em geral não reúnem necessárias habilitações e poucos são os que servem regularmente a bordo dos navios como oficiais artífices.” Muitos aprendizes formavam sem habilitações necessárias para o serviço, ao completarem 16 anos passariam para outra categoria Artífices Militares para continuarem a formação até aos 21 anos e depois seguirem como operários efetivos do Arsenal. Assim, o “estado estaria fazendo um investimento na criação e educação dos menores, por retirá-los da indigência, discipliná-los e

¹⁸³ BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1877 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura (Publicado em 1878), p. 53.

torná-los produtivos”, no entanto o resultado não estava alcançando o que se esperava desta instituição.

Estes operários provem quase todos da Companhia de Aprendizes Artífices, e é para notar-se que nos Arsenais das Províncias os operários avulsos que vem das mesmas Companhias se recomendem por suas habilitações, como atestam os respectivos inspetores; entretanto que o do Arsenal da Corte emite a respeito dos Artífices Militares a opinião que acabo de expor: Semelhante fato chama minha atenção para estas Companhias, e trato de conhecer das causas dos referidos maus resultados a fim de providenciar convenientemente. Uma circunstância bem desagradável, e que vem em apoio da opinião do Inspetor do Arsenal da Corte, já chegou ao meu conhecimento, e é o grande número de deserções que se tem dado nessas Companhias nos últimos quatro anos.

As companhias de Aprendizes Artífices da Corte, Bahia, Pernambuco e do Pará funcionaram na capital e nas ditas províncias até meados da década de 1880, quando seus contingentes foram esvaziados conforme previa o parágrafo terceiro do artigo 5º da lei 2.940 de 1879, que proibia o governo de preencher as vagas surgidas nas companhias a partir daquela data. A Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879 que fixava a despesa e o orçamento da Receita Geral do Império para os anos 1879-1880 e 1880-1881 decretou a suspensão de diversos serviços e cargos dos arsenais de Marinha. Professores de primeiras letras, cirurgião e capelão entre outros foram extintos.

A partir da referida lei, estavam suspensas as admissões de menores que deveriam ser entregues a seus pais, tutores ou responsáveis legais sem indenização alguma das despesas que com eles tivessem feito o Estado até a completa extinção das Companhias. Portanto, o fechamento das companhias explica-se, em parte, pelo rearranjo orçamentário e institucional imposto pela referida lei aos ministérios, sobretudo os militares, cujas despesas declinaram desde a guerra contra o Paraguai ao passo que as dívidas interna e externa tendiam a aumentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um grito súbito fez-me estremecer no leito: fogo! fogo! Abri violentamente a janela. O Ateneu ardia¹⁸⁴.”

Esta dissertação iniciou suas primeiras linhas com as palavras do menino Sérgio, personagem do Romance “O Ateneu” de Raul Pompéia, que narraria sua experiência vivida na escola de internato onde passou a “encontrar o mundo” ou a verdadeira dimensão dele quando encarou tudo aquilo que a instituição representava: “a escola da sociedade.” O Ateneu antes de ser consumido e destruído pelo fogo, por conta de um incêndio causado pelo menino Américo, foi reconhecido como a “escola da sociedade” por representar aquilo que projetava para seus “filhos”. A Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará, criada em 1871, também representava a “escola da sociedade”, mas de uma sociedade que vivia às margens das oportunidades envolvidas em distintas relações sociais. Representava o vínculo existente entre a oferta do ensino de ofício e as questões que envolviam o processo de abolição da escravidão, organização das formas de controle e de reordenamento da força de trabalho na implementação de uma política educacional destinada à meninos desvalidos da Província do Pará.

A criação das quatro Companhias de Aprendizes Artífices da Corte, Bahia, Pernambuco e Pará, como escola de internato de formação profissionalizante em diversos ofícios de carpinteiros, ferreiros, carapina, calafate, fundidores, dentro outros ofícios recorrentes a construção naval, evidenciava um projeto nacional de formação de artífices da Marinha imperial brasileira. A Marinha necessitava apresentar reformas de suas agências administrativas para desenvolver seu poder naval e institucional.

Precisava de mão de obra qualificada e especializada para atender os serviços de suas demandas nos diversos arsenais espalhados pelas províncias, e as escolas de formação de artífices foram consideradas o principal remédio para sarar as feridas da instituição. Formar o operário desde a mais tenra idade, momento da vida em que se acreditava ser mais susceptível a modelagem do sujeito, era questão fundamental para se ter no futuro um sujeito moralmente disciplinado e qualificado para o serviço, ou seja, era preciso torná-lo útil a si e ao Estado, questão que coaduna, portanto, com o objetivo político e ideológico do próprio Estado em transformar educação profissional numa obra de caridade e de amparo aos meninos pobres da sociedade.

¹⁸⁴ POMPÉIA, Raul de. *O Ateneu: crônica da saudade*. São Paulo – Paulus, 2005. p. 185.

A historiografia vem demonstrando que as Companhias de Aprendizes da Marinha, instituídas de forma sistemática a partir de 1840, iniciaram a representação de uma ruptura fundamental em relação ao atendimento dos meninos desvalidos maiores de 7 anos de idade. Pela primeira vez era criada no Brasil uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob tutela dos hospitais ou de responsáveis.

Era oferecida educação, moradia, alimentação, assistência médica e o recebimento de um salário ao final da formação. As famílias, diante dos atestados de pobreza, que não tinham meios para tratar ou cuidar da educação de seus filhos, entregava-os à escola de artífice da Marinha evidenciando uma atitude de preocupação e desvelo, pois esta iniciativa constituía uma das poucas alternativas de aprendizado para a aquisição de uma prática profissional em pleno século XIX.

No entanto, a vida e a condição dos aprendizes artífices no Arsenal de Marinha do Pará nem sempre condiziam com a pretensão da formação do operário ideal, especializado e disciplinado nos aspectos da moralidade e do bom costume. Os meninos estavam inseridos na convivência de cenas de embriaguez, brigas, xingamentos, sexualidade e espancamentos. Aqueles entregues por suas famílias teriam de conviver com outros meninos “delinquentes” das ruas enviados pelas autoridades policiais, juízes de órfãos e com toda a sorte de sujeitos adultos como operários, enfermeiros, guardas, mestres, contra mestres de oficinas e demais funcionários da instituição, que geralmente apresentavam atos de indisciplina. Meninos de maior idade e mais “robustos” fisicamente que outros participavam de momento de violência e indisciplina durante a formação nas aulas de primeiras letras e nas oficinas, porém foram submetidos a rigorosas punições para a preservação da ordem, provocando fugas e deserções que evidenciavam a negação da formação em que estavam inseridos.

A Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha do Pará teve curto tempo de duração, de 1871 a 1880, mas estava inserida em uma política maior de formação de artífices, difundida pela Marinha que já vinha sendo desenvolvida de forma sistemática desde 1857. Sua criação e desenvolvimento esteve relacionada com a questão da formação de força de trabalho no momento de implementação da lei do Ventre Livre e da expansão da Instrução Pública Primária na Província em que foi nomeada como “escola primária especial”, por oferecer ensino de ofícios e aprendizagem das primeiras letras dentro de um estabelecimento militar.

A procura por vagas contrasta com os poucos recursos do Estado. Embora fosse ressaltada pelos dirigentes políticos a importância das iniciativas destinadas aos pobres, o baixo investimento nem sempre condizia com o discurso proferido. O modelo educacional de formação nacional de artífices, utilizado pelos militares em seus arsenais de Marinha, suspenso

em 1880, retornaria tempo depois com a República. Aliás, o modelo sistemático de formação de artífices da Marinha, gerenciado pelo governo central e distribuídos pelos arsenais das províncias, se transformariam no legado do Império à República. A educação profissional ou o ensino de ofícios ainda representaria um desafio para os dirigentes republicanos, desafio de uma continuidade.

Por conta de novas demandas econômicas e sociais e com uma diversificação maior do currículo, o Presidente Nilo Peçanha, em 1909, através do decreto nº 7.566, cria as Escolas de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais da República, permitindo a continuidade daquilo que Celso Suckow da Fonseca (1986) dizia ser o “pecado original” que sempre permeou o ensino de ofícios: ser destinada aos filhos dos, agora republicanos, “desfavorecidos da fortuna”, que seriam formandos para trabalho industrial, técnico e intelectual com o objetivo de fazê-los “adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime¹⁸⁵”. Proporcionando, novamente, uma “nova política” de uma antiga assertiva: de que a educação para menino pobre, órfão e desvalido é aquela que estimulasse as “classes operárias para o importante papel que lhes reserva o futuro”, isto é, uma educação voltada para formação do trabalhador artesanal, manufatureiro e, agora, industrial, que está à espera investigações mais profundas que revelem a dimensão de uma tradição que vem sendo progressivamente estudada no Pará e no Brasil.

¹⁸⁵ BRASIL. Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.

FONTES

Fontes Manuscritas

1- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

1.1. Série Marinha (Fundo) / Sub-Série Ministro-Secretaria de Estado. Notação (Código XM)

Notação XM 408: ofícios sobre Aprendizes Artífices (1876)

Notação XM 430: ofícios sobre a inspeção do Arsenal de Marinha do Pará – (1871-1877)

Notação XM 463: ofícios sobre a inspeção do Arsenal de Marinha do Pará – (1873-1879)

Notação XM 480: Inspeção dos Arsenais de Marinha do Império (1878 - 1879)

Notação XM 789: ofícios sobre Aprendizes Artífices (1875)

Notação XM 790: ofícios sobre Aprendizes Artífices (1869-1874)

Notação XM 947: inspeção do Arsenal de Marinha do Pará (1870-1878)

2. Arquivo Público do Estado do Pará.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da presidência ao inspetor 1870 a 1880. Notação 42, 53, 59, 83, 102 e 131.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios do inspetor a presidência de 1870 a 1880. Notação 54, 61, 86 e 117.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: ofícios da companhia de aprendizes artífices de 1872 a 1880. Notação 41, 50, 91, 94 e 121.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Minutas de ofícios e relatórios da secretaria do Arsenal de 1874 a 1879. Notação 61, 86, 90, 104, 117, 133 e 134.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: termos de admissão de menores 1874 – 1880. Notação 71 e 72.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Ofícios do Quartel General para o Inspetor do Arsenal de 1872. Notação 46.

Fontes Impressas

Documentos oficiais

1- Legislação - Coleção de Leis do Império do Brasil

Lei Nº 1997 de 19 de Agosto de 1871. Fixa a força naval para o ano financeiro de 1872 – 1873 e autoriza criação de uma Companhia de Aprendizes Artífices no Arsenal de Marinha do Pará.

Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879 – “Fixa e orça a Receita Geral do Imperio para os exercícios 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providencias”.

Decreto nº 5.118 de 19 de Outubro de 1872. Aprova o regulamento que reorganiza os arsenais de Guerra e cria a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra do Pará.

Decreto nº 4.821 de 18 de Novembro de 1871. Cria a Companhia de Aprendizes Artífices na Província do Pará.

Decreto nº 2.583 de 30 de abril de 1860 – “Reorganiza os Arsenaes de Marinha no Imperio”.

Decreto nº 2.615 de 21 de julho de 1860 – “Manda observar novo Regulamento para as Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenaes de Marinha da Corte e Provincias da Bahia, Pernambuco e do Pará”.

Decreto 21 de Fevereiro de 1832. Cria o Arsenal de Guerra do Pará

Decreto nº 2.188 de 09 de junho de 1858 – “Crea huma Companhia de Aprendizes menores em cada um dos Arsenaes de Marinha das Provincias da Bahia e Pernambuco.

Decreto nº 5.622 de 02 de maio de 1874 – “Reforma o regulamento dos Arsenaes de Marinha”.

2- Relatórios ministeriais e provinciais - Disponíveis em: www.crl.edu/brazil

BRASIL. Relatórios anuais apresentado pelo Ministro da Guerra à Assembleia Legislativa nas sessões ordinárias de 1855 a 1879.

BRASIL. Relatórios anuais apresentado pelo Ministro da Marinha à Assembleia Legislativa nas sessões ordinárias de 1840 a 1879.

PARÁ. Relatório anuais apresentado pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial nas sessões de 1855 a 1879.

3- Jornais – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Época – 1859

Treze de Maio -1855

Jornal do Pará - 1867 - 1878

Gazeta Official – 1860

O Liberal do Pará - 1869 - 1879

Diário de Belém - 1868 – 1879

A Constituição – 1876

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Menino Drummond. ilustrações Angela-Lago*. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2012

AGRUIAR, Thiago de Oliveira. *Companhia de Aprendizizes-Marinheiro de Santa Catarina: um sobrevoo sobre as coalizões de poder em torno da instituição no século XIX*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. *A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do império à república*. Revista Arquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v.3, n. 6, ago-dez, 2015.

ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015.

ARIAS NETO, J.M. *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

BANDEIRA, Fabiana Martins. *Disciplinando homens, fabricando marinheiros: Relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

BARRETO, Raul Coelho Neto. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)* - Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. *As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)*. Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996. p. 41.

BENELLI, SJ. *Goffman e as instituições totais em análise*. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 24.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Os arsenalistas da marinha na revolução de Setembro (1836)*. Analise Social, vol XVIII (65), 1981

DAMASCENO, Alberto. *Notas sobre o sistema dual de instrução na Província do Pará: uma leitura do Relatório Gonçalves Dias*. In: Araújo, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do

Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs.). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015. p. 44.

DIAS, Jorge Antonio. *O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840)*. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2017.

CASTRO, Cesar Augusto. *A educação da infância desvalida paraense: a casa de educandos artífices*. In: Araújo, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva. (Orgs.). *Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano*. – Belém: EDUEPA, 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus*. Forum Educacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979.

_____. *As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira*. Revista da Faculdade de Educação, Niterói, ano 10, n. 1-2, p. 3-47, jan./dez. 1983.

_____, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000a.

_____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000b.

_____. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 14, p. 89-107, maio/jun./jul./ago. 2000c.

_____. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2001.

CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (1842 a 1899)*. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

DOLNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, LOPES, Eliane Marta Teixeira, VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. – 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 136.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Processo Político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene. PILOTE, Francisco (orgs.). *A arte de governar criança: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. – 3º edição – São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (pará - 1835-1860)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1994.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *O ensino de ofícios manufactureiros dirigido aos menores abandonados: Brasil 1870-1930*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – PUC-SP.

FREIRE, Tarantini Pereira. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2014.

FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol 1, 2, 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

GONDRA, José Gonçalves. *Medicina, higiene e educação, o escolar*. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo - Editora Perspectiva, 1961

GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. *Formação militar e "amparo aos desvalidos" na Companhia de Aprendizizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)*. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2014.

LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

_____. *As companhias de aprendizes artífices e a indústria naval no Segundo Reinado (notas de pesquisa)*. <http://docplayer.com.br/9208829-Ascompanhias-de-aprendizes-artifices-e-a-industria-naval-no-segundo-reinado-notas-de-pesquisa.html>

LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los jovens”: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905) – Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LODOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História da Criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996

LOPES, Thoribio. *O Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém, 1945.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997

_____, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUI TEC, 1998.

MELLO, Saulo Alvaro. *O Arsenal de Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho: Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, 2009.

MESQUITA, Simone Vieira de. *Ensino Militar Naval: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864 – a 1889)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2008.

PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. *A formação de cidadãos úteis para a nação: educação profissional e disciplina militar na companhia de aprendizes artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1870-1889)*. Monografia (Graduação) – Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Ananindeua, 2013.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808 a 1908)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Belém, 2015

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

_____, *A Pesquisa Histórica dos Internatos de Ensino Profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/UFRJ/FE, 2007.

RIZZINI, Irene. *Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: uma história da legislação para a infância no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. In: São Paulo: Cortez, 2009.

_____, *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 3º Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SABINO, Elianne Barreto. *A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1850-1889)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, – UFRJ, 2016.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de aprendizes marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2005.

SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857 a 1870)*. Dissertação – Mestrado em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999.

_____. *A infância desamparada no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)*. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2002.

SOUZA, Conego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas: pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos*. *Brazil*, Comissão do Madeira. Typographia Nacional, 1874

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra*. In: PRIORE, Mary del. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação Social: um campo de investigação para a história da Educação*. In: PESSANHA, Eurize Caldas e GATTI JUNIOR, Décio (orgs). *Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em "escolas exemplares"*. Uberlândia: EDUF, 2012.